



A minha relação com a CESE é muito antiga. Tem a ver com as pessoas da CESE - os muitos amigos, amigas da CESE e a identificação que eu chamaria de uma identificação política, de projeto, de relação com o mundo que a CESE tem porque é uma entidade voltada para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, que se dedica aos pequenos projetos, aqueles que melhoram a vida de tantas comunidades, centenas de comunidades, na medida em que a

CESE viabiliza recursos para ajudar esses pequenos projetos e facilita a produção dos trabalhadores desses projetos. É uma relação de carinho e de afinidade política e afinidade de concepção e mundo também, da luta por uma outra sociedade, dos “produtores associados”.

É uma relação muito carinhosa de lado a lado e eu me sinto e estou inteiramente solidário com a CESE nesta luta dela, que já tem quase 40 anos. Tenho afinidade com a entidade - que luta, que organiza, que procura responder às necessidades das comunidades que, duramente, buscam sobreviver e viabilizar a sua vida. Isso a CESE faz com carinho e com muita obstinação e sem pestanejar. São quase 40 anos de muitos serviços prestados ao povo brasileiro, especialmente os pequenos produtores, os pequenos projetos, aquela parte do nosso povo que mais precisa de ajuda para se viabilizar. A CESE presta um serviço muito grande à área que nós chamamos economia solidária.

Tenho convicção que a CESE continua a ser uma entidade extremamente importante para os pequenos projetos, uma espécie de estimuladora dos pequenos projetos e também, creio que neste momento uma entidade que pode ajudar no sentido de até orientar políticas públicas que se preocupam também com esses pequenos projetos. A CESE pode, neste momento, estabelecer o diálogo com as políticas governamentais voltadas para os pequenos projetos e ajudar os governos - federal e da Bahia - que são preocupados com os pequenos projetos e com a economia solidária para projetos que possam receber a orientação, a ajuda da CESE, que já tem uma experiência de décadas com os pequenos projetos.

Creio que nós devemos fazer uma grande rede de apoio à CESE pela importância que ela tem na vida brasileira, especialmente nas regiões mais carentes do País - Norte, Nordeste - para todo o Brasil, em especial nessas regiões. Eu creio que podemos e devemos juntar pessoas para contribuir para a CESE, estar ao lado da CESE para que ela continue a prestar o grande serviço que ela tem prestado nessas últimas décadas aos pequenos, aos que não têm um mínimo de ajuda e que a CESE vai lá, entregar-se ao serviço dos mais pobres, dos excluídos.

Depoimento de Emiliano José, Jornalista e Suplente de Deputado Federal - BA, durante jantar de lançamento da Rede de Amigos da CESE.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CESE 2011

Organização e Redação | Eliana Rolemberg e Lucyvanda Amorim Moura

Revisão | Lucyvanda Amorim Moura

Projeto Gráfico e Editoração | Isabel Cunha

Fotos e imagens | Projetos apoiados e site da CESE

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO

DIRETORIA INSTITUCIONAL (TRIÊNIO JUNHO 2009 - 2012)

Presidente

Eleni Rodrigues Mender Rangel (IPIB)

Vice-presidente

Cibele Kuss (IECLB)

Primeira Tesoureira

Mary Joyce White Rocha (IEAB)

Segundo Tesoureiro

Guilherme Lieven (IECLB)

Primeiro Secretário

Dom André de Witte (ICAR)

Segunda Secretária

Girlaine Gomes Santos da Silva (IPUB)

Conselho Fiscal

Marco Antonio Villwock (IEAB), Irmã Judite Paulina Mayer (ICAR),
Marcos Nunes da Silva (IPIB), Suplente: Luiz Pereira dos Santos (IPUB)

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Diretora Executiva

Eliana Rolemberg

Coordenador de Projetos e Formação

Antônio Dimas Galvão

Coordenador de Desenvolvimento Institucional

Adriano dos Santos Martins

Coordenador Administrativo-financeiro

Daniel Musse Pereira

A CESE é apoiada por AIN (Ajuda da Igreja da Noruega), Brot für die Welt (Pão para o Mundo), Christian Aid/DFID, CWS (Serviço Mundial das Igrejas), EED (Serviço das Igrejas Alemãs para o Desenvolvimento), Fundação Avina, Fundação Kellogg, FNV (Fundo para a Não Violência), Heifer Brasil - Argentina, HEKS (Serviço das Igrejas Protestantes da Suíça), ICCO (Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento), Instituto C&A, Kerkinactie (Igreja em Ação), Misereor, SDOP (Comissão Presbiteriana para o Auto-Desenvolvimento dos Povos), Terre des Hommes Schweiz, UCC (Igreja Unida do Canadá) / CIDA (Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional), Wilde Ganzen (Gansos Selvagens).

ÍNDICE

PALAVRA DA PRESIDÊNCIA Eleni R. M. Rangel	6
INTRODUÇÃO Eliana Rolemberg	7
Organograma CESE	9
DESAFIOS DO CONTEXTO E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DA CESE	10
APOIO A PROJETOS	12
Programa de Pequenos Projetos (PPP)	12
Programa de Apoio Estratégico (PAE)	21
Programa Dupla Participação (PDP)	22
DIÁLOGO E ARTICULAÇÃO	24
Justiça Ambiental e Mudanças Climáticas	25
Fortalecimento da Luta das Mulheres	26
Equidade Racial	27
Rio + 20	29
Copa do Mundo de 2014	29
Diálogos e Convergências	30
FORMAÇÃO	31
Programa de Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Popular	31
Programa Direito a Terra, Água e Território (DTAT)	32
Programa de Desenvolvimento Institucional	34
Projeto Juventude Cidadã	34
Tecendo um Programa de Equidade Racial	35
Programa de Formação Participativa e Incidência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	35
DIÁLOGO E RELAÇÕES ECUMÊNICAS	35
Articulação com Organismos Ecumênicos, Conselhos e Igrejas	36

SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL DA CESE	40
Relação com Agências	41
Relação com governos, autarquias, institutos, fundações e empresas comprometidas com a responsabilidade social	42
Bases das Igrejas	44
Doadores Individuais	44
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	46
Auditoria	46
Recursos Humanos	46
Finanças	47
DESAFIOS E PERSPECTIVAS	53
 ANEXOS	
CONTEXTO BRASILEIRO EM 2011	55
MONITORAMENTO ANUAL DA CESE DEZEMBRO DE 2011 (Atividades Previstas e Realizadas)	63
JANTAR DE LANÇAMENTO DA REDE DE AMIGOS DA CESE Depoimentos de Personalidades Presentes	88

PALAVRA DA PRESIDÊNCIA

*“Grandes coisas fez o Senhor por nós e, por isso, estamos alegres.”
(Salmo 126.3)*

Mais uma vez chega a hora de apresentarmos o relatório anual da CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço.

Somos gratos a Deus porque mais uma vez esteve adiante de nós, dirigindo cada um de nossos passos.

Muitos desafios têm sido enfrentados cotidianamente, mas a criatividade, a dedicação e a determinação da equipe da CESE têm sido fundamentais em nossa caminhada.

A conjuntura mundial vem mudando drástica e rapidamente nos últimos anos. Nesse mundo de mudanças rápidas, muitos desafios estão colocados diante de nós: Como fazer parte deste novo mundo? Qual o lugar e papel da CESE? Qual o papel de uma organização ecumênica nesse cenário? Qual o papel das igrejas na vida da CESE e da CESE na vida das igrejas?

Passos importantes têm sido dados no que diz respeito à conquista de novos financiadores, principalmente em território nacional. Entretanto, são apenas os primeiros passos numa estrada ainda pouco conhecida por nós.

Mas seguimos confiantes, porque o Senhor nos deu a obra e, certamente, nos dará os meios para realizá-la.

A Ele seja toda a Glória!

Eleni Rodrigues Mender Rangel
Presidente da CESE

INTRODUÇÃO

Tempos de crise provocam mudanças, exigem criatividade na busca de alternativas e equilíbrio para seguir garantindo a essência do trabalho da CESE.

Neste ano de 2011 foi reafirmado, mais uma vez, o firme compromisso com os direitos humanos em todas as suas dimensões e, nesse período, com ênfase nos direitos ambientais que continuaram em pauta desafiando toda a sociedade brasileira, em especial, as populações mais atingidas pelos efeitos das mudanças climáticas e pelas ameaças evidenciadas nas discussões do novo código florestal.

Em coerência com sua missão de fortalecer os movimentos sociais em suas lutas por uma sociedade justa, com realização de direitos, de cidadania, a CESE manteve o apoio a pequenos projetos, ainda que enfrentando dificuldades provocadas pela perda de recursos financeiros por parte de algumas agências da cooperação internacional.

A realidade exigiu ir além desse apoio, ampliando sua ação para atender à crescente necessidade de formação e de incidência em temas importantes da conjuntura de 2011. Dentre esses temas destacaram-se: a violência contra povos indígenas em luta pela demarcação de seus territórios; a luta de quilombolas e outras populações tradicionais na afirmação de seus direitos a território, produção e comercialização; a violência contra a juventude, particularmente a juventude negra; a criminalização dos movimentos sociais, cada vez mais forte e atingindo movimentos populares e outras organizações da sociedade civil; a intolerância religiosa, em especial contra as religiões de matriz africana. Um exemplo de capacitação coordenada pela CESE é o Programa Comunidade e Renda que gera efeitos sobre a população alcançada pelos empreendimentos da economia popular solidária que conseguem garantir maior qualidade nos seus produtos, melhor apresentação dos mesmos e ampliação das possibilidades de inserção no mercado.

A CESE também apoiou e acompanhou a formação de comitês populares organizados em função dos desafios e consequências esperadas na realização da COPA no Brasil. Também iniciou, com parceiros ecumênicos nacionais e internacionais, a discussão sobre a necessidade de uma Coalizão Ecumênica para o evento Rio+20, programado para 2012.

Outro tema que envolveu representações da sociedade civil foi a reforma política como instrumento essencial para consolidação da democracia no Brasil. A CESE valorizou esse debate convocando, em especial, grupos de mulheres de organizações populares para apropriarem-se dessa temática e assumirem um papel ativo na afirmação da contribuição da mulher no novo projeto em construção.

A CESE esteve ativa também no processo de recuperação da memória sobre os crimes da ditadura militar que mereceu espaço significativo nos debates nacionais, na discussão sobre a necessária efetivação da Comissão Nacional da Verdade, aliando verdade e justiça, na expectativa da revisão da Lei da Anistia e de cumprimento da sentença da OEA quanto ao rigor na apuração dos crimes cometidos na região do Araguaia. Momento especial, em 2011, ao lado da aprovação da Comissão Nacional da Verdade, foi a entrega de arquivos guardados pelo Conselho Mundial de Igrejas, referentes à publicação “Brasil Nunca Mais” coordenada, na época, por Dom Evaristo Arns e pelo pastor presbiteriano Jaime Wright.

Nesse contexto a CESE fortaleceu parcerias históricas, participando de processos de articulação, de diálogo e promovendo reunião CESE - Agências, evento que forneceu elementos importantes quanto às perspectivas das relações, quanto a potencialidades para mobilização de novos recursos e principalmente quanto a linhas de atuação e o significado e atualidade do Programa de Pequenos Projetos.

Outras parcerias e alianças foram estabelecidas, entre elas com o setor privado e algumas iniciativas já em andamento foram reforçadas. Como temas priorizados nessas relações destacam-se: desenvolvimento institucional, mobilização de recursos e equidade racial.

Para inovar com criatividade, enfrentando as consequências da crise anunciada que chegou com força na CESE, no ano de 2011, foi necessário retomar internamente as recomendações da última avaliação institucional, com foco na gestão: reavaliar encaminhamentos, definir outros, proceder a novas adequações na estrutura, ampliar a sua visibilidade, por meio de uma comunicação mais adequada, fortalecida pela elaboração coletiva do seu novo Plano de Comunicação e site renovado e ajustando-se à nova realidade, com o quadro de pessoal reduzido.

Foi necessário abdicar temporariamente de contratação de assessoria ecumênica, mas para isso formou-se um grupo interno, com pessoas de vários setores, que assumiu com a direção executiva demandas das relações nessa área prioritária da CESE, coordenou processos de diálogo, a Campanha Primavera Para a Vida - CPPV e relações com fóruns, conselhos, igrejas e organizações ecumênicas.

A CPPV teve reforço do setor de comunicação, que no momento de seu lançamento contava com uma cooperante do EED e também com um estagiário vinculado a Pão para o Mundo e estudante da Universidade Protestante de Ciências Aplicadas, de Freiburg, Alemanha. Em 2011, destacou-se a oportunidade da CESE apresentar-se durante a assembleia geral da IPU, realizada em Salvador, ampliando-se o interesse pela Campanha e o reforço à participação da igreja na CESE. Neste ano, também, o Secretário Geral da CNBB enviou carta a todos os bispos diocesanos estimulando a Igreja, em nível nacional, a participar da Campanha.

Um passo importante foi dado na mobilização de recursos nacionais: teve início a criação efetiva da Rede de Amigos da CESE. Vários setores - sindicais, parlamentares (municipais, estaduais e federais), entre outras personalidades políticas e religiosas, participaram do lançamento dessa iniciativa e deram depoimentos contundentes sobre o trabalho da CESE no fortalecimento de organizações populares. Outras mobilizações foram realizadas, merecendo destaque iniciativas da própria equipe da CESE. O volume de recursos arrecadados não é expressivo diante das necessidades institucionais, porém, representa um marco enquanto definição e busca de cumprimento de metas, estimulando outros passos gradativamente.

A capacitação para mobilizar, promovida pela CESE para organizações sociais, teve resultado positivo na viabilização da modalidade de pequenos projetos em que a metade dos recursos necessários é arrecadada pela própria comunidade.

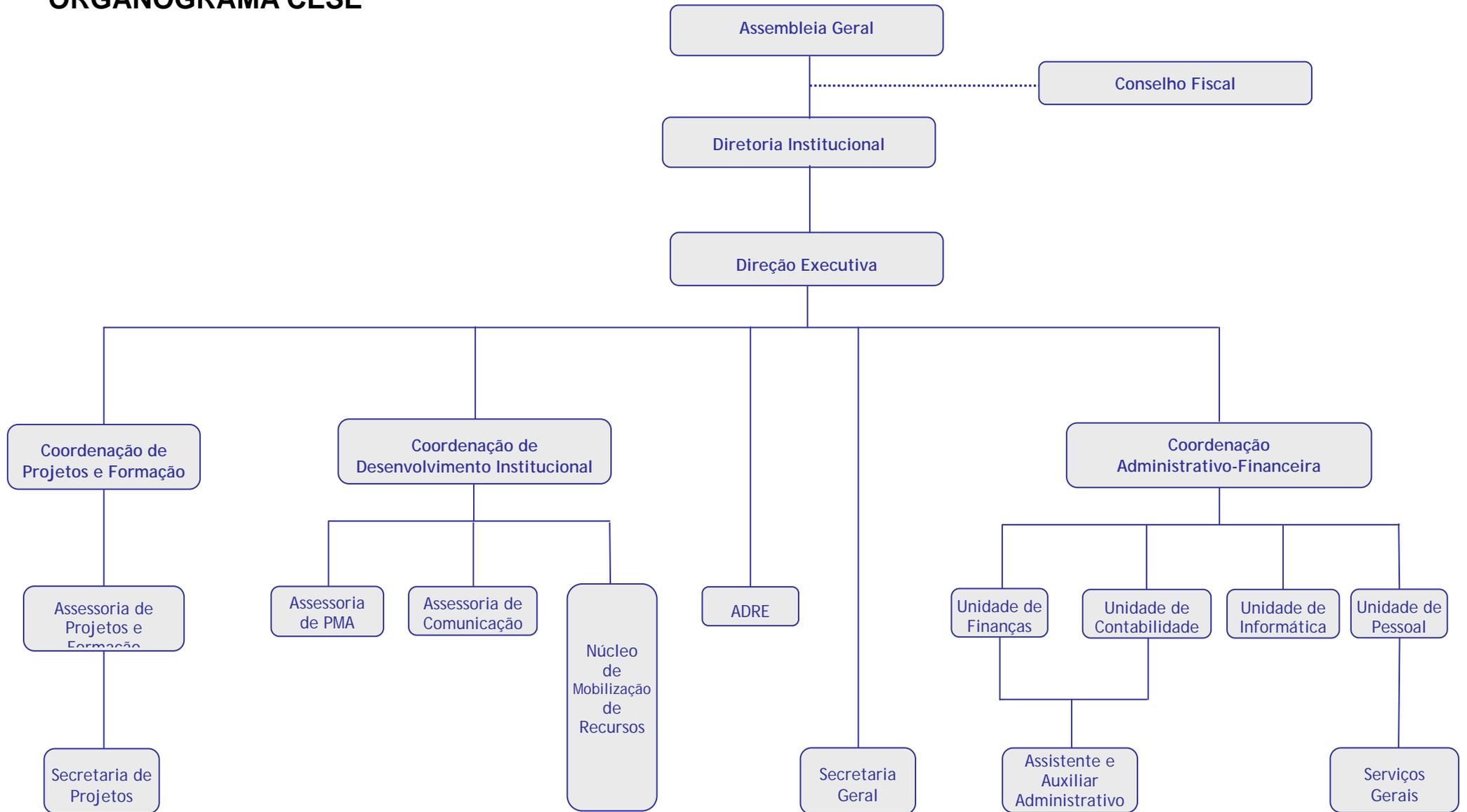
Na perspectiva de acesso a recursos públicos, a CESE foi proativa no estabelecimento de contatos em âmbito estadual e federal, alguns deles ainda em gestação. Todavia, o marco regulatório do acesso a recursos públicos pelas organizações da sociedade civil ainda não é adequado e a CESE juntou-se à Comissão Facilitadora da Plataforma por um novo marco, participando do Grupo de Trabalho paritário, formado pelo governo para apresentação de proposta até final de março de 2012. Nesse grupo a CESE representa o CLAI Regional Brasil.

Há algum tempo a CESE tem mantido relações com outras organizações ecumênicas na América Latina e, neste período, reforçou laços com organismos responsáveis por fundos de pequenos projetos na região sulamericana. Em encontro promovido em 2011, ficou patente a importância da articulação entre esses fundos, procurando uma comunicação que amplie a visibilidade de seus impactos no apoio à sociedade civil dos vários países envolvidos, propiciando maior incidência regional.

Em meio à crise, à criatividade nas formas de enfrentamento, fica o desafio de qualificar a comunicação da CESE para que responda às exigências de novas parcerias e alianças e para a consolidação da proposta de maior incidência a partir da fase de germinação das sementes espalhadas nesses 38 anos de apoio e fortalecimento de iniciativas da sociedade civil em todo o País.

Eliana Rolemberg
Diretora Executiva

ORGANOGRAMA CESE



DESAFIOS DO CONTEXTO E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DA CESE

Em 2011 foram verificadas algumas mudanças no contexto nacional, as quais tiveram repercussão direta sobre a atuação da sociedade civil organizada, bem como da CESE, na sua missão de fortalecer essas lutas.

A temática dos direitos humanos volta ao debate nacional, especialmente em duas frentes: a instalação da Comissão da Verdade, sobre os arquivos da ditadura e o lançamento da campanha “Cumpra-se” que busca chamar atenção para o descumprimento, pelo Estado brasileiro, da decisão da OEA sobre os crimes cometidos no período da ditadura militar no País.

Também se verificou endurecimento da relação governo e ONGs. Em 2011 constatou-se o aumento da repressão a ativistas sociais e defensores de direitos humanos e da violência a organizações da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. Dossiê elaborado pelo PAD - Processo de Diálogo e Articulação de Agências da Cooperação Internacional e suas contrapartes no Brasil - revela casos graves de violação de direitos e indica vários mecanismos que o Estado brasileiro cria para criminalizar organizações populares, em favorecimento de interesses quase sempre privados.

O relatório revela que opositores à construção da hidrelétrica de Belo Monte enfrentam ameaças e acusações há mais de duas décadas e que alguns sucumbiram diante da violência e abusos. Pelo menos um milhão de pessoas sofre por causa da construção de barragens, sem compensação real pelas perdas (além de prisões e processos, quando exigem seus direitos, podem ser multados em até 20 mil reais por dia).

O dossiê destaca que dezenas de camponesas sofrem ainda por causa de uma manifestação contra o avanço do deserto verde e pela soberania alimentar no sul do País. Quarenta pessoas foram indiciadas, depois da invasão de suas organizações e de prisões arbitrárias, incluindo crianças. Outro exemplo é a violência contra os povos indígenas, e especialmente aos Guarani-Kaiowá, sem terras demarcadas no Mato Grosso do Sul. Nos últimos cinco anos mais de 200 indígenas foram assassinados nesse estado, mais de 150 cometeram suicídio e mais de 100 crianças morreram de subnutrição. Também se verificou recrudescimento da violência contra defensores da floresta amazônica, com diversos assassinatos ocorridos em 2011.

Ainda no que tange à relação sociedade civil-governo, mereceu destaque a discussão em torno do marco regulatório para as organizações da sociedade civil (OSCs), que visa aperfeiçoar os aspectos legais de atuação de organizações sem fins lucrativos e de interesse público no País. Em 2011, a principal iniciativa nesse campo foi a criação do Comitê Gestor, um grupo bastante representativo de movimentos sociais, entidades religiosas, ONGs, institutos e fundações privadas. A CESE vem acompanhando ativamente esse processo representando o CLAI no Comitê.

Mudanças climáticas e justiça ambiental também tiveram forte peso no cenário nacional em 2011. Os embates sobre novo Código Florestal brasileiro e os desafios colocados pela realização dos grandes eventos esportivos (Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016) foram algumas das questões que mereceram atenção da sociedade civil. Alguns exemplos da atenção da CESE a essas questões foram a definição de aprofundar o tema justiça ambiental na sua Campanha Primavera para a Vida e o apoio à articulação dos Comitês Populares de acompanhamento da Copa.

Para fazer frente à complexidade desse contexto e tendo por base seus objetivos institucionais de fortalecer as ações da sociedade civil e o movimento ecumênico, a CESE adota como estratégias de ação o *apoio a projetos; diálogo e articulação; formação; e diálogo no campo ecumênico*. A CESE também compreende que a garantia da qualidade da atuação está em associação direta com seu fortalecimento institucional e, nesse

sentido, vem buscando reforçar suas *relações institucionais* e, internamente, estruturar as áreas de *comunicação, mobilização de recursos e formação da equipe executiva*.

No campo do **apoio a projetos**, a CESE busca fortalecer organizações populares, movimentos sociais, entidades do movimento ecumênico, redes e articulações. Isso se dá por meio de vários programas de projetos, por demanda espontânea, editais e “chamadas”, que são uma estratégia de estímulo para o envio de propostas. A CESE foi pioneira na priorização do apoio a pequenos projetos, de caráter pontual, que favorece os movimentos populares em momentos estratégicos de sua organização, possibilita à comunidade ter governabilidade nos processos de planejamento e realização de suas atividades e incentiva a busca de autonomia.

A fim de preservar sua sintonia com as dinâmicas dos movimentos sociais, uma das estratégias da CESE é o **diálogo e articulação**, que se materializa na participação em redes e fóruns considerados prioritários pela instituição, e na promoção de atividades envolvendo igrejas, agências e movimentos sociais.

A CESE compreende que por meio da análise dos projetos, bem como pela realização de oficinas, encontros, seminários e do estímulo ao intercâmbio de experiências, estabelece um diálogo de caráter pedagógico com as organizações, movimentos e redes. No entanto, mais recentemente a CESE vem sendo desafiada a estruturar suas ações no campo da **formação** e começa a discutir a formatação de um *serviço de formação* voltado para lideranças e grupos populares.

No que se refere ao campo do ecumenismo e do diálogo interreligioso, a CESE promove campanhas e consultas; contribui com publicações e participa de espaços locais, nacionais e internacionais de articulação do movimento ecumênico. Por meio da estratégia de **diálogo e relações ecumênicas**, a CESE busca fortalecer a perspectiva dos direitos humanos, a superação da intolerância religiosa e o aprofundamento do diálogo interreligioso.

A **sustentabilidade institucional** da CESE é um dos grandes desafios que temos enfrentado. A crise da cooperação internacional tem reflexos diretos na vida financeira da instituição que passou a dedicar mais atenção à necessidade de dar visibilidade ao seu trabalho para favorecer a mobilização de recursos nacionais. Nesse sentido, além de manifestar-se publicamente em situações de violação de direitos e de divulgar as ações dos movimentos sociais e organizações populares para afirmação de direitos no Brasil, a CESE vem realizando ações de **comunicação** que buscam ampliar a visibilidade institucional.

A **mobilização de recursos** da CESE ainda está em fase de estruturação. Em 2011 foi finalizada a elaboração do Plano de Mobilização de Recursos Nacionais, que contempla ações em diversos âmbitos: agências da cooperação internacional ecumênica, fundações e institutos, recursos governamentais e doações individuais. Além do Núcleo de Mobilização de Recursos, outros setores da equipe executiva estão sendo capacitados e vêm desenvolvendo ações nesse campo, compreendendo que essa tarefa é de responsabilidade do conjunto da instituição.

A CESE segue ocupando um lugar de convergência entre igrejas, agências de cooperação internacional e movimentos populares e, portanto as **relações institucionais** com esses atores é uma estratégia fundamental para a sustentabilidade política da instituição. Mais recentemente, a partir da crise que se abate sobre as organizações da sociedade civil no Brasil, vem buscando ampliar essas relações e se aproximando de instituições nacionais ligadas aos setores público e privado.

Após 38 anos de atuação, é possível afirmar que a CESE construiu uma metodologia própria de atuação baseada em *intermediação de recursos, articulação, diálogo e formação*, a qual responde bem ao desafio de realização de sua missão. Pela avaliação institucional realizada em 2009, a atuação da CESE foi percebida como democrática e criativa, pois favorece a articulação das lutas dos movimentos, promove o intercâmbio de saberes e experiências, difunde e semeia iniciativas num contexto de permanentes mudanças. Por meio do apoio a projetos e da sua presença em espaços estratégicos de

articulação da sociedade civil brasileira, favorece e fortalece iniciativas de incidência em políticas públicas. Promove sistematização de saberes e experiências locais, estreita relações entre as lutas, organizações e movimentos, e difunde leituras diversas das problemáticas dos direitos humanos e do desenvolvimento.

Como suporte a essa metodologia de trabalho construiu um PMA institucional sistêmico que procura manter coerência entre os setores da CESE e consiste em reuniões anuais de planejamento, com a construção de planos operacionais por áreas (Direção Executiva, relações ecumênicas, projetos & formação, administração e finanças, comunicação & mobilização de recursos) e reuniões semestrais setoriais para monitoramento e avaliação.

Ao lado do PMA institucional, a CESE estruturou um sistema de PMA de programa, por meio do qual apura resultados e efeitos do Programa de Pequenos Projetos (PPP). Uma vez por ano é realizado um planejamento do programa, com revisão/definição de metas para apoio aos pequenos projetos. Mensalmente é realizado um monitoramento da aplicação dos recursos segundo as metas estabelecidas e, ao final do ano, é realizada a avaliação de desempenho do programa. A CESE também realiza, periodicamente, avaliações de efetividade do PPP, buscando apreender qual a contribuição do programa para o fortalecimento das organizações populares, tomando por base os temas contemplados nas políticas referenciais adotadas pela instituição ou a própria natureza “fortalecimento institucional”, recorte que está presente em projetos de todas as áreas.

Em 2010 foram finalizadas duas avaliações de efetividade que resultaram em publicações - uma delas relacionada à afirmação da identidade negra, que envolveu 16 projetos nas áreas de cultura, educação e diálogo interreligioso de Salvador e Região Metropolitana e outra relacionada ao direito à moradia, com 15 projetos de vários estados, com forte incidência nas políticas públicas do setor. As duas avaliações demonstraram que o apoio a pequenos projetos tem efeitos positivos no fortalecimento das organizações populares e na melhoria das condições de vida de segmentos vulneráveis. Embora realizadas em 2010, ainda em 2011 essas publicações continuaram a ser procuradas pelos movimentos para contribuir com suas reflexões sobre os temas.

APOIO A PROJETOS

Por meio dos seus programas de apoio a projetos, a CESE contribuiu para a criação e/ou fortalecimento de movimentos que hoje têm expressão política na sociedade brasileira. Exemplos desse apoio são: o Movimento Nacional de Direitos Humanos, o Fórum Nacional de Reforma Urbana, a Rede Ecumênica da Juventude, dentre outros.

Ao longo de 38 anos de existência a CESE já apoiou mais de 10.000 projetos, beneficiando um número aproximado de 9 milhões e meio de pessoas, em todo o Brasil. A iniciativa da CESE mais conhecida neste campo é o Programa de Pequenos Projetos (PPP), pioneiro no apoio à sociedade brasileira nas suas lutas por transformações sociais e que tem a mesma idade da instituição.

Ao longo dos anos, a CESE passou a desenvolver outros programas que contam com algumas especificidades, mas guardam muito da experiência do PPP, sobretudo no que se refere a Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA), incorporados à dinâmica institucional como um sistema. Foi a partir do PPP que a CESE construiu um *PMA de programa* que permite avaliar a efetividade da sua atuação.

PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS (PPP)

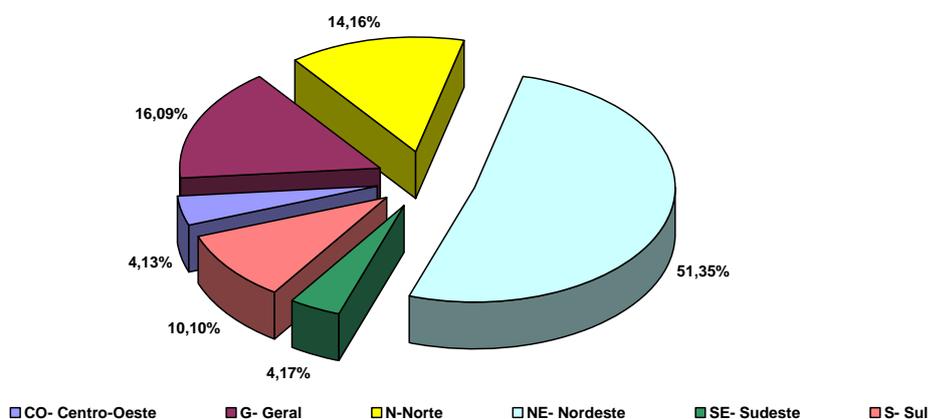
Tomando os dados do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Programa de Pequenos Projetos em 2011, observa-se que a CESE recebeu e cadastrou **775** projetos, dos quais foram apoiados **305**. O volume de recursos aplicados foi da ordem

de R\$ 2.273.355,00 e foram beneficiadas 126.511 pessoas, principalmente nas regiões Nordeste e Norte do Brasil. O apoio da CESE no Nordeste foi de R\$ 1.167.365,00 (51,35% do total) e no Norte R\$ 321.900,00 (14,16%).

A CESE considera o Centro Oeste uma região também relevante para apoio e continua buscando ampliar os aportes a essa região, mas no ano de 2011 ainda não conseguiu atingir a meta de 5% dos recursos, ficando em 4,13%.

Outras metas estabelecidas para o PPP foram atingidas em sua maioria e, em alguns casos, superadas, como nas iniciativas voltadas especificamente para mulheres, população negra e povos indígenas, destacando-se a intervenção desses segmentos nas políticas públicas.

Distribuição dos Recursos por Região



Merece destaque o apoio a 59 projetos especificamente dirigidos a **mulheres**, com uma aplicação de R\$ 409.790,00, ou 18,03% dos recursos do Programa.

Mulheres e mídia: a construção da informação sobre o feminino



Em 2011, a CESE apoiou a Articulação Mulher e Mídia Bahia - AMMB na realização do Encontro Baiano Mulheres e Mídias, com o tema *Mulher e Culturas Digitais*. Uma das finalidades do encontro foi formar mulheres de organizações feministas e ativistas do movimento de mulheres na Bahia para interferir e ampliar o modelo atual de representação de mulher na mídia.

A atividade visou formular proposições para estimular e garantir que os programas estaduais de fomento à produção e difusão cultural valorizem a expressão das mulheres e as suas contribuições - social, política, econômica e cultural. A programação envolveu palestras com o tema

Mulheres e Culturas Digitais; reuniões estratégicas com o poder público; curso sobre culturas e ferramentas digitais para *blogueiras*, além de oficinas (fotografia, *blog*, edição de áudio e vídeo com software livre).

“As mulheres aparecem aí toda hora, mas na indústria pornográfica, não é? A gente quer uma aparição qualificada. Uma aparição que diga, de verdade, aquilo que nós somos. A gente não é só a dona de casa, a gente não é só a mulher que consome produtos de beleza, a gente não é só o corpo que aparece nas propagandas de carro e de cerveja”. Sueide Kintê, uma das organizadoras do evento.

Para a **população negra**, a meta de aportar recursos para 8% das iniciativas analisadas foi ultrapassada, tendo chegado a 11,28 %, num volume total de **R\$ 256.400,00**. Foram apoiados 39 projetos voltados à defesa de direitos da população negra, das ações afirmativas, à superação da violência, ao resgate da autoestima. Grande parte das ações desenvolvidas pelas organizações proponentes conta com a participação da juventude.

Foto: Site da Articulação Popular São Francisco Vivo!



Direitos territoriais: uma vitória do Quilombo Brejo dos Crioulos

No dia 29 de setembro de 2011, as 512 famílias da comunidade quilombola de Brejo dos Crioulos, localizada no Norte de Minas Gerais, obtiveram uma grande conquista na luta pelo reconhecimento de seu território. Após 12 anos de luta, a presidenta Dilma Rousseff assinou o decreto que permitirá a desapropriação dos imóveis rurais abrangidos pelo

território quilombola. De acordo com o laudo antropológico sobre a comunidade, o território Brejo dos Crioulos tem 17.302 ha, dos quais 77% estão nas mãos de 9 fazendeiros.

O decreto foi assinado em resposta a uma mobilização de dois dias, em Brasília, organizada pelos quilombolas, com o apoio da CESE/GTF, com o objetivo de pressionar o Governo Federal. Diante de muitas incertezas, cerca de 100 quilombolas se acorrentaram em frente ao Palácio do Planalto, exigindo que a Presidenta da República atendesse a suas demandas.

O reconhecimento da existência de quilombos contemporâneos no Brasil é relativamente recente. Apenas em 1988, o Estado brasileiro reconheceu em sua Constituição a existência desse grupo social e lhes garantiu o direito à propriedade de suas terras. No entanto, transcorridos 22 anos, apenas 185 comunidades quilombolas contam com o título de suas terras. Trata-se de uma ínfima parcela - o equivalente a 6% - das 3.000 comunidades quilombolas que se estima que existam no País.

A vitória da comunidade de Brejo dos Crioulos tem um grande significado, tendo em vista o contexto atual, bastante desfavorável ao avanço dos direitos territoriais dos quilombolas. Entre as ameaças, destaca-se uma ação judicial - movida por um partido fortemente vinculado a interesses de grandes proprietários e do agronegócio exportador - contra uma lei de 2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas.

A comunidade seguirá se articulando pela manutenção desta lei, assim como ficará vigilante para que as desapropriações determinadas pela Presidenta da República se cumpram no prazo máximo de dois anos, evitando assim que o decreto perca sua validade.

O apoio às **causas indígenas** também foi significativo. Foram 25 projetos, num total de **R\$ 221.760,00** aplicados em 2011. A CESE seguiu apoiando as atividades de mobilização realizadas pelas organizações indígenas, em especial o Abril Indígena, que tem como principal evento o Acampamento Terra Livre. Essa atividade massiva é realizada há vários anos, contando com apoio da CESE, e busca tornar visível a situação dos direitos indígenas, articular apoio da sociedade envolvente, discutir formas de intervenção contra os grandes projetos desenvolvimentistas que provocam grandes impactos nas terras indígenas e reivindicar comprometimento do governo na garantia de direitos.

Resistência indígena na luta por direitos

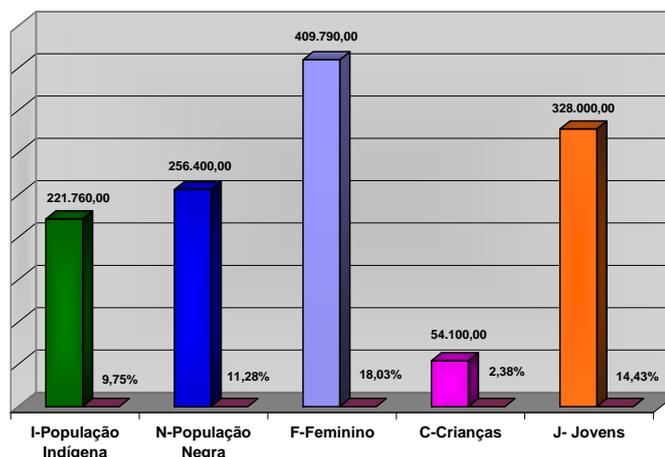
Tornar visível a situação dos direitos indígenas, redimensionar a pauta de demandas do movimento, articular apoio da sociedade envolvente, discutir formas de intervenção contra os grandes projetos desenvolvimentistas que provocam grandes impactos nas terras indígenas e reivindicar comprometimento do governo na garantia dos direitos indígenas. Essas foram as questões que levaram a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) a transformar a Esplanada dos Ministérios em uma grande aldeia, reunindo mais de 800 lideranças no Acampamento Terra Livre, maior mobilização indígena do País.

Em 2011, o objetivo principal do evento foi debater o quadro de violação dos direitos indígenas e reivindicar compromissos concretos do governo para superar essa situação. Foram discutidos temas como direito à terra (demarcação, criminalização de lideranças); grandes empreendimentos em Terras Indígenas (hidrelétricas, mineração, usinas nucleares e outros); implementação da Secretaria Especial de saúde indígena; educação diferenciada. Também na pauta a necessidade de articulação para aprovação do novo Estatuto dos Povos Indígenas pelo Congresso Nacional e do projeto que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI).



Foto: Blog Ação de Jovens Indígenas

Distribuição dos Recursos por Setores Populacionais Específicos



Ao lado disso, a CESE também apoiou, em 2011, atividades voltadas às mulheres indígenas, a exemplo do I Encontro de Mulheres, Assembleia da CUNPIR - Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas e I Encontro das Mulheres Indígenas do Vale do Javari; voltadas à juventude indígena (I Encontro dos Jovens Indígenas de Pernambuco); e eventos para discussão específica sobre a necessidade de dar visibilidade à luta dos povos indígenas contra os projetos desenvolvimentistas que ameaçam seus territórios.

Em 2011, verificou-se um crescimento significativo do apoio da CESE a projetos em **áreas urbanas**. A meta era aplicar 23% dos recursos em projetos de abrangência urbana e foram aplicados **26%** (77 iniciativas), notadamente para ações culturais e de comunicação (24 projetos, **6,64%** dos recursos) muitos deles com envolvimento direto da juventude. Ao lado dessas já *tradicionais* propostas, merece destaque a atenção que o movimento social vem dando, nos últimos anos, aos mega-eventos que, em nome do desenvolvimento, incidem diretamente sobre as populações mais vulneráveis, violando direitos - como moradia e acessibilidade, trazendo riscos ambientais, e influenciando, diretamente, no ordenamento das cidades.

Nessa área, a CESE apoiou alguns eventos importantes, em 2011, como a *III Jornada em Defesa da Moradia Digna*; o seminário *Habitação, desastres urbanos e violações de direitos humanos*; e o processo de articulação dos comitês populares de acompanhamento da *Copa do Mundo de 2014* que visam garantir o controle social dos investimentos públicos das obras que estão em andamento nas cidades-sede dos jogos e assegurar um legado positivo para as populações e para as cidades.

Moradia digna, desastres urbanos e mega-projetos

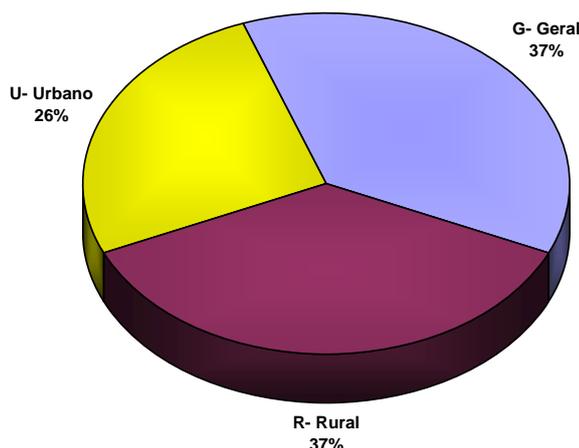
Com o objetivo de criar espaços de reflexão e construção de estratégias coletivas para fortalecimento do poder local e estímulo aos processos de resistência à violação do direito de todos e todas à moradia digna e à cidade, foi realizada a *III Jornada em Defesa da Moradia Digna*, em São Paulo. O evento, que contou com o apoio da CESE, foi promovido por um conjunto de organizações populares, entidades de assessoria, pastorais e a ouvidoria da Defensoria Pública do estado de São Paulo.

Os temas tratados na jornada têm impacto social direto nas populações urbanas mais vulneráveis - os mega-projetos, a violência urbana, a saúde pública (drogas, gravidez na adolescência), a criminalização dos movimentos sociais. O evento propiciou, também, a discussão sobre a questão de gênero e a realidade da população em situação de rua.

Constaram da programação atividades preparatórias de formação e mobilização social (pré-jornadas) nas comunidades que estão sendo ou serão atingidas por mega-projetos de intervenção urbana - como ampliação da rede de transportes rodoviários, realização de eventos esportivos ou renovação urbana de áreas centrais - bem como seminários, oficinas temáticas e atendimento jurídico.

Já em Alagoas, foi realizado o seminário *Habitação, desastres urbanos e violações de direitos humanos* a fim de refletir sobre as consequências da enchente que deixou 15 municípios em estado de calamidade, em 2010.

Distribuição dos Recursos por Abrangência



No processo de reconstrução das cidades, instrumentos importantes para a implantação efetiva de uma política de desenvolvimento urbano, como plano diretor participativo e planos de habitação de interesse social e de saneamento básico não estão sendo devidamente considerados. Passada a comoção pela tragédia, constata-se que as pessoas afetadas ficaram entregues à própria sorte.

A situação foi levada ao conhecimento da Relatora Especial do Direito à Moradia da ONU, a brasileira Raquel Rolnik, que ressaltou a necessidade de compreender esses episódios - cada vez mais frequentes no Brasil - em sua dimensão sociopolítica, resultante do processo de ocupação das cidades e não como mero fenômeno natural ou climático. *“Esse momento que estamos vivendo não é coincidência, é uma situação onde aqueles elementos que já estavam presentes em termos de vulnerabilidade, impossibilidade, insustentabilidade do nosso padrão de desenvolvimento urbano vão ficar cada vez mais presentes. Resumindo, é uma questão estrutural, que veio para ficar e que foi fruto de opções políticas”*, afirma a relatora.

Outro destaque em 2011 foi a ampliação do número de iniciativas apoiadas na área de **meio ambiente**, atingindo quase o dobro da meta estabelecida nos últimos dois anos: **R\$ 213.510,00**, correspondendo a **9,39%** dos recursos apoiados.

Entre essas, merecem menção ações relacionadas ao debate sobre mudanças climáticas envolvendo comunidades locais, estímulo à agroecologia, proteção da biodiversidade, mobilizações contra a instalação da usina de Belo Monte e contra as modificações no atual Código Florestal brasileiro, entre outras.

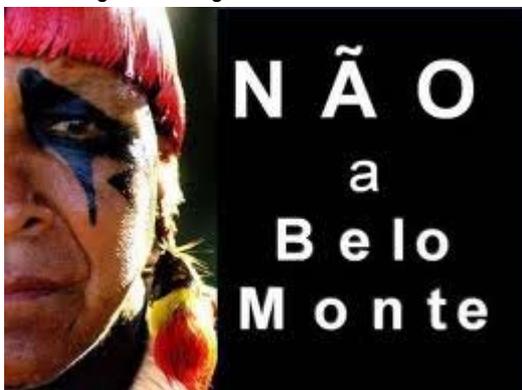
Justiça ambiental e mudanças climáticas

Quatro dos cinco estados que compõem a Amazônia Oriental (Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso) realizaram pré-conferências em preparação à VI Conferência sobre Mudanças Climáticas realizada pelo FAOR - Fórum da Amazônia Oriental.

O objetivo das atividades, que contaram com apoio da CESE, foi mobilizar e qualificar as entidades-membro do Fórum no Amapá, Maranhão, Pará e Tocantins, de modo a fortalecer a sustentabilidade institucional da rede e o aprofundamento do tema, tão importante para a região.

Nas pré-conferências, as organizações sociais identificaram boas práticas realizadas no âmbito da mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Além de serem compartilhadas na VI Conferência do FAOR sobre Mudanças Climáticas, essas discussões servem de preparação para participação de organizações da Amazônia nas atividades paralelas à Rio + 20, que vem mobilizando diversos setores da sociedade civil brasileira.

Foto: Blog Comitê Xingu Vivo



No Pará, a discussão sobre justiça ambiental focou as ameaças de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, sobretudo para os povos indígenas.

Exemplo importante de mobilização nesse campo foi a iniciativa da Associação Indígena Tembê de Santa Maria do Pará que reuniu caciques e comunidades indígenas Arara e Juruna da Volta Grande do Rio Xingu, Juruna do Km 17 e Kaiapó em Redenção e Tucumã para discutir estratégias de luta contra a construção da UHE.

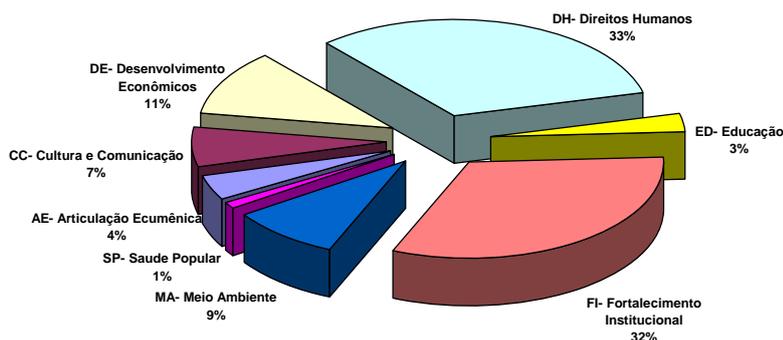
"A mudança social mais importante que entendemos é a paz que nossos parentes terão para enfim poderem conduzir sua própria história sem mais ameaças", afirma a Associação.

A CESE também reforçou o debate ambiental com iniciativas próprias: lançou um edital para pequenos projetos nessa temática no final de 2009 fazendo com que houvesse, a partir de 2010, um aumento expressivo de demandas relacionadas ao tema e, em 2011, definiu a Justiça Ambiental como tema que permeou o conjunto de suas ações.

Muitas das ações protagonizadas pelas organizações populares, movimentos e articulações em relação ao meio ambiente são também "cartão de visita" para chamar a atenção da sociedade para graves violações de direitos humanos. Exemplo disso é a Campanha Justiça nos Trilhos que visa a defesa dos direitos socioambientais das comunidades ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), especificamente no caso dos "meninos do trem", que embarcam clandestinamente nos trens da mineradora Vale do Rio Doce e dos atropelamentos ao longo da ferrovia.

Em 2011 a CESE fortaleceu a campanha mediante apoio a organizações de direitos humanos no Maranhão para a realização de diversas ações, entre elas: articulação com Ministério Público e outros órgãos de defesa da criança e do adolescente para pressionar a mineradora a resolver o problema dos "meninos do trem"; denúncia de atropelamentos; atividades de pressão para conseguir indenização de um caso específico que possa se tornar referência e estimular a organização das famílias, e para que a Vale adote medidas de proteção e segurança nos trens.

Distribuição dos Recursos por Natureza



Projetos com a tônica **direitos humanos** ultrapassaram a meta prevista para 2011, nessa área. A CESE estimava aportar 21% dos recursos do PPP e o desempenho foi bem além, alcançando o percentual de **32,51%**, o que representa **88** dos **305** projetos apoiados nessa área. Diversos temas mereceram a atenção da sociedade civil brasileira em 2011, entre eles o Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH3, a instalação da Comissão Nacional da Verdade e o processo de monitoramento dos direitos humanos econômicos sociais e culturais (DHESC).

Em 2011, a CESE apoiou esse processo de monitoramento que contou com uma série de atividades, como: análise do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC e do PNDH3; oficinas de mobilização; oficinas temáticas e audiência pública. O objetivo desse processo é construir uma metodologia de indicadores e de instrumentos de monitoramento dos DESC, difundir observações, recomendações e conclusões do Comitê DESC e potencializar articulações em torno de lutas locais pelos direitos humanos, de forma a ampliar a interlocução em processos de controle social e incidir para que os governos adotem as recomendações nas diferentes esferas.

A CESE também apoiou o Comitê Baiano pela Verdade na mobilização da sociedade pela criação e efetivo funcionamento da Comissão Nacional pela Verdade, na expectativa de que isso contribua para reconstituir com objetividade as violações de direitos humanos ocorridas no período da ditadura, passando a limpo instituições civis e militares e recolocando na agenda política do Brasil o compromisso com a memória e a verdade.

Foto: Blog Evidentemente



Direito a Memória e Verdade

No dia 30 de maio foi criado em Salvador o Comitê Baiano pela Verdade (CBV), com o objetivo de pressionar o Congresso Nacional pela aprovação do Projeto de Lei 7376/10 que institui a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e dar continuidade à luta pelo esclarecimento total dos crimes da ditadura.

Da reunião participaram dezenas de organizações, grupos e movimentos sociais, diretórios acadêmicos, personalidades e militantes de Direitos Humanos, além de Gilney Viana, ex-presos político e assessor da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A CESE compõe a coordenação colegiada do Comitê, do qual também fazem parte o Grupo Tortura Nunca Mais, a OAB, a ASA - Ação Social Arquidiocesana e o Centro de Estudo Victor Meyer.

Em junho, houve um lançamento do CBV, com a presença da ministra Maria do Rosário, titular da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o assessor da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a representante da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e o deputado Emiliano José, pelos ex-presos políticos. O sentido mais imediato do CBV foi se associar a outras iniciativas no Brasil para a aprovação do decreto-lei que cria a Comissão Nacional da Verdade para identificar pessoas e instituições responsáveis que violaram os direitos humanos durante o período da Constituição de 1945 e 1988, com foco prioritário nos 21 anos de ditadura militar (1964-1985).

Em dezembro, o Comitê Baiano, através do Grupo Tortura Nunca Mais, ajudou a organizar a Caravana da Anistia que anistiou Carlos Marighella, quando foi anunciado compromisso do governo da Bahia para construir e instalar um memorial sobre a ditadura militar no estado.

Os comitês pela verdade já foram criados em 16 estados brasileiros. Iniciativas como essas pretendem passar a limpo as instituições civis e militares brasileiras e recolocar na agenda política o compromisso com a memória, a verdade e a justiça, alinhando o Brasil com os demais países latino-americanos.

Uma dimensão bastante valorizada pela CESE, no apoio a projetos, é o **fortalecimento institucional dos grupos** (FI). Fazendo jus a esse propósito da CESE, a natureza FI é onde se concentra um dos maiores volumes de recursos (**32,08%**).

A CESE adota alguns indicadores para verificar sua contribuição aos grupos apoiados, como: *aumento do número de sócios; maior participação interna dos sócios, especialmente de mulheres e jovens; ampliação do grau de democracia interna; melhor gestão e monitoramento do trabalho do grupo; avaliação do projeto referida ao(s) objetivo(s); melhor planejamento estratégico e/ou de novas propostas específicas*. Essas evidências são observadas tanto nos relatórios de projetos enviados pelos grupos como por meio de visitas de monitoramento, de encontros de agentes de projetos (EAPs) e de avaliações de efetividade. Tomando por base esse conjunto de indicadores, a análise dos relatórios de atividades dos projetos aponta alguns resultados¹ que merecem destaque.

No que se refere à organização interna, constatou-se que **436 dos grupos apoiados foram fortalecidos**, com maior participação dos membros das organizações nas decisões coletivas, maior envolvimento de jovens e mulheres e diversificação de iniciativas para garantir a sustentabilidade financeira das organizações, entre outros aspectos.

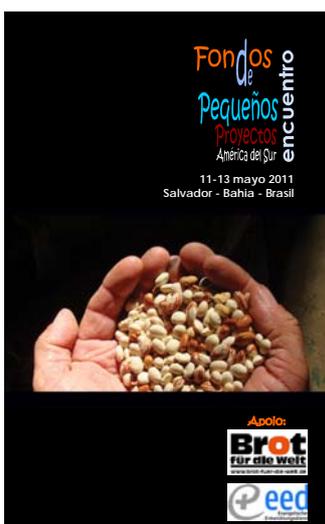
¹ Os resultados apresentados referem-se ao conjunto dos projetos apoiados no Programa de Pequenos Projetos da CESE, a partir da análise dos relatórios enviados pelos grupos apoiados, analisados no ano de 2011. É importante ressaltar que os relatórios dos grupos nem sempre são enviados no mesmo ano do apoio ao projeto.

Também se constatou que **431 grupos apoiados passaram a considerar mais intensamente questões de gênero**, realizando ações de formação nessa área para público misto; articulação da dimensão de gênero a outras temáticas trabalhadas pelas organizações (igualdade racial, agroecologia, economia solidária etc.); maior incorporação da temática da violência contra a mulher na agenda política das organizações, destacando-se a divulgação dos avanços previstos pela Lei Maria da Penha (violência doméstica), ações de incidência junto às diversas esferas de governo responsáveis pela implementação da Lei e outras políticas públicas de promoção da igualdade de gênero. Além disso, observou-se uma ampliação do número de mulheres assumindo funções de liderança, apesar de ainda persistirem desigualdades.

Quatrocentos e trinta e seis grupos apoiados passaram a se articular melhor com outros grupos e movimentos, realizando ações conjuntas em âmbito local e nacional; ampliando o rol de parcerias; inspirando iniciativas similares em outras comunidades; integrando redes e fóruns de formulação e monitoramento de políticas públicas e realizando campanhas de caráter local/nacional para angariar apoio da sociedade às suas causas e pressionar instâncias governamentais. Entre os temas de destaque nesse período estão: mobilizações pelo monitoramento dos impactos e recursos para os mega-eventos que serão realizados no Brasil nos próximos anos; campanhas contra o uso de agrotóxicos; de denúncia de assassinatos da juventude negra e contra a intolerância religiosa. Diversas ações também foram travadas em defesa de programas, políticas públicas e leis de grande impacto social, como demarcação/homologação de territórios indígenas; titulação de territórios quilombolas, entre outras.

Finalizando as considerações acerca do desempenho do PPP em 2011, merece destaque a grande aproximação dos percentuais de apoio a projetos de direitos humanos e de fortalecimento institucional, o que vem reafirmar que a CESE segue garantindo a execução da missão a que se propõe de contribuir com as organizações sociais nas suas lutas por transformações no Brasil.

Ainda que movida pela certeza de que *os pequenos projetos são relevantes como estratégias de promoção, defesa e garantia dos direitos humanos, os desafios do contexto nacional e internacional têm levado a CESE a refletir sobre a capacidade de incidência dos fundos de pequenos projetos para a consolidação de conquistas efetivas para as populações de deles são beneficiárias.*



Essa reflexão foi compartilhada, em 2011, com outras organizações reunidas no Encontro de Fundos de Pequenos Projetos da América do Sul, organizado pela CESE, com o apoio de Pão para o Mundo e EED. O evento reuniu representantes de 11 fundos de pequenos projetos da Argentina, Paraguai, Brasil, Peru, Equador, Bolívia e Colômbia que constataram diversas semelhanças nos contextos sociais, políticos e econômicos onde os fundos desenvolvem suas ações.

Com a contribuição de Sílvia Caccia Bava, editor de "Le Monde Diplomatique Brasil" e Graciela Rodriguez, membro da coordenação da Aliança Social Continental, o olhar sobre a realidade da América Latina revelou que, embora tenha havido crescimento econômico na região, a injustiça social continua sendo um problema grave nos países latino-americanos, ao tempo em que os recursos que os fundos de pequenos projetos recebem de agências da cooperação internacional estejam diminuindo. Além disso, a relação entre Estado e movimentos sociais na América do Sul tornou-se mais complexa a partir da eleição de vários governos considerados de centro-esquerda, com vinculação com os movimentos sociais em seus países.

No encontro, foi enfatizado que o apoio a pequenos projetos permanece como estratégia de fundamental importância para o fortalecimento dos movimentos sociais em suas lutas pelos

direitos humanos na América Latina, pois grupos locais e segmentos sociais que não são prioritários para os governos - embora sejam essenciais para que transformações sociais profundas sejam alcançadas - encontram nos fundos de pequenos projetos a possibilidade de acessar recursos para fortalecer sua atuação, de maneira ágil e pouco burocrática.

Como resultado das discussões acerca de desafios e potenciais comuns, os fundos de pequenos projetos concordaram em trabalhar de maneira mais articulada. Nessa perspectiva, uma das deliberações do encontro foi a elaboração coletiva de um documento analítico sobre os fundos, seu modo de funcionamento e seus impactos. No próximo encontro, previsto para 2012, esse documento servirá como base para fortalecer o intercâmbio e a articulação entre as organizações que gerenciam os fundos, assim como para dialogar com agências internacionais.

O grupo também definiu pela organização de uma oficina de comunicação para ampliar a capacidade de incidência dos fundos de pequenos projetos na região, divulgando de maneira mais efetiva as conquistas e impactos dos pequenos projetos. Acesse o vídeo do encontro: <http://youtu.be/CrO-zl-dmkg>

PROGRAMA DE APOIO ESTRATÉGICO (PAE)

Em suas duas edições, o PAE demonstrou seu caráter estratégico, como complementação importante ao Programa de apoio a Pequenos Projetos - PPP, central na atuação da CESE desde sua fundação, em 1973. O Programa impulsionou iniciativas articuladas, contribuiu para ações de incidência pública e estimulou a produção de conhecimentos - revisitando conceitos de modo a contribuir para mudanças necessárias de valores, ideias e visões de mundo predominantes. Proporcionou ainda aprendizados para a CESE, para as redes apoiadas e também para parceiros, incluindo agências de cooperação. Uma inovação importante para a CESE com a implementação desse Programa foi a participação de um comitê externo na seleção dos projetos para apoio em cada uma das edições.

Outro ponto a salientar é a *diversidade das redes* apoiadas no que se refere a sua abrangência geográfica, sua composição, suas temáticas de atuação, seus estágios de organização. Em meio ao diverso, a explicitação de princípios e valores compreendidos como parte de uma metodologia de ação em rede.

Os encontros de intercâmbio e formação, o empenho na busca de alternativas para sustentabilidade e a abordagem de direitos e desenvolvimento trouxeram à tona muitas questões para o futuro das redes e para a CESE. Na segunda edição, concluída em 2010, fica evidenciado como um dos grandes aprendizados do PAE o *reconhecimento do sentido estratégico da comunicação* para ação das redes. Os debates em torno dessa questão favoreceram o repensar das ações de comunicação para dentro e para fora das redes.

Uma das grandes reflexões do programa foi quanto ao desafio de superar processos individuais de planejamento, monitoramento e avaliação, realizados por cada entidade envolvida nas redes, e o aprendizado de lançar-se à construção do conceito de *desenvolvimento institucional de campo*, envolvendo a construção de identidade coletiva, com democracia interna, partilhando e fazendo da diversidade de seus componentes uma oportunidade de alcançar reconhecimento público.

Assim como ocorreu na primeira edição, o programa deu seguimento ao aprofundamento das reflexões acerca do desenvolvimento institucional (DI) de redes, nos seus vários aspectos (identidade coletiva, desenho da rede, democracia interna, densidade social, comunicação interna, PMA e sustentabilidade financeira) e das estratégias de incidência pública. O destaque nesse segundo período foi a discussão com as redes sobre comunicação como estratégia para fortalecer o seu DI, assim como para incidência em políticas públicas e para defesa de direitos no contexto atual.

A sistematização é um aspecto relevante, que foi incorporado ao programa desde a sua criação, e estimulou as redes ao exercício permanente de reflexão sobre sua ação. Em 2011, foi elaborada a sistematização do programa, pela equipe da CESE, com a colaboração de pessoas que prestaram consultorias durante os três anos dessa edição. O texto traz reflexões sobre os desafios colocados para os movimentos sociais no Brasil, na atualidade, bem como para aprofundamento da democracia no País.

PROGRAMA DUPLA PARTICIPAÇÃO (PDP)

Em 2011 verificou-se aumento no número de projetos aprovados no Programa Dupla Participação (Ação para Crianças). Foram 63 propostas ao longo do ano, sendo que até o final do período ainda era aguardada a mobilização local de 30 delas.

Há dois anos a CESE vem adotando uma estratégia para estímulo ao envio de propostas, a “Chamada de Projetos”, que tem tido boa receptividade, demonstrada pelo aumento do número de projetos recebidos, em comparação com a origem do Programa, em que a demanda era espontânea.

Um dos fatores que contribuíram para o aumento de projetos recebidos foi a abertura para analisar iniciativas de outros segmentos, além de crianças e adolescentes. O escopo do programa foi ampliado, em acordo entre a CESE e Gansos Selvagens, que o apóia, por compreender que a tônica, aqui, é o fortalecimento de capacidades das organizações para mobilizar recursos locais, muito mais do que o apoio a um segmento social específico. Apesar desse novo enfoque, foi mantido o critério de que crianças, adolescentes e jovens estejam entre os beneficiários dos projetos, de forma direta ou indireta, a fim de guardar sintonia com o programa internacional de que a CESE participa, nessa parceria com Gansos Selvagens.

O que temos verificado nos dois anos de realização da Chamada é que o aumento da demanda não se traduz em projetos apoiados. Em 2011, foram recebidas 113 propostas e a análise apontou para uma melhor qualidade das iniciativas apresentadas. No entanto, um número ainda expressivo de propostas (70) foi negado por não atender aos critérios da CESE.

Outra dificuldade encontrada no programa está relacionada à baixa capacidade de vários grupos para realizar as ações locais de mobilização. Isso se deve, em geral, à pouca experiência das organizações com esse tipo de atividade e à fragmentação das ações para alcançar o montante esperado. Esses dois fatores têm levado a uma tramitação bastante lenta desses projetos na CESE. Já houve casos de projetos analisados no primeiro semestre de um ano que ficam pré-apoiados, aguardando apenas a mobilização dos grupos e o apoio só é confirmado no segundo semestre ou até no ano seguinte.

Apesar desses entraves, é importante destacar que, em 2011, foram apoiados 33 projetos na modalidade de dupla participação e os grupos apoiados mobilizaram, no conjunto, **R\$ 120.000,00** para o desenvolvimento das suas ações.

Arte de rua e direitos humanos



A perspectiva de difundir a expressão artística que retrata os valores do Hip Hop como meios educacionais, despertar iniciativas de inclusão social através da cultura popular e construir uma cultura de combate ao racismo com a prática dos direitos da pessoa humana foram alguns dos objetivos que levaram o Grupo Comunidade Pernambués Ativo, de Salvador-BA, a realizar o *Encontro de Graffiteiros e Graffiteiras de Salvador e Região Metropolitana*.

As 40 pessoas envolvidas (das quais 37 jovens, 12 mulheres) participaram de oficinas de graffiti - que visaram resgatar a autoestima e melhorar a relação do jovem com sua identidade étnicorracial; show cultural; e de seminário sobre a arte de rua na perspectiva dos direitos humanos, com a presença de organizações do movimento negro e militantes de outros segmentos sociais. Um dos desdobramentos do seminário foi a proposta de continuar a discussão para criação de um *fórum baiano da cultura Hip Hop*.



“Devido ao sucesso do projeto, representantes de outras comunidades saíram com ideias de desenvolver atividades semelhantes e, dentro do bairro, recebemos incentivos para dar continuação a projetos socioculturais. Durante o seminário foram criados laços de aproximação com representantes de outros grupos”, informa a organização proponente.

O resultado positivo em termos das mobilizações locais de recursos representou um avanço do programa, desde a sua implantação, mas a CESE compreende que ainda é necessário qualificar os projetos e estimular as organizações a enviar propostas para análise.

Para fazer frente a essa necessidade, a CESE deu início, em 2011, a um processo de capacitação de grupos de base, voltado à mobilização de recursos. A primeira experiência foi realizada em Salvador, com grupos que já haviam sido apoiados no programa, juntamente com outros parceiros da CESE apoiados no PPP. A partir dessa iniciativa, a CESE foi estimulada a promover outra oficina, dessa vez em Recife, contando com a participação de alguns grupos locais e de uma organização da Paraíba. Com essas duas oficinas, foi possível capacitar 52 organizações, envolvendo 90 pessoas. Ambas as atividades contaram com a consultoria de uma organização com expertise nessa área e, em Recife, com o apoio logístico de uma entidade parceira, já apoiada no programa.

A partir da oficina de Recife, a CESE passou - explicitamente - a estimular que os grupos participantes das atividades de capacitação enviem suas propostas para o programa. A experiência da CESE de parceria com organizações do movimento popular revela que elas têm muita experiência em mobilização social e política, mas a grande maioria ainda encontra dificuldades quando se trata de mobilização de recursos. Embora essa mobilização signifique um novo desafio para os grupos e os resultados ainda sejam tímidos, a avaliação feita por eles ressalta a contribuição da CESE para a construção da sustentabilidade financeira dessas organizações e para uma nova perspectiva sobre esse campo de atuação. Passam a compreender melhor a importância de fortalecer suas redes de relacionamento, de abrir novas frentes de apoio, além de buscar estratégias de abordagem e fidelização desses parceiros.



Oficinas de Capacitação de grupos para Mobilização de Recursos Locais



DIÁLOGO E ARTICULAÇÃO

Em paralelo aos programas de apoio a projetos, a CESE foi construindo sua rede de relações e ampliando contato com novos atores, tendo o compromisso ecumênico com a promoção, defesa e garantia dos direitos humanos no centro das suas ações.

Uma estratégia importante para a CESE manter-se sintonizada com as questões de interesse da sociedade civil brasileira, alimentar sua reflexão sobre as prioridades de apoio a projetos, à luz da conjuntura, bem como qualificar a análise mesma das demandas recebidas nos programas é a participação em eventos temáticos promovidos por terceiros, pela própria instituição e/ou em parceria com organizações e agências de cooperação.

Em 2011, alguns temas e/ou espaços de articulação mereceram destaque: justiça ambiental e mudanças climáticas; fortalecimento da luta das mulheres; equidade racial; Rio + 20; Copa; diálogos e convergências.

É importante ressaltar que muitas vezes as estratégias *apoio a projetos e diálogo e articulação* estão bastante relacionadas, revelando que a CESE é uma organização de serviço, que atende a demandas do movimento social brasileiro, mas, também, é um ator político que pode dar contribuições ao processo de construção da democracia no País. Essa íntima relação poderá ser constatada em alguns exemplos, a seguir.

JUSTIÇA AMBIENTAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Em parceria com as agências de cooperação HEKS e Pão para Todos a CESE realizou o seminário *Mudanças Climáticas e Riscos de Desastres: Preparando comunidades para a análise dos impactos e o planejamento de alternativas*. O evento buscou destacar o modo de viver e de produzir das comunidades tradicionais, dos agricultores familiares, que é bem menos impactante para o meio ambiente, e demonstrar que esses grupos já têm iniciativas de adaptação e de mitigação em relação às mudanças do clima.

As organizações participantes tiveram acesso a um panorama completo sobre o tema, o que poderá contribuir para facilitar que as comunidades compreendam essas questões. A metodologia utilizada no encontro, a exemplo dos DRPs (diagnósticos rápidos participativos) pode ajudar as comunidades a planejar melhor suas atividades e o uso do seu território, levando em consideração possíveis efeitos ou riscos relacionados às mudanças climáticas. O objetivo do método, inédito no Brasil, é incluir a análise de redução de riscos relativos a mudanças climáticas aos projetos de desenvolvimento das comunidades tradicionais, assentamentos etc. A metodologia já foi aplicada no Haiti, Honduras, Nigéria, Etiópia e Filipinas pela agência de cooperação Pão para Todos.

O tema Mudanças Climáticas vem ganhando espaço nas agendas políticas das organizações e movimentos e pode ser o denominador comum de lutas pela defesa do meio ambiente, pelo acesso à terra e ao território ou contra o agronegócio. A ampliação dessa discussão tem levado à adoção do conceito de Justiça Climática, compreendendo que as iniciativas de enfrentamento das mudanças climáticas não podem acomodar-se ao sistema global que está posto e devem debater o modelo de desenvolvimento, buscando enfrentar as origens do problema.

Utilizar o termo Justiça Climática pode ser uma forma de chamar atenção da sociedade para lutas das populações por terra, território e contra o agronegócio. *“É bom aproveitar para chamar atenção para causas dessas populações. Clima lembra desastre e chama atenção das pessoas”*, sugere Jean-Pierre Leroy, da Organização Não-Governamental Fase, que participou do evento.

Outra iniciativa de discussão sobre a questão ambiental foi realizada em parceria com a ABONG NE2. *Justiça Ambiental e Defesa das Florestas Rumo à Rio + 20* foi o título do seminário realizado no âmbito da Campanha Primavera para a Vida que reuniu representantes das associações filiadas à ABONG e convidados em homenagem aos 20 anos daquela associação, visando, também, preparar as organizações baianas para a Rio + 20.

Na oportunidade foi apresentado breve histórico das negociações, perspectivas das atividades paralelas - a exemplo da Cúpula dos Povos - e os grandes temas que dominarão a conferência, dando destaque às discussões sobre Mudanças Climáticas no contexto da “Economia Verde”. A intenção do seminário foi também lançar bases para a criação de um Comitê Baiano da Rio + 20.

FORTELECIMENTO DA LUTA DAS MULHERES



Em uma co-promoção entre CESE, Articulação de Mulheres Brasileiras, Fundação AVINA, Terre des Hommes Suisse e Terre des Hommes Schweiz foi realizado em 2011 o debate *Políticas Públicas para Mulheres: Avanços e Desafios*.

Participaram do evento cerca de 80 pessoas, principalmente lideranças do movimento de mulheres do estado da Bahia, incluindo representantes de grupos de Salvador, Ilha de Maré, Santo Amaro, Lauro de Freitas e da região de Feira de Santana. Estiveram representadas organizações feministas - SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia / Articulação de Mulheres Brasileiras, Criola / Articulação de Mulheres Negras Brasileiras; academia - Centro de Estudos Afro-orientais - CEAFFRO/UFBA; Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD). O evento contou, também, com a presença da Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres do estado da Bahia e de representantes de outras secretarias e instituições, tais como Secretaria de Promoção da Igualdade do estado da Bahia (SEPROMI), Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

No evento, foram apresentadas as principais conclusões sistematizadas na publicação *Políticas Públicas para a Igualdade: Balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente*, elaborada pela Articulação de Mulheres Brasileiras. Entre as análises do Balanço, destacam-se ações importantes no campo legislativo como a Lei Maria da Penha e a valorização do salário mínimo como uma política geral com grande impacto sobre a vida das mulheres. No entanto, foi apontada a baixa incorporação da dimensão de gênero no conjunto das políticas governamentais, o que é crucial para reverter as desigualdades em suas vários aspectos.

O evento também chamou atenção para o caráter estruturante da questão racial para as desigualdades no Brasil e a necessidade de ela estar na centralidade das políticas voltadas para mulheres. Mereceu destaque a reflexão sobre a atuação crescente das fundações privadas no campo da saúde, o que vem representando perdas significativas de direitos para a população, garantidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A má qualidade do serviço afeta em particular as mulheres negras, inclusive pela alta incidência de mortalidade materna nesse segmento.

Foram apresentados dados sobre o projeto *Encruzilhada de Direitos*, do CEAFFRO, sobre a implementação do Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em distintos territórios da Bahia e enfatizada a importância da formação de gestores e gestoras locais como um aspecto fundamental para um atendimento de qualidade às mulheres vítimas de violência.

Mulheres urbanas e rurais, quilombolas, pescadoras, conselheiras, entre outras, reafirmaram a importância da articulação e mobilização dos vários segmentos de mulheres para a defesa de direitos. A esse respeito, foi feita uma reflexão crítica sobre o ciclo de conferências de políticas públicas para as mulheres, então em curso. Ficou ainda evidenciada a preocupação dos movimentos com a possibilidade de serem reunidas as Secretarias Especial de Políticas para Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial e de Juventude em um só Ministério dos Direitos Humanos, o que representaria um retrocesso para a implementação de políticas públicas adequadas, com a incorporação das dimensões de gênero e raça.

Outro momento importante para o fortalecimento da luta das mulheres foi o debate sobre a reforma política e suas implicações para o fortalecimento da democracia. A atividade foi promovida pela CESE e Articulação de Mulheres Brasileiras e contou com a participação

de 40 mulheres representantes do Fórum de Entidades do Subúrbio, Coletivo de Mulheres do Calafate, Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia, Conselho dos Direitos da Mulher de Lauro de Freitas, entre outras organizações.

Na atividade, ressaltou-se que as propostas dos movimentos sociais para a reforma política vão muito além de modificações no sistema eleitoral. É necessário diminuir a transferência de poder aos representantes eleitos, como acontece hoje no Brasil, aprimorando a democracia representativa, mas é também fundamental fortalecer os instrumentos da democracia direta, como referendos e plebiscitos, tornar o Poder Judiciário mais transparente e democratizar a comunicação. *“Os conselhos e conferências, mecanismos de democracia participativa, também devem passar a ter um poder maior de influência nas decisões sobre as políticas públicas”* afirmou Carmen Silva, educadora do SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, presente no evento.

Uma prioridade na pauta dos movimentos sociais para 2011 foi a proposta de simplificação do processo de iniciativa popular, com a redução do número de assinaturas necessárias para a apresentação de projetos de lei. Foram também debatidas alterações que terão impacto direto para ampliar a representação das mulheres, a exemplo da lista fechada com alternância de sexo, ferramenta já testada com êxito em outros países. Também devem ser desenhadas estratégias para reverter o quadro de sub-representação de outros segmentos, baseadas na discriminação racial, étnica e por orientação sexual.

As mulheres presentes no evento reafirmaram a importância da implementação dessas propostas para combater práticas fisiologistas e clientelistas, muito comuns nas campanhas políticas em seus locais de atuação. *“Fiquei até emocionada quando ouvi essas propostas. Isso nos dá esperança de mudanças concretas na realidade que vivemos hoje”*, disse Lígia Margarida, da Associação Renascer Mulher, integrante da Rede de Mulheres para o Controle Social.

“As candidaturas das mulheres precisam ser fortalecidas e isso passa pela conquista da igualdade. Ao contrário dos homens, antes de ir para as ruas fazer suas campanhas políticas, as mulheres ainda têm a carga de todo o trabalho doméstico. Precisamos mudar as regras desse jogo”, afirmou Sulle Nascimento, representante do Fórum de Mulheres de Lauro de Freitas no comitê político da Articulação de Mulheres Brasileiras.



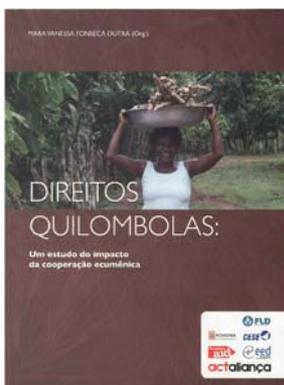
EQUIDADE RACIAL

A CESE sediou o lançamento do *Relatório da Desigualdade Racial 2009 - 2010* produzido pelo Laboratório de Estudos Sobre Desigualdades Raciais (LAESER) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na oportunidade, dois dos autores do documento apresentaram seus principais destaques para um público de mais de 100 pessoas, entre eles parlamentares, secretários de Estado, lideranças dos movimentos e sociedade civil em geral. O evento foi uma promoção conjunta de CESE, HEIFER Internacional e AVINA.

Segundo dados da pesquisa, nos julgamentos processuais a dinâmica brasileira ainda tem a sua ação impregnada de conteúdo racista. *“As supostas vítimas de racismos perdem mais do que os supostos réus”*. *“A pessoa vítima de racismo, geralmente, está em uma condição hierárquica menor e em 99% dos casos em condição de mais vulnerabilidade do que a outra”*, afirma um dos autores.

O desafio está em como produzir análises que permitam às pessoas um diálogo com a complexidade das questões que estão sendo enfrentadas. *“Neste momento de luta pela igualdade racial no Brasil, nós não podemos cair na armadilha de análises simplificadas. De análise que diz está tudo uma grande porcaria ou está tudo uma maravilha. Dizer que está tudo uma grande porcaria é negar avanços que são causados pelo próprio movimento”*, afirma o coordenador da pesquisa.

Para ele alguns debates que estavam “dentro do armário” vão se tornando debates públicos e essas são algumas das contribuições que o relatório pode trazer. A garantia das conquistas já alcançadas é uma responsabilidade coletiva. “Essas são as responsabilidades que cada um de nós vai ter que ter para, de agora em diante, garantir que as conquistas sejam preservadas”, afirma.



Outra iniciativa importante no âmbito da construção da equidade racial no Brasil foi o lançamento livro *Direitos Quilombolas: Estudo de Impacto da Cooperação Ecumênica*, um estudo de caso que contou com o apoio de Christian Aid e EED para sua realização.

O livro apresenta uma avaliação de impacto do apoio ao movimento e às comunidades quilombolas, de 1996 a 2009, pelas organizações da Aliança ACT no Brasil. Fizeram parte do estudo: CESE, Koinonia - Presença Ecumênica e Serviço e FLD - Fundação Luterana de Diaconia. As organizações participantes analisaram comunidades quilombolas em São Francisco do Paraguaçu (BA), Baixo Sul (BA) na Ilha de Marambaia (RJ), no Maranhão e no sul do Rio Grande do Sul.

Além dos cinco casos, o relatório aponta também a contextualização da questão quilombola no Brasil, atualmente, e apresenta reflexões sobre os principais impactos, aprendizados, desafios e recomendações.

Em 2011 foram realizados dois eventos de lançamento - em São Luís, no Maranhão e na Ilha de Marambaia, no Rio de Janeiro - e vários outros já estavam sendo programados para 2012, a fim de levar a público as conclusões do estudo e, sobretudo, contribuir para o fortalecimento das comunidades quilombolas nas suas lutas de resistência.

Também em 2011 teve início a estruturação do Fórum de Apoiadores para a Equidade Racial - FAER, articulação de diversas fontes que financiam o movimento negro brasileiro com vistas a contribuir para aprimorar o fortalecimento institucional das organizações nas suas lutas pela promoção da igualdade racial no Brasil. A CESE vem participando desse fórum que é um espaço de troca de informações, experiências e análise de conjuntura.

No plano internacional, a CESE acompanhou as discussões acerca da equidade racial por meio da participação na *1ª Cúpula Mundial de Afrodescendentes* realizada em La Ceiba (Honduras). O encontro reuniu 800 delegados de mais de 44 países, dentre eles representantes da sociedade civil, do governo e de organizações internacionais.

No encontro foi formulada a *Declaração de La Ceiba da 1ª Cumbre Mundial de Afrodescendentes* que clama pelo combate a todas as formas de discriminação racial, além de exigir a adoção de medidas capazes de extinguir o racismo no mundo. A declaração defende também a garantia plena de cidadania e de direitos humanos das pessoas afrodescendentes e pede apoio para as vítimas do racismo no acesso à justiça. “O mundo inteiro está escutando a voz da população negra das Américas que ainda sofre com o legado da escravidão e da colonização, vítima de racismo e de exploração”, declarou Céleo Álvarez Casildo, secretário-executivo da Cúpula e também dirigente da Organização Étnica de Desenvolvimento Comunitário (ODECO).

O encontro formulou decisões e sugestões importantes. Além de indicar que a Organização das Nações Unidas - ONU inclua o nono Objetivo do Milênio relacionado à redução de todas as formas de racismo, discriminação racial e xenofobia, foi sugerida a criação de um Índice de Desenvolvimento Humano com a “perspectiva de raça e etnia”. O encerramento se deu com o pedido de um Fórum Permanente de Assuntos Afrodescendentes na ONU, na OEA e na União Europeia (UE). Na ocasião, também foi recomendado às Nações Unidas que declare, a partir do ano de 2012, a Década dos Povos Afrodescendentes no Mundo e a criação do Fundo de Desenvolvimento dos Afrodescendentes.

Para o secretário executivo da Cumbre, o evento foi um sucesso porque houve consenso sobre a realidade dos povos afrodescendentes e dos direitos que reivindicam. O evento revelou a expressão de um movimento social que busca compromissos da comunidade internacional com um plano de desenvolvimento global e de valorização da identidade dos povos afrodescendentes.

Foi um momento político que possibilitou reflexão crítica sobre as condições econômicas e sociais das populações afrodescendentes, dos movimentos negros pós-Durban e da implementação dos tratados internacionais. Mereceu destaque a participação expressiva de mulheres não somente como delegadas, mas também como expositoras e debatedoras, levando para o centro das discussões a situação das mulheres negras. A Cumbre apontou um conjunto de proposições para um desenvolvimento mundial sustentável com equidade racial.

As delegações afrodescendentes reunidas em Honduras reivindicaram aos Governos políticas de inclusão nos serviços de educação, saúde, habitação, emprego, renda e acesso a sistemas de financiamento e crédito, alimentação, tecnologias da informação e comunicações, cultura e processos políticos. A expectativa é que também a juventude afrodescendente da América Latina seja incluída no debate, para pensar e formular políticas públicas que atendam às suas necessidades.

Para a CESE, o apoio ao movimento negro no Brasil é parte da construção dos seus 38 anos de existência. O combate ao racismo e todas as formas de discriminação é condição fundamental para a construção de um mundo justo e solidário. A Cumbre possibilitou a troca de experiências e aprofundamento de discussões sobre questões de gênero e raça, o que vem contribuindo no aprimoramento do trabalho da CESE.



Rio + 20

O FEACT Brasil juntamente com o PAD continuaram suas reflexões e ações no campo dos direitos humanos e desenvolvimento e tiveram como um dos focos os mega-eventos programados para o Brasil, principalmente o Rio + 20, preparando uma coalizão ecumênica para atuar no espaço da Cúpula dos Povos.

CESE e KOINONIA foram designados pelo FEACT para representá-lo no grupo de articulação, espaço de redes nacionais e internacionais, responsável pelas decisões em relação à Cúpula.

COPA DO MUNDO DE 2014

Entre os meses de abril e junho de 2011, a CESE participou de reuniões com grupos populares, movimentos sociais e organismos profissionais em Salvador que se propõem debater e incidir sobre as implicações decorrentes da Copa Mundial de Futebol de 2014.

São esperados grandes impactos socioambientais na estrutura urbana de Salvador que dizem respeito diretamente à qualidade de vida na cidade, podendo se constituir em oportunidade de maior inclusão ou fator de agravamento da exclusão social. A começar pela construção da grande arena esportiva que, ao mesmo tempo, gera empregos e endividamento público. Outras implicações têm a ver com a mobilidade urbana/sistema de transportes, especulação imobiliária, saneamento básico, as perspectivas para os que vivem da economia informal e outros desdobramentos sobre os quais se tem poucas informações, tal a ordem de grandeza desses investimentos e baixa transparência dos gastos públicos.

Em Salvador, o movimento começou por iniciativa da Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe - CAMMPI, com o slogan “Se a Copa é boa, também quero”. A partir daí, outras iniciativas tomaram corpo e confluíram para a criação de um Comitê Popular da Copa no estado da Bahia, visando monitorar os investimentos para que de fato deixem um legado positivo para Salvador e região metropolitana.



O Comitê Popular tem como finalidades debater a transparência e acesso ao orçamento e aos projetos que serão executados na cidade e região, pleitear e estimular a participação popular através de instrumentos de controle social e pautar debates com foco no papel do poder público na preservação dos direitos humanos, visando dar atenção especial aos possíveis impactos negativos decorrentes das ações da Copa.

Como ações do Comitê visando tornar pública a discussão sobre a Copa, merecem destaque a realização de um seminário com a participação de representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Instituto de Arquitetos do Brasil e dezenas de organizações e movimentos preocupados com o legado da Copa; e de uma audiência pública com o tema *Copa do Mundo e Direitos Humanos - O Silêncio que precede a Exclusão*, com Raquel Rolnik, Relatora da ONU para o Direito à Moradia Adequada. Na audiência, foi lançada a publicação *Direito à Cidade*, na qual a CESE apresenta a sistematização da efetividade do apoio a projetos urbanos com foco no aspecto moradia, com evidentes conexões com os impactos da Copa na Bahia e em outros estados que abrigam as cidades-sede da competição.

Além da preocupação com efeitos nocivos da Copa quanto ao direito à cidade nos seus diversos aspectos, também merece atenção a repercussão dos mega-eventos sobre a população negra. Essa questão foi abordada no seminário *Promoção da Igualdade Racial no Contexto dos Grandes Eventos Esportivos*, realizado pela Secretaria de Promoção da Igualdade do estado da Bahia - SEPROMI e pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. Os debates tiveram como objetivo apontar estratégias - a serem aplicadas por órgãos públicos e privados e pela sociedade civil na concepção e estruturação dos jogos, que priorizem o enfrentamento ao racismo e às desigualdades raciais.

A CESE também apoiou a realização da plenária da articulação dos comitês populares sobre a Copa e as Olimpíadas, espalhados pelo Brasil. A atividade propiciou avaliar a articulação nacional e elaborar estratégias de atuação e luta contra os impactos excludentes desses mega-eventos no País.



DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS

Encontro Nacional de Diálogos e Convergências. Esse foi o nome do evento que reuniu lideranças de organizações que atuam nos campos da Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo para discutir questões relacionadas à expansão do agronegócio e do modelo atual de desenvolvimento econômico que ameaçam a **reforma agrária**, os **direitos territoriais** e a **justiça ambiental**.

O encontro propiciou, também, o intercâmbio de experiências na luta pela democratização, pela justiça social e respeito ao meio ambiente.

A agroecologia como praticada hoje encerra conceitos e princípios desenvolvidos e consolidados ao longo dos últimos 20 anos a partir do trabalho de técnicos e agricultores. As redes que participaram do evento comungam de boa parte desses princípios e têm como base de sua atuação o diálogo franco e igualitário entre cientistas e populares.

Durante o encontro, foi lançada uma carta com as políticas defendidas pela rede de organizações que assinaram o texto, cobrando medidas efetivas do Estado, apresentando as experiências e buscando o diálogo contínuo. A versão completa da carta pode ser encontrada em <http://dialogoseconvergencias.org/noticias/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias>

Resumindo os principais pontos discutidos durante o encontro pode-se afirmar que os *modos de vida de comunidades e povos tradicionais, agricultores familiares e assentados - de baixa emissão, de consumo consciente e solidário - deveriam servir como exemplo para a sociedade brasileira enfrentar os desafios desse século em crise, especialmente o das mudanças climáticas.*

Além de apoiar o projeto que propiciou a realização do evento, a CESE faz parte desse processo de construção de diálogos e convergências na medida em que contribuiu para o desenvolvimento de várias das redes que protagonizaram a iniciativa, em suas ações locais, regionais e nacionais.

FORMAÇÃO

A avaliação institucional, realizada em 2009, constatou que a atuação da CESE é permeada por diversas iniciativas de formação / assessoria em distintos temas e formatos, mas ainda carece de uma melhor estruturação como *serviço*, como vinha sendo realizado pelo Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Institucional até 2007.

Essa área de atuação foi considerada como estratégica e essencial para a CESE, sobretudo em termos de sua futura sustentabilidade financeira, pois possibilita a abertura de um amplo campo de potencialidades de mobilização de recursos nacionais, notadamente junto a órgãos e programas governamentais. Politicamente, pode contribuir para reforçar laços da CESE com as Igrejas associadas, fortalecendo e qualificando sua ação diaconal.

Em 2011, a CESE deu início a discussões com vistas à estruturação desse serviço. Merecem destaque algumas experiências de formação, em 2011, nas áreas de economia popular, questão ambiental, desenvolvimento institucional, gênero, equidade racial e Soberania e Segurança Alimentar. Algumas dessas atividades foram voltadas para a juventude.



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CESE PRODUÇÃO COMUNITÁRIA E RENDA DE EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA POPULAR



Em 2011 foi realizada nova seleção de empreendimentos a serem apoiados no programa *CESE Comunidade e Renda*, em parceria, com CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa; CAM - Centro de Apoio aos Microempreendedores, ITCP/UCSAL - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade

Católica de Salvador e DO-DESIGN, empresa de marketing. Foram selecionadas 02 redes - Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (Feira de Santana) e Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda (Monte Sabores); 01 feira - Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos de Bom Jardim; e 05 empreendimentos - Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Lagoa de Dentro, CAMAPET, AMOMA (Associação de Moradores de Marcos), Cooperativa Agropecuária do Polo de Remanso LTDA (COAPRE) e Colônia Z-41 de Remanso.

As ações do programa, realizadas ao longo do ano, tiveram como foco a formação e o desenvolvimento de capacidades dos empreendimentos.

Na reunião de apresentação do programa foram aprofundados os temas *gênero, raça e produção* com as organizações integrantes, contando com a colaboração de assessoras da própria CESE e também de Heifer Internacional.

Em uma das etapas de avaliação e planejamento e, como acontece a cada encontro, foi debatido um tema importante no universo dos empreendimentos populares. Para a discussão sobre “*O desafio do beneficiamento de produtos por comunidades locais*”, foram apresentadas experiências na área de Boas Práticas na Produção de Alimentos - BPPA.

No segundo semestre do ano foi realizado Encontro de Comercialização do Programa que contou, na programação, com um momento de avaliação de programas de compras institucionais do governo; reunião com duas iniciativas de comercialização - a REDE MOINHO - Cooperativa de produtores e consumidores, e a REDE SABOR NATURAL DO SERTÃO - articulação que hoje congrega mais de 100 iniciativas produtivas que buscam comercializar de forma articulada; e avaliação de cada empreendimento do ponto de vista de sua comercialização atual.

Ao lado das atividades no campo da formação, o Programa realizou viagem de monitoramento e comunicação nos municípios de Tucano, Monte Santo e Remanso, na Bahia. A viagem de monitoramento do Programa - que acontece a cada ano - tem por objetivo conhecer os trabalhos e avaliar os resultados das consultorias de formação/acompanhamento realizadas. Na viagem de 2011, a equipe da CESE foi acompanhada por um designer, uma fotógrafa e um engenheiro de alimentos e após retornarem de viagem foram elaborados relatórios com proposição de ações de comunicação (designer) e de acompanhamento e capacitação em Boas Práticas de Produção de Alimentos.



PROGRAMA DIREITO A TERRA, ÁGUA E TERRITÓRIO

O DTAT é formado por um coletivo de 13 organizações e movimentos sociais que tem em comum o apoio da ICCO e o envolvimento com o direito a terra, água e território. É uma experiência de *enfoque programático*, que pressupõe a disposição para a inovação e o trabalho articulado em redes e *coalizões multiatores* buscando alianças a partir do estabelecimento de uma plataforma de objetivos comuns específicos.



Em abril de 2011 o programa encerrou a execução de seu plano de trabalho 2009/2010, e deu início à elaboração de uma proposta de plano de trabalho para o período 2011/2012, já que não foi possível construir um plano trienal em função dos cortes sofridos por ICCO.

No âmbito do programa, em 2011, foram realizados dois grandes seminários sobre mudanças climáticas, com a participação de parceiros e seus aliados locais. O primeiro, realizado em São Paulo teve como objetivo principal o aprofundamento teórico das organizações sobre o tema e contou com as contribuições de quinze painelistas convidados ao longo de três dias de evento. Já no segundo foram discutidas estratégias de capilarização do tema e foi realizado na RESEX Prainha do Canto Verde, em Beberibe/Ceará.

Também foram realizadas duas mesas públicas sobre as populações e comunidades quilombolas, na véspera das eleições, nos estados do Pará e Maranhão. Esses eventos estão em consonância com os focos do plano de trabalho do programa - comunicação e *advocacy* - que tem as mudanças climáticas como tema estratégico para sensibilização da sociedade sobre a relevância das comunidades tradicionais e de agricultores familiares para seu enfrentamento. Em 2011 também foram encerradas as atividades protagonizadas pelos parceiros, desenvolvidas no âmbito do edital do Fundo Delegado do DTAT que beneficiou 06 organizações.

A CESE foi beneficiada pelo edital para realizar o *Curso de comunicação para Advocacy*, realizado no período de 21 a 26 de março de 2011. O curso selecionou 21 agentes de comunicação de ONGs, movimentos sociais e organizações comunitárias da Bahia e de outros 05 estados brasileiros. O foco foi a qualificação das estratégias de comunicação audiovisual para o aperfeiçoamento e a ampliação das ações de comunicação das organizações. Ao final foi criado um espaço virtual de relacionamento dos participantes com objetivo de dar continuidade à articulação do grupo.

Comunicação para advocacy: contando nossas histórias

O curso de Comunicação para advocacy: contando nossas histórias foi realizado pela CESE com o objetivo de fortalecer a comunicação estratégica e o planejamento, qualificando o uso de instrumentos de comunicação audiovisual e sua divulgação pela internet. O curso buscou responder algumas perguntas: Como comunicar mais e melhor com um público mais amplo? Como qualificar as campanhas realizadas, especialmente na área audiovisual, usando a internet como instrumento? As redes sociais são estratégicas para a divulgação dos desafios dos movimentos e organizações? Como potencializar o trabalho em rede? Como este instrumento pode ajudar as suas ações de advocacy?



Na programação, palestras sobre “Criatividade e comunicação”; “Estratégias de comunicação e advocacy: comunicação com a sociedade, educação política e mudança”; “novas mídias, redes e ocupação do espaço público”; “a linguagem dos documentários em apoio à comunicação para advocacy”; além de oficinas de fotografia e de operação de vídeo.

Ao lado das discussões teóricas e troca de experiências, a programação contemplou também mostras de cine e vídeo documental (curtas e longas) organizado por Agustín Furnari, com documentários do acervo da Asociación ProDocumentales Cine e TV, da Espanha, além de mostra de fotografia documental de grandes fotógrafos.

Outra atividade do Programa foi o encontro *Capacitación de capacitadores en el enfoque programático*, em Lima/Peru. O evento reuniu cerca de 30 pessoas responsáveis por projetos executados com apoio da ICCO no Brasil, Bolívia, Paraguai, Peru, Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua. O trabalho em rede já é bastante comum no Brasil, porém geralmente é realizado entre atores do mesmo campo. Para encarar o desafio de articular redes com atores de campos diversos - como ONGs de DH e empresas - ICCO ofereceu a seus parceiros ferramentas metodológicas e teóricas, como a teoria da mudança e da aprendizagem. O encontro foi bastante intenso e contou com facilitadores locais e também da Universidade de Waheningem, na Holanda.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Em 2011, a primeira etapa do Programa de Desenvolvimento Institucional, desenvolvido pelo Instituto C&A (IC&A), com assessoria da CESE, chegou ao seu final. A CESE desenvolveu e administrou um fundo específico, por meio do qual apoiou 11 organizações.

No primeiro semestre de 2011 aconteceu em Recife, PE, o último encontro com as organizações apoiadas nessa edição do programa. A CESE participou intensamente da preparação do encontro, no qual foi feita uma avaliação da primeira chamada do Fundo que administramos. A avaliação em relação ao trabalho desenvolvido pela CESE foi bastante positiva e no segundo semestre do ano foi realizada a nova chamada.

Em novembro foi feito um balanço da parceira, tendo como base a experiência na gestão de um fundo para o Programa de Desenvolvimento Institucional daquele instituto (Fundo de Apoio a Iniciativas de Desenvolvimento Institucional) e a discussão de novo edital considerando o saldo disponível. A relação foi bem avaliada pelas partes e ensejou a prospecção de nova parceria para 2012 e os três anos seguintes. Em dezembro, dando continuidade a esse novo momento, o IC&A reuniu, além da CESE, duas outras organizações na intenção de formatar melhor o novo desafio para o período. Os recursos disponibilizados pelo IC&A deverão ser distribuídos no apoio a projetos conforme critérios adotados pela CESE, levando em conta o público alvo - crianças, adolescentes e juventude, com enfoque no sentido amplo da educação (formal e informal).

PROJETO JUVENTUDE CIDADÃ



O projeto Juventude Cidadã, apoiado por Kerkinactie, entrou no seu último ano.

As 4 redes beneficiárias definiram como tema para as oficinas e intercâmbio o enfrentamento à intolerância religiosa, além de comunicação e uma nova perspectiva de formação no campo dos Direitos Sexuais e Reprodutivos. Também foi proposta a realização de uma *cartografia social* no território em que as 4 redes atuam.

A questão dos direitos sexuais e reprodutivos foi resultado de um desafio colocado pelo representante da ICCO-Kerkinactie, de buscar a interveniência do Fundo das Nações Unidas para a População - UNFPA e foi avaliada como muito oportuna, na medida em que faz uma conexão com a perspectiva de gênero - envolvendo relações étnicorraciais - trabalhada no programa no ano anterior.

A partir dessa proposta, foi realizado em dezembro o intercâmbio das redes do projeto com um grupo do movimento Hip Hop - Posse, Consciência e Expressão/PCE. PCE é uma organização juvenil apoiada pela CESE que tem como objetivo combater a cultura da violência e a rivalidade entre bairros e comunidades no município de Lauro de Freitas/BA, difundindo outra cultura a partir da fusão dos talentos existentes na periferia.

O intercâmbio denominado *Saúde e Direitos Reprodutivos e Sexualidade para a Juventude, com abordagem de Gênero e Raça* contou com a colaboração da UNFPA na construção da programação e metodologias, por meio de uma equipe de consultoras. Ao lado das discussões temáticas, foram realizadas noite cultural e passeio a uma praia do município, o que favoreceu a integração das redes com o grupo local. Para cada rede foram enviadas questões estimulando novas atitudes em suas realidades, relacionadas aos temas.

Foto: Blog da AMCBVA



Outra experiência para esse segmento, que merece destaque foi a parceria com Terre des Hommes Schweiz para realização do edital *Jovens em Ação Contra a Violência Urbana* que selecionou projetos em Recife e Salvador.

Foram apoiadas três iniciativas para fortalecimento e consolidação de atores sociais da juventude nas periferias urbanas, com vistas à promoção do protagonismo juvenil na construção de alternativas para o enfrentamento à violência nas comunidades urbanas. O edital visou também contribuir para o aprimoramento da ação da CESE e de TdH Schweiz na temática da juventude e violência.

TECENDO UM PROGRAMA DE EQUIDADE RACIAL

O ano de 2011 foi dedicado à formatação do Programa de Equidade Racial no Nordeste, uma parceria entre a CESE, o Instituto Cultural Steve Biko e o Instituto Mídia Étnica, com apoio da Fundação Kellogg.

No segundo semestre foi lançado edital para apoio a 10 organizações no campo do fortalecimento institucional; seleção de 30 participantes para um curso de formação de lideranças e de 9 ativistas/militantes para formação e apoio em comunicação.

A CESE participou também, em 2011, de reunião do Conselho Consultivo do Programa que contou com a participação do oficial de programas de Kellogg, do secretário executivo do Fundo Baobá e representantes das organizações envolvidas.

Outra iniciativa importante foi a reunião com vistas ao diálogo com pares da Fundação Kellogg (outros grantmakers) sobre temas centrais para o desenvolvimento do Brasil, com foco nos indicadores de desigualdade do País, em especial nos de inequidade racial. A atividade contou com a participação de conselheiros/curadores/trustees dos EUA, além do presidente/CEO, da vice-presidente para equidade racial, do diretor para a América Latina e do oficial de programas para o Brasil da Fundação Kellogg.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARTICIPATIVA E INCIDÊNCIA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

Em 2011 foram realizadas várias reuniões entre CESE e Heifer Internacional, para definição de Termos de Referência para avaliação final do projeto apoiado. Devido à diminuição expressiva na arrecadação de recursos daquela agência, haverá muita dificuldade para aprovação de um novo projeto para apoio ao PPP da CESE. No período foi elaborado um “concept paper” solicitando apoio de Heifer para captação de recursos para uma nova edição do projeto de Formação Participativa de Atores Sociais em SAN, desenvolvido em parceria com o IBASE.

DIÁLOGO E RELAÇÕES ECUMÊNICAS

Em 2011, a questão ecumênica mereceu atenção especial, apesar de a CESE carecer de assessoria específica nessa área. Os trabalhos foram realizados por uma cooperante canadense, com apoio do grupo informal ecumênico interno. Mesmo nessas condições um tanto precárias, a CESE assegurou relações e diálogo com as igrejas, o acompanhamento à organização e atividades da Campanha Primavera para a Vida, além de iniciativas inovadoras no campo do diálogo interreligioso.

A CESE manteve sua presença ativa e efetiva em diversas articulações do campo ecumênico e apoiou diversas iniciativas, entre elas pequenos projetos relacionados à articulação ecumênica e ao diálogo interreligioso, todas, de alguma forma, ligadas à promoção da justiça e da paz. Merece destaque um crescimento significativo da sensibilização para o tema da sustentabilidade ambiental, nesse campo.

ARTICULAÇÃO COM ORGANISMOS ECUMÊNICOS, CONSELHOS E IGREJAS

Em nível internacional, a CESE esteve bastante articulada com organismos ecumênicos, como ACT Aliança, Conselho Latinoamericano de Igrejas - CLAI, Conselho Mundial de Igrejas - CMI e Centro Regional Ecumênico de Assessoria e Serviço - CREAS.

A ACT Aliança vem se fortalecendo através dos fóruns nacionais e regionais. O Fórum Ecumênico Brasil - FE Brasil, demonstrou persistência na afirmação do Fórum ampliado, ou seja, não restrito aos membros plenos de ACT, incorporando igrejas e organizações ecumênicas num trabalho de parceria. Finalmente, em agosto de 2011 foi reconhecido oficialmente como FEACT Brasil.

A CESE, que compõe o Grupo de Trabalho de ACT sobre Impacto, elaborou os termos de referência e facilitou a realização de um estudo de impacto do apoio - entre 1996 e 2009 - de entidades da Aliança ACT no Brasil, para comunidades quilombolas e o Movimento Quilombola. As entidades participantes são: CESE, Koinonia e Fundação Luterana de Diaconia, junto com duas agências ecumênicas (EED e Christian Aid). O estudo foi publicado em 2011 e vêm ocorrendo lançamentos reunindo comunidades quilombolas nas várias áreas consideradas pelo estudo, oportunidades de aprofundamento de questões e de visibilidade junto à sociedade local e regional. A CESE compõe a Mesa Facilitadora do FE SUL - Fórum Ecumênico Sulamericano, tendo participado de reuniões virtuais, presenciais e de capacitação em emergência, nesse período.

O Fórum ACT Brasil e o Sulamericano vêm buscando formas de participação na Rio+20, integrando a Coalizão Ecumênica. A CESE tem ampliado parcerias com as organizações da ABONG Nordeste 2 (Bahia e Sergipe) nas discussões preparatórias a esse grande evento. Merece destaque o evento promovido sobre o tema Justiça Ambiental e Defesa das Florestas Rumo à Rio + 20. Um dos desdobramentos foi a proposta de criação de um Comitê Baiano da Rio + 20.

Outra articulação importante de que a CESE participa é o Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Europeias e Parceiros Brasileiros - PAD . Em 2011, a CESE deixou de compor a coordenação executiva dessa articulação (sendo substituída na coordenação do GT por Koinonia como titular e UNIPOP na suplência), mas continuou colaborando e participando do setorial ecumênico e na elaboração de nota pública sobre a Comissão da Verdade e Justiça. Participou, também, na roda de diálogo internacional.

Quanto ao CLAI, em 2011 a CESE participou da Assembleia Geral do Conselho que, motivado pela CPPV, tratou o tema *Mudanças Climáticas* nesse evento. A CESE também colaborou com o CLAI Continental na apresentação e discussão sobre contexto para o encontro de famílias confessionais. A CESE apoiou e participou da realização de Ato Público de Repatriação do Acervo Brasil Nunca Mais, promovido por esse conselho, em parceria com CMI (cujo Secretário Geral esteve presente) e Procuradoria Geral da República.



Brasil, nunca mais!

O projeto *Brasil: Nunca Mais* teve por objetivo documentar o que ocorria nas prisões políticas do regime militar brasileiro. Foi financiado pelo Conselho Mundial de Igrejas e coordenado pelo pastor presbiteriano Jaime Wright e pelo Cardeal Evaristo Arns, da Arquidiocese de São Paulo, entre 1979 e 1985. Para que os

documentos não fossem destruídos pelos agentes da repressão, foram enviados para o exterior.

O Ato Público oficializou a entrega de documentos que estavam no Center for Research Libraries, de Chicago, além da correspondência entre Dom Paulo e o Rev. Jaime Wright, no período. Esse evento marcou também o início do *Projeto Brasil Nunca Mais Digital*, que possibilitará o acesso àqueles documentos, por qualquer pessoa, pela Internet.

A diretora executiva da CESE, Eliana Rolemberg, participou do Ato de Repatriação apresentando seu depoimento como uma das ativistas que enfrentaram os rigores do regime militar no Brasil.

Em termos latinoamericanos, a CESE tem forte parceria com o CREAS e as duas organizações têm colaborado mutuamente em processos de planejamento institucional. Em 2010 o CREAS facilitou oficina de planejamento da CESE e, em 2011, a CESE participou de celebração dos 10 anos de atuação do CREAS e do encontro de planejamento dessa organização regional.

No Brasil, a relação com as Igrejas associadas vem sendo fortalecida por meio da participação em eventos, mas especialmente pela Campanha Primavera para a Vida - CPPV que é um espaço de reflexão com igrejas e comunidades. Em 2010 e 2011, seguindo a recomendação do Encontro de Movimentos Sociais, promovido pela CESE, quanto à necessidade de maior envolvimento das igrejas com a temática ambiental, foi escolhido *Justiça Ambiental* como tema da CPPV. Igrejas associadas à CESE - e algumas próximas - realizaram eventos, participaram de outros, tomando o tema das mudanças climáticas e emergências como foco para capacitações.

Como exemplos de engajamento das Igrejas na CPPV, merecem destaque o espaço especial para divulgação da Campanha, oferecido pela IPU durante sua Assembleia Nacional, permitindo articulação com as mais variadas representações regionais; o estímulo da CNBB às dioceses, em todo o Brasil, para apoiar e replicar a Campanha e o evento *Catedral em Debate*, da IEAB de Brasília com o tema Justiça Climática.



O encontro contou com a fala de Marina da Silva, ex-ministra do Meio Ambiente, e Dom Maurício Andrade, primaz da IEAB, além da participação de outros religiosos empenhados na questão ambiental. Dom Maurício Andrade falou sobre o papel da Igreja no cuidado com o meio ambiente, fazendo referência ao trabalho da CESE e como participar da Campanha Primavera para a Vida.

Foram discutidos os caminhos que devem ser tomados em busca de um desenvolvimento que cause menor impacto ao meio ambiente, além de como a sociedade civil, as organizações religiosas e os esforços políticos podem contribuir para modificar a situação atual e garantir um futuro sustentável para o planeta.

Outras iniciativas de maior aproximação com as igrejas associadas, em 2011, foram: participação no Sínodo Teológico/CONFELIDER IEAB; na 48ª e 49ª Assembleias Gerais da CNBB e colaboração na Campanha da Fraternidade com a discussão do tema Mudanças Climáticas; Concílio da IECLB e culto de investidura do novo presidente eleito dessa igreja; apoio e participação em evento de celebração dos 100 anos da IPU de Caetité / Bahia.

Quanto a articulações locais com as igrejas, vale salientar o apoio da CESE ao fortalecimento do Conselho Ecumênico Baiano de Igrejas Cristãs - CEBIC, sobretudo para aprofundamento sobre a necessidade de reestruturação do conselho. Além disso, com o CEBIC, a CESE realizou visitas conjuntas a Igrejas de Salvador, ofereceu sua sede para reuniões, participou da assembleia de renovação da sua diretoria, participou de reuniões para celebrações do centenário de D. Helder Câmara, para aprofundamento sobre o ecumenismo na Bahia e contribuiu para a definição de agenda comum para 2011.

Apesar das dificuldades que o CEBIC enfrentou nos últimos anos, a realização do lançamento da CPPV em 2011 contou com o apoio fundamental de suas Igrejas. Ao lado disso, as principais lideranças do CEBIC têm participado e apoiado outras ações da CESE, como, por exemplo, a realização de um café da manhã com o novo Arcebispo da Arquidiocese de Salvador e Primaz do Brasil, D. Murilo Krieger, na sede da CESE.



Esse encontro com o Arcebispo foi uma ocasião de partilha, de conhecimento recíproco, de abertura ao diálogo, visando o aprofundamento das relações ecumênicas na Bahia. A CESE teve a oportunidade de mostrar seu trabalho, em especial o Programa de Pequenos Projetos, salientando o expressivo apoio a iniciativas oriundas de paróquias, pastorais e outros organismos ligados à Igreja Católica Romana. Apresentou, também, a Campanha Primavera Para a Vida, solicitando a D. Murilo que possa incentivar a participação de sua Igreja nessa caminhada.

Ainda no que se refere à relação com igrejas, em âmbito local, a CESE apoiou e participou da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos e Cristãs, em 2011, por meio da coordenação, preparação e divulgação do calendário dos 9 eventos em Salvador. A CESE também participou de diversas celebrações - Igreja Luterana, Paróquia da Trindade (ICAR) e IPU - e realizou culto na sua sede, o qual assumiu uma dimensão mais ampla, quanto ao sentido da Unidade.

A CESE também tem estreitado relação com igrejas não associadas, a exemplo da Igreja Batista Nazareth, Igreja Batista Esperança, Igreja Ortodoxa Bielorrussa e Igreja Católica Independente, para reflexões e ações conjuntas. Como destaque desse tipo de articulação, vale mencionar o apoio e participação periódica na iniciativa da Igreja Batista Nazareth, denominada "Jantar Teológico", evento em que são discutidos temas relevantes para a construção da articulação ecumênica e diálogo interreligioso.

O engajamento da CESE na discussão das questões ecumênicas está no cerne da sua atuação. Mais recentemente, sobretudo a partir das recomendações feitas no Encontro de Agentes de Projetos (EAP - 2008) por organizações populares e entidades representativas das práticas religiosas de matriz africana, a CESE foi desafiada a estimular as igrejas associadas e parceiras a aprofundar a discussão sobre intolerância religiosa. A CESE reconhece que se trata de um fenômeno que merece atenção por parte das organizações ecumênicas, sobretudo pelas atrocidades que vêm sendo cometidas contra as expressões de religiosidade de matriz africana e tem buscado tanto apoiar iniciativas nesse campo como ter uma atitude mais proativa no fomento a esse diálogo.

A CESE apoiou eventos de mobilização pelo Dia Nacional Contra a Intolerância Religiosa (dia 21 de janeiro) e, em Salvador, apoiou e participou de caminhadas pela paz e contra a intolerância. Ainda no plano local, iniciou relação com dois atores ligados à discussão contra a intolerância religiosa: a Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR) por meio da

participação e divulgação em eventos e intercâmbios com vistas à superação da intolerância; e NAFRO/NEAFRO, núcleos de Religiões de Matriz Africana e Indígena das Forças Armadas, na Bahia, que vêm defendendo a abertura de espaço para essas expressões religiosas nesse contexto.

A atuação nesse campo também ganhou proporções nacionais quando a CESE foi estimulada pela Secretaria Especial de DH da Presidência de República a produzir material sobre diálogo interreligioso e convidada a participar do lançamento da Comissão de Diversidade Religiosa, em 2011. Também participou de seminário promovido pelo CONIC, sobre o tema *diálogo interreligioso*, que contou com a participação de outras organizações ecumênicas.

Mapa da Intolerância Religiosa: Violação ao Direito de Culto no Brasil

Denunciar os casos de violação ao direito de culto no país, dando visibilidade a casos emblemáticos que se tornaram marcos no combate à intolerância religiosa; construir um canal permanente para recebimento e encaminhamento de denúncias aos órgãos competentes nos estados e municípios;



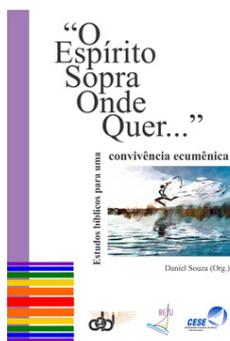
possibilitar que o Estado, através de seus órgãos competentes, divulgue as ações que estão implementando em prol da defesa do direito de culto; dialogar permanentemente com vários segmentos religiosos, buscando construir pontes que possibilitem uma convivência pacífica e harmônica entre os vários grupos. Esses foram os objetivos da criação do Mapa da Intolerância Religiosa, mecanismo de denúncia e também elemento que fomenta o diálogo entre religiões e Estado, em busca da construção de acordos de convivência.

Em 2011 a CESE apoiou o lançamento desse documento que sistematiza os casos de intolerância religiosa ocorridos nos últimos 10 anos no País. Entre os casos registrados no Mapa está o de Mãe Gilda, lalorixá do Terreiro Ilê Axé Abassá de Ogum, em Salvador, que morreu após ter sua foto publicada no Jornal da Igreja Universal do Reio de Deus relacionada a uma reportagem sobre charlatanismo. A morte da lalorixá motivou a criação do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.

O jornalista, ativista e membro titular do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPJR), Márcio Alexandre Martins Gualberto, coordenador do estudo, afirma que “é visível que há uma vítima preferencial de intolerância religiosa no País, e essa vítima é o praticante de religiões de matrizes africanas, tais como o Candomblé e a Umbanda”.

Ele acrescenta que a proposta do Mapa não é apenas apresentar denúncias, mas mostrar o quanto se tem avançado no enfrentamento da intolerância. “No País inteiro as organizações do movimento social se mobilizam, os religiosos se articulam e pressionam o poder público a por um fim à intolerância religiosa, seja promovendo caminhadas, produzindo documentos, ou até mesmo chamando para o diálogo outras tradições religiosas para somar forças. O que vemos é que a cada dia as pessoas se conscientizam que têm o sagrado direito de manifestar sua fé”, afirmou.

Além de sua versão impressa, o Mapa contará com um website para receber denúncias, encaminhá-las aos órgãos competentes nos estados, acompanhar os desdobramentos e também divulgar o que as organizações da sociedade civil e o poder público vêm produzindo para defender o direito de culto no País.



Outra iniciativa importante que contou com a colaboração e apoio da CESE foi a Campanha Nacional Contra a Intolerância Religiosa promovida pela Rede Ecumênica da Juventude (REJU).

A campanha visou promover discussões em diferentes confissões religiosas sobre o tema, ao longo do ano de 2011, e ressaltou a importância da convivência ecumênica e da atuação dos jovens na luta pelos direitos e pela justiça social no Brasil.

Além de uma liturgia que lembrou casos de intolerância no País, foram distribuídos cartões com o versículo bíblico norteador da Campanha: *“O vento sopra onde quer, ouvimos a sua voz, mas não sabemos de onde vem, nem para onde vai...”* (João 3.8) - como lembrança para o compromisso com a causa - e cartilhas da Defensoria Pública do estado de São Paulo com informações sobre as leis e a liberdade religiosa no Brasil.

Em âmbito local, merece destaque a participação e apoio da CESE em eventos relacionados à superação da intolerância. Uma dessas iniciativas foi a 4ª Caminhada pelo Respeito à Vida, à Juventude e pela Paz, realizada pela Rede de Religiões de Matriz Africana do Subúrbio de Salvador - RREMAS, com o objetivo de fortalecer esse segmento pelo seu direito de culto aos ancestrais. *“A Caminhada é oportunidade de fortalecer laços de solidariedade e prestígio entre Redes, à medida que ao ser visitada por outras organizações e terreiros de bairros distantes, que também realizam caminhadas em suas regiões, empenhamos esforços para prestigiar estes outros eventos”*, afirma Valdo Lumumba, um dos coordenadores da Rede.

Preservar a autonomia do movimento e possibilitar a participação em outros espaços mais ampliados de discussão sobre a diversidade religiosa foram outros aspectos considerados importantes pela Rede na sua relação com a CESE.

Como promoção da CESE, no campo do diálogo interreligioso, destaca-se o processo denominado “Construindo Diálogos”, iniciado em dezembro de 2010. Até o momento foram realizadas três Rodas de Diálogo, sendo que a última definiu a formação de um grupo de trabalho com vistas à futura constituição de um Fórum Interreligioso de Salvador. Esse processo tem tido muita receptividade, inclusive por parte de instâncias governamentais. O GT, entre outros pontos, vem buscando contato com outros segmentos religiosos para ampliação do processo de diálogo e prevê a realização de um seminário, em 2012, para a constituição oficial do fórum.

No âmbito institucional da própria CESE, essa discussão também foi incorporada. A Assembleia Geral, em 2011, favoreceu a discussão sobre o momento de cada igreja na sua relação com o ecumenismo e o aprofundamento temático sobre a Intolerância Religiosa. A presença de representantes de projetos apoiados pela CESE também enriqueceu os debates e estimulou o engajamento no diálogo interreligioso. Internamente, como parte de um processo de capacitação interna da equipe, a CESE realizou encontro sobre Religiões de Matriz Africana, contando com a colaboração do prof. Jaime Sodré, da Universidade Federal da Bahia.

SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL DA CESE

O ano de 2011 foi um dos mais difíceis para a CESE, em termos da sua sustentabilidade financeira. Foi dada atenção especial às relações históricas da CESE com as agências da cooperação internacional, ao tempo em que se buscou, também, um maior investimento na ampliação de parcerias com outros segmentos.

Para enfrentar o desafio da sustentabilidade financeira, nos últimos anos, a CESE construiu um plano estratégico para mobilização e diversificação das fontes de recursos, o qual foi finalizado em 2011, com ampla participação da equipe da CESE e definindo mais claramente as funções do Núcleo de Mobilização de Recursos. O plano vem sendo implementado, com algumas limitações, especialmente relacionadas à falta de pessoal especializado nas áreas de mobilização e comunicação. Para fazer frente a isso, teve início um processo de capacitação específica para a equipe diretamente responsável.

O plano de mobilização de recursos traça as diretrizes e indica estratégias para mobilizar recursos nacionais para apoiar os programas e as atividades da CESE, garantindo a sua sustentabilidade institucional e autonomia com fidelidade à sua missão e seus princípios éticos.

RELAÇÃO COM AGÊNCIAS

Para a relação da CESE com a maioria das agências, 2011 foi um ano muito instigante, tendo sido evidenciados vários avanços e desafios. A CESE foi chamada por algumas delas a colaborar com as discussões de políticas para o Brasil, para processos de formação, articulação e para a realização conjunta de eventos temáticos.

Momento marcante da relação da CESE com o conjunto das agências, em 2011, foi o encontro CESE-Agências, no qual foi possível conhecer mais de perto a situação que vem sendo enfrentada por cada uma delas e refletir sobre a situação da CESE e da parceria histórica com as mesmas, identificando limitações atuais e novas alternativas quanto à sustentabilidade política e financeira.

Nesse encontro ficou reafirmado o reconhecimento do papel estratégico do Brasil, pela sua economia, influência na região, presença de movimentos sociais fortes e importância da dimensão ecumênica. No entanto, há uma tendência geral de perda de prioridade do Brasil e intensos debates no interior das agências sobre qual o lugar que o País deve ocupar em suas políticas e estratégias. Destaca-se o papel de representantes de programas do Brasil na defesa do país como prioridade. Um exemplo disso é a articulação e incidência da cooperação alemã, que tem contribuído para manter o Brasil como prioridade.

O Brasil tem sido visto também como “fonte” de recursos, gerando possibilidades de competição entre agências e seus parceiros brasileiros na mobilização de recursos nacionais e com potencial para cooperação Sul-Sul, partilhando experiências de organização da sociedade civil e sua incidência sobre as políticas públicas.

Diante do cenário de diminuição de recursos, o desafio é elaborar novas modalidades de parceria entre agências e parceiros brasileiros, tendo a comunicação um papel central para demonstrar resultados e relevância do trabalho realizado no contexto brasileiro.

Nesse diálogo realizado com as agências foram levantados também os principais campos de desafios colocados para a CESE.

O contexto é de disputa de leitura sobre a realidade brasileira, o que deverá se acirrar com a realização de mega-eventos no Brasil a partir de 2012 (Rio + 20 em 2012, visita do Papa em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016). Seremos confrontados com um discurso sobre o Brasil como país que resolveu - ou é capaz de resolver - seus problemas e impulsionar seu desenvolvimento, assim como um ator importante no cenário global. Haverá uma necessidade ainda maior de demonstrar para a comunidade internacional a persistência de desigualdades e problemas sociais no Brasil, ainda que reconhecendo os avanços conquistados.

Diante do cenário de deslegitimação e criminalização de ONGs e movimentos sociais, é fundamental fortalecer o diálogo com a sociedade para sensibilizá-la sobre a importância

do trabalho realizado pela CESE. A sustentabilidade política está intimamente ligada ao cuidado com o maior “patrimônio” da CESE, que é a sintonia com os movimentos sociais.

A sustentabilidade financeira é um grande desafio, principalmente tendo em vista o dilema de como a CESE pode dispor de uma estrutura adequada de mobilização de recursos num contexto de escassez de recursos, sem perder a riqueza do conjunto do trabalho realizado. É preciso ainda levar em conta a ameaça de concorrência com outros atores no campo da mobilização de recursos.

A CESE caminha para o estabelecimento de novas relações e alianças com alguns campos ainda pouco conhecidos para a instituição, sobretudo setor privado e poder público, o que exige cuidado e o estabelecimento de critérios claros para as parcerias.

RELAÇÃO COM GOVERNOS, AUTARQUIAS, INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS COMPROMETIDAS COM A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Desde 2001 a CESE mobiliza recursos públicos pela isenção de contribuição patronal ao **Ministério da Previdência** pela sua condição de organização filantrópica e pela isenção de impostos por seu reconhecimento como entidade sem fins lucrativos, nas três esferas.

A CESE é entidade cadastrada para recebimento de doações de mercadorias apreendidas pela **Receita Federal**, tendo utilizado esses produtos na organização de bazares em benefício da instituição.

Em 2011 foram estabelecidos contatos com **instâncias executiva e legislativa** em âmbito federal e do estado da Bahia. Foram iniciadas negociações com vistas ao estabelecimento de contratos nas áreas de equidade racial, capacitação em agroecologia, além de possível venda de jogos sobre Justiça Ambiental elaborados pela CESE durante a Campanha Primavera para a Vida.



Parceria CESE-Petrobras apoia jovens haitianos no Brasil

Cerca de 70 jovens haitianos concluíram o curso de formação em agroecologia oferecido pela CESE por meio do patrocínio da Petrobras, em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes e com os Institutos Federais de Educação Tecnológica de Sergipe e do Paraná. O curso teve o objetivo de qualificar e capacitar tecnicamente haitianos para atuação futura em seu país.

A iniciativa se insere no marco da cooperação internacional solidária entre os povos, frente às condições históricas de

profunda instabilidade política e extrema miséria que vigoram hoje no Haiti, fortemente agravadas pela recente catástrofe natural que o assolou.

Na primeira etapa, o projeto capacitou tecnicamente jovens nas cidades de Maringá (Paraná) e em Malhador (Sergipe), que tiveram aulas intensivas de português, geografia e história brasileira, além de oficinas de saneamento ambiental, reflorestamento, produção de mudas e guarda de sementes, captação e armazenamento de água, apicultura, bovinocultura, caprinocultura, hortifrutigranjeiros, controle biológico etc.

O projeto ampliou as oportunidades de trabalho e geração de renda para a juventude haitiana, de seus familiares e da população em geral das regiões onde habitam, e teve como base o aprendizado e a difusão de experiências agroecológicas no âmbito da agricultura familiar.

“Com os conhecimentos adquiridos é possível que eles ajudem tanto na assistência técnica como no planejamento e prática de novas formas de agricultura que sejam menos nocivas ao ambiente e que aumente a produção e diversificação de alimentos no país”, declara Isis Campos, da coordenação pedagógica do projeto.

Destacam-se avanços na discussão sobre a necessidade de um novo **marco regulatório** para acesso a recursos públicos pelas organizações da sociedade civil. A CESE vinha acompanhando as discussões da Plataforma da Sociedade Civil para um novo marco regulatório, um longo processo que, no momento eleitoral para a presidência da República ganhou novo ímpeto, com o compromisso assumido pelos candidatos que chegaram ao 2º turno, de viabilizar o novo marco. A presidenta eleita incumbiu a Secretaria Geral da Presidência da República a dar andamento a essa questão.

Em 16 de setembro de 2011 foi promulgado o Decreto nº 7.568, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. O decreto prevê, em seu artigo 5º, um Grupo de Trabalho constituído por representantes dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria Geral da Presidência da República, que o coordena; Casa Civil da Presidência da República; Controladoria-Geral da União; Advocacia-Geral da União; Ministério da Justiça; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e sete entidades sem fins lucrativos com atuação nacional.

A CESE foi convidada pelo CLAI Brasil, componente do “mundo evangélico”, para representá-lo nesse GT. Participou de Seminário internacional sobre o tema, em Brasília, em novembro de 2011, e tem participado das reuniões do grupo como membro titular. Apesar das dificuldades e das demandas desse trabalho, continua importante a participação da CESE como representante do campo ecumênico.

A equipe da CESE vem se capacitando para o acesso a recursos públicos. Em 2011, realizou um curso sobre o sistema informatizado de convênios (SICONV), contando com consultor especializado.

Foram apresentadas **emendas** por meio de **parlamentares**, porém seus resultados apenas serão apreciados em 2012.

No que se refere ao investimento social privado, a CESE tem enfatizado a importância fundamental de afirmação de sua missão, seus princípios éticos e a centralidade dos direitos humanos, no estabelecimento de qualquer tipo de parceria com esse setor.

Nesse período, a CESE estabeleceu parceria com algumas fundações do setor privado. A **Fundação Kellogg** aprovou projeto para o apoio da CESE a iniciativas de fortalecimento de capacidades de organizações que trabalham no campo da equidade racial; e uma **fundação anônima** aportou recursos para o Programa de Pequenos Projetos.

As relações com a **Fundação Avina** têm sido fundamentais na abertura de canais e novas fontes, além do apoio financeiro à construção do novo plano de comunicação e à contratação de estagiário por 01 ano, para o setor de Comunicação, Alianças e Parcerias.

O **Instituto C&A** contratou assessoria técnica da CESE para elaboração de critérios para constituição e administração de um fundo de apoio a projetos de desenvolvimento institucional voltado a organizações da sociedade civil.

Mais recentemente, vêm sendo realizadas reuniões para discussão sobre estratégia de abordagem da CESE com o setor empresarial. Foi produzido um pequeno texto de apresentação da CESE como referência para a realização de reunião com o **GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas**, ficando prevista a participação da CESE em seu próximo congresso. Um ponto central dessa reunião foi a reflexão sobre o pouco investimento social privado em projetos de defesa de direitos.

Um espaço que tem favorecido o contato da CESE com outros atores é a **Articulação D3 - Diálogo, Direitos e Democracia**, composta por ONGs internacionais e institutos, fundações empresariais e agências de cooperação que priorizam as regiões Norte e Nordeste do Brasil. Além da CESE, outros organismos como o UNICEF, a ASA e a ABONG foram convidados a participar dessa articulação.

BASES DAS IGREJAS

No período, a realização da Campanha Primavera para a Vida ganhou novo impulso, resultando em maior comprometimento de lideranças locais das igrejas, visando à formação de núcleos de apoio à CESE. Além dessas lideranças de base, as direções das igrejas associadas propiciaram maior oportunidade de aproximação com os membros das várias regiões (IPU), divulgaram amplamente a campanha (CNBB), organizaram debate com divulgação nacional (IEAB), enviaram contribuição financeira específica para a CESE (IECLB).

Em 2011, a CPPV foi realizada com inovações. Uma delas foi disponibilizar, no site, uma caixa de ferramentas composta de reflexões litúrgicas, materiais da própria CESE e de parceiros sobre a questão ambiental. Nesse ano a CPPV contou também com uma melhor definição de metas e planejamento e maior envolvimento das Igrejas.

A Campanha Primavera Para a Vida, que teve início em 2001, se consolidou como uma estratégia institucional de visibilidade, tanto nos ambientes das igrejas associadas como da sociedade em geral. No entanto, o objetivo de mobilizar recursos diretamente nas bases das igrejas ou mediante a visibilidade que provoca junto a novos e potenciais doadores ainda não tem sido realizado plenamente.

DOADORES INDIVIDUAIS NA SOCIEDADE

A construção de uma **Rede de Amigos** da CESE teve longa gestação devido a fatores diversos: consultorias; discussão interna; contato com outras organizações e suas experiências positivas ou negativas; necessidade de adequação do site para o relacionamento com doadores. Finalmente, a Rede foi lançada em 2011.

Nos planos de comunicação e mobilização de recursos estão assentadas as estratégias para relacionamento da CESE com esses doadores e a instituição vem buscando fazer as adequações necessárias para desenvolvê-las.

Outras iniciativas para estímulo de doações individuais foram realizadas nesse período, a exemplo de um site de compras coletivas que divulgou um projeto a ser apoiado por internautas, sendo o valor arrecadado dobrado pela CESE por meio do Programa Ação para Crianças (dupla participação).

A CESE compreende que as ações de mobilização de recursos devem ser sustentadas pelo desenvolvimento da comunicação externa da instituição, visando à sua visibilidade nacional.

Nesse sentido, consolidou um novo plano de comunicação, que define claramente seus públicos prioritários; mapeia as fragilidades internas e aponta a necessidade de contar com serviços externos específicos (a exemplo de agências de publicidade), bem como de investir na consolidação da identidade visual da CESE. O plano destaca também a necessidade do investimento - de forma mais sistemática e estratégica - na comunicação com as lideranças das igrejas que compõem a CESE.

Nesse processo, foi fundamental a contribuição de uma cooperante com larga experiência em comunicação, viabilizada com apoio do EED. Além de colaborar com a consolidação do plano, estabeleceu diretrizes para a comunicação com outros países e para nova formatação da Campanha Primavera para a Vida. Infelizmente, por dificuldades apresentadas na relação com o Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro não foi possível a obtenção de visto para a continuidade do seu trabalho.

No final de julho de 2011 foi lançado o novo site que possibilita uma comunicação mais dinâmica e regular da CESE e tem ajudado a criar uma cultura de comunicação mais enraizada na instituição. Ao mesmo tempo, foi também revitalizado o perfil da CESE no Facebook, criando um canal de comunicação ágil e que possibilita maior interatividade com um público mais jovem.

No período, foram produzidas diversas matérias em português, inglês e alemão para o site e foram também produzidos textos enviados diretamente para agências e organizações parceiras.

Outro veículo de comunicação que vem sendo adotado pela CESE são os vídeos. No período foram produzidos três: “Pequenos Projetos: Sementes de Transformação Social” com depoimentos dos participantes do Encontro Latinoamericano de Fundos de Pequenos Projetos; Intolerância Religiosa, composto por entrevista com Marcio Gualberto, autor do Mapa da Intolerância Religiosa; Lançamento da *MobilizAÇÃO Coletiva*, parceria da CESE com a empresa de compras coletivas LucrOn. Todos esses vídeos estão disponibilizados no canal da CESE no youtube: <http://www.youtube.com/user/Cesecomunica>.

A CESE deu continuidade à produção e veiculação dos boletins “CESE Informa”, com resumo de notícias publicadas no site; e dos boletins “CESE Advoga” que divulgam posicionamentos da CESE na defesa de causas, a exemplo da campanha “Cumprase” que aborda a decisão da OEA sobre os crimes cometidos no período da ditadura militar brasileira.

O desafio de tornar a CESE uma organização conhecida por um público mais amplo é crucial para a efetividade da mobilização de recursos no Brasil e a necessidade de um trabalho de marketing profissional para definir estratégias e produzir materiais com este intuito já estavam entre as prioridades da CESE.

Nesse período, teve início a parceria estratégica com a Agência de Publicidade PROPEG (uma das grandes agências da Bahia), a qual se dispôs a desenvolver um trabalho de longo prazo com a CESE, “pro bono” (sem pagamento pelo trabalho de criação). Houve no período uma excelente experiência dessa parceria no jantar de lançamento da Rede de Amigos da CESE, para o qual a PROPEG desenvolveu estratégias e materiais que criaram um diferencial notável para o evento. Além da necessidade de um trabalho mais profissional no campo do marketing, o plano de comunicação da CESE apontou a necessidade de criar um padrão visual que, através do conjunto de produções, comunique e fortaleça sua identidade. A PROPEG vai assessorar a CESE nos próximos anos em todas as suas atividades voltadas à visibilidade e mobilização de recursos.

Após a última reunião da CESE com as agências, em novembro de 2011, foi estabelecida discussão com a agência holandesa Gansos Selvagens que considerou factível a utilização de parte dos recursos apoiados para o Programa Ação para Crianças na contratação de profissional sênior da área de comunicação/marketing que possa ajudar na comunicação institucional, voltada para a mobilização de recursos. O processo de seleção já está em andamento.

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AUDITORIAS

A cargo da ARV - Auditores e Consultores Independentes Ltda, inscrita no CRC/PE sob o número 377, foram realizadas duas auditorias institucionais: a primeira no mês de março, com fechamento do balanço da CESE referente ao ano de 2010; a segunda de íterim, no mês de agosto, sobre a movimentação do primeiro semestre de 2011. Por ocasião dessas auditorias, a ARV examinou as contas e emitiu pareceres gerais, além dos pareceres específicos sobre a aplicação de recursos das agências EED, Pão para o Mundo, AIN - Ajuda da Igreja da Noruega e Gansos Selvagens.

No âmbito do Serviço de Projetos, e com a finalidade de complementar informação para a auditoria global da CESE, os auditores da ARV examinaram, por amostragem, as prestações de contas de pequenos projetos com contratos iguais ou superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

RECURSOS HUMANOS

No ano de 2011 a CESE manteve trinta e um (31) postos de trabalho, sendo 28 de tempo integral e 04 de tempo parcial. Contou, ainda, com a colaboração de duas voluntárias: uma na área de diálogo e relações ecumênicas e outra no setor de comunicação até junho/2011.

Dois estagiários foram efetivados na função de Técnico Administrativo de Mobilização de Recursos, para programa Ação para Crianças.

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL 31.12.2011			
NOME	FUNÇÃO	PERÍODO	
		ADMISSÃO	DEMISSÃO
Adriano dos Santos Martins	Coordenador de Desenvolvimento Institucional	11/6/2007	
Alan David Roberts	Assessor de PMA	3/7/2006	
Antonia Carvalho Ataíde Soares	Recepcionista	2/2/2009	
Antonio Carlos Santos de Souza	Vigia	6/9/1999	
Antonio Dimas Galvão	Coordenador de Projetos e Formação	1/7/1996	
Antonio Santos Pereira	Encarregado Setor Pessoal	3/7/2000	
Augusto Marcos de Oliveira Santiago	Assessor de Projetos	9/4/2007	
Beatriz de Souza Lima	Secretária	18/3/2005	
Daniel Musse Pereira	Coordenador Administrativo-Financeiro	8/3/2010	
Diêgo Lôbo Goiabeira	Técnico Administrativo de Mob. de Recursos	1/07/2011	
Eliana Bellini Rolemberg	Diretora Executiva	1/12/1995	
Eraldo Café Dessa	Vigia	1/6/2000	
Gilberto de Oliveira Santos Júnior	Encarregado Setor Financeiro	13/11/2006	
Jane Célia Tínel Gonzaga	Secretária	2/9/1996	
Janete Araújo Carvalho	Auxiliar de Serviços Gerais	1/2/1995	
José Carlos Zanetti	Assessor de Projetos	8/1/1996	
Juçara Figueiredo Ferreira	Secretária	1/2/1996	
Jutayr Trindade	Analista de Sistema Suporte	1/2/2001	

Lucyvanda Amorim Moura	Assessora de Projetos	15/8/2000	
Marcia Fecury de Almeida	Secretária	9/11/1998	
Maria Isabel Oliveira da Cunha	Secretária	1/9/1997	
Maria Lúcia Figueiredo Ferreira	Secretária	1/9/1994	
Marília de Jesus Pinto Santos	Técnico Administrativo de Mob. de Recursos	1/03/2011	
Neusa Ires Borges Caldas	Contadora	16/12/1996	
Ninfa Cunha de Santana	Recepcionista	1/11/1997	
Renato Salustiano R. Filho	Aux. de Escritório	1/11/1998	
Rosana Maria Moraes Fernandes	Assessora de Projetos	10/2/2005	
Silas Ayres dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	10/3/2008	
Viviane Menezes Hermida	Assessora de Projetos	1/6/2004	

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL - CONVÊNIO ICCO CESE - 31.12.2011

NOME/FUNCIÓNARIO	FUNÇÃO	MOTIVO	INÍCIO	TÉRMINO
Caroline de Melo Ribeiro da Costa	Gestor de Programa ICCO	Convênio	02/05/2011	30/04/2012
Thiago Machado da Silva	Gestor de Programa ICCO	Convênio	01/04/2011	31/03/2012

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL - PROJETO PETROBRAS - 31.12.2011

NOME/FUNCIÓNARIO	FUNÇÃO	MOTIVO	INÍCIO	TÉRMINO
Graça Rosana Ferreira	Analista Adm e Financeiro	Convênio	21/03/2011	31/10/2011
Isis Domingos Barbosa Campos	Auxiliar Adm. e Financeiro	Convênio	01/03/2011	30/04/2011
Renilson Pinheiros dos Santos	Auxiliar Adm. e Financeiro	Convênio	02/05/2011	31/10/2011

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL - 31.12.2011

DEMITIDOS - 2011	FUNÇÃO	MOTIVO	INÍCIO	TÉRMINO
Kelly Cristine Ribeiro	Assessora de Projetos	Substituição	17/01/2011	30/04/2011
Vania Dias dos Santos	Assessora de Comunicação	S/Justa Causa	08/11/2004	17/06/2011

ESTAGIÁRIOS ADM. 2º SEMESTRE (RENOVAÇÃO)	MOTIVO	DATA	TÉRMINO
Marília de Jesus Pinto Santos	Programa Ação para Crianças	1/9/2009	1/3/2011
Diêgo Lôbo Goiabeira	Programa Ação para Crianças	1/9/2009	30/06/2011
Lúcio José Borba Escobar	Comunicação Projeto Avina	01/12/2011	30/11/2012
VOLUNTÁRIOS (AS)	MOTIVO	DATA	TÉRMINO
Edna Kathleen Stephenson	Cooperação Igreja Canadá	Abr/08	Fev/2012
Angela Ruth Page	Voluntária /Britânica	Jul/10	Jun/11

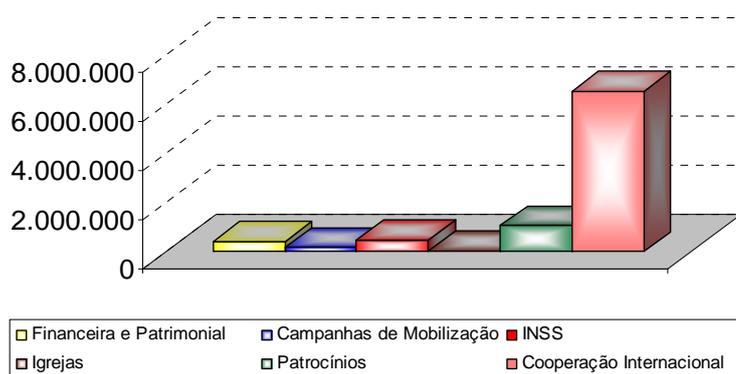
FINANÇAS

O ano de 2011 mostrou-se especialmente desafiador quanto à gestão financeira e orçamentária da CESE. Nos últimos anos, a crise da cooperação internacional tem ocasionado perdas significativas no aporte de recursos estrangeiros.

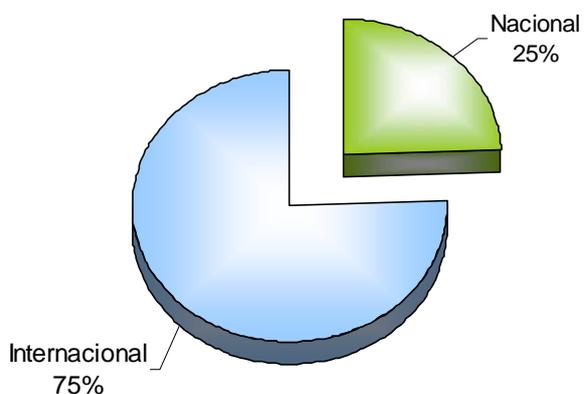
Diante deste cenário de constante retração financeira, a CESE tem buscado diversificar as fontes de recursos e, em 2011, alcançou relativo sucesso com a prospecção de novos parceiros como: Instituto C&A, Fundação Kellogg e Petrobras.

Abaixo apresentamos um gráfico com as origens das receitas de 2011, bem como o percentual de recursos nacionais e internacionais.

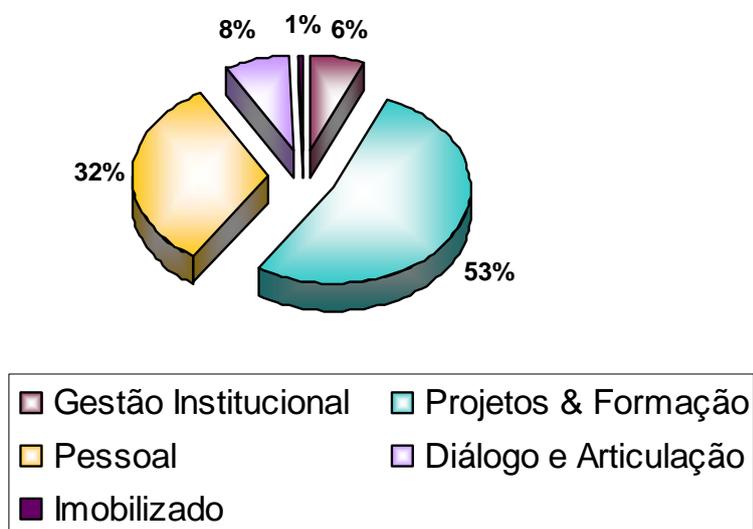
ORIGEM DAS RECEITAS POR RUBRICA



ORIGEM DAS RECEITAS NACIONAL X INTERNACIONAL



UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS



ANÁLISE DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

Demonstrativo dos Gastos Realizados				
Itens	Orçado 2011	Realizado 31.12.2011	Variação (%)	Notas Explicativas
I. Gestão e Fortalecimento Institucional	584.995	484.050	-17%	
1. Sustento Institucional	300.285	279.134	-7%	
2. Eventos da Gestão Institucional	63.490	57.910	-9%	
3. Auditoria Independente	41.800	52.032	24%	
4. PMA da CESE	58.250	39.141	-33%	
5. Comunicação, Campanha e Divulgação	110.125	52.389	-52%	
6. Produção de Material Didático e Informativo	11.045	3.444	-69%	
II. Serviços de Projetos	3.035.741	2.713.898	-11%	
1. Apoio a Projetos	2.980.091	2.637.703	-11%	
1.1 PPP	2.300.000	2.273.355	-1%	a)
1.2 AFE	298.800	119.700	-60%	
1.3 PDP	381.291	244.648	-36%	
2. Acompanhamento de Projetos	55.650	39.536	-29%	
3. Estudo de Impacto	0	36.660	0%	
III. Diálogo e Articulação	146.887	587.392	300%	(b)
IV. Pessoal	2.347.149	2.422.997	3%	
V. Serviço de Assessoria em Desenvolvimento Institucional - SADI	1.406.625	1.298.963	-8%	
1. Assessoria	0	203.743	0%	(c)
2. Formação	1.406.625	1.095.220	-22%	
2.1 DTAT - 03-03-05-023	0	52.694	0%	
2.2 PP BDS 01-03-03-061 2010-2013	671.625	298.595	-56%	
2.3 PETROBRAS - PROJETO 6000.0063987.10.2	735.000	620.060	-16%	
2.4 W. K. KELLOGG FND - PROJETO - P3016282	0	14.058	0%	
2.5 W. K. KELLOGG PROJETO P3016325 BIKO	0	87.259	0%	
2.5 Diversas	0	22.554	0%	
VI. Imobilizado	0	42.178	0%	
TOTAL	7.521.397	7.549.478	0,4%	

Notas explicativas da variação entre orçado e realizado

O orçamento que estamos tomando em consideração na presente análise é o revisado em julho de 2011.

Item I - Gestão e fortalecimento institucional

No cômputo geral, a diferença no item *gestão e fortalecimento institucional* ficou em 17% para menos. Essa variação é fruto de variações significativas nos seguintes subitens:

- ✓ **PMA da CESE** - gasto acima do previsto, devido, principalmente, à execução de atividades de planejamento do programa de mobilização de recursos, financiado por Gansos Selvagens.
- ✓ **Comunicação, Campanhas e Divulgação** - 52% abaixo do previsto devido ao adiamento de atividades do programa de mobilização de recursos e limitação de recursos.
- ✓ **Produção de material didático e informativo** - gasto abaixo do previsto porque o livro histórico da CESE não foi concluído e sua finalização e impressão foram postergadas.

Item II - Serviço de Projetos

1 - Apoio a Projetos

1.2 AFE - Neste item houve postergação de atividades relacionadas aos projetos da Fundação Kellogg que serão executados em 2012.

1.3 PDP - No Programa Dupla Participação houve menos solicitações do que o previsto.

2 - Acompanhamento de Projetos

A variação para menos se deve, principalmente, à redução de recursos disponíveis para essa atividade.

Item III - Diálogo e Articulação

Este item ficou acima do orçado em função de três eventos não previstos e organizados pela CESE, conforme demonstrado abaixo:

- ✓ Seminário de Mudanças Climáticas e Risco de Desastres R\$ 44.476
- ✓ Encontro Latino Americano de FPPs R\$ 50.246
- ✓ 4ª. CNSAN (Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) R\$ 328.210

Item V - Serviço de Assessoria em Desenvolvimento Institucional - SADI

Em virtude da transferência de atividades do Projeto ICCO PPBDS para 2012, a execução ficou 22% abaixo do previsto.

Nos demais itens do orçamento, não houve variação significativa.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nos quadros a seguir, encontram-se os dados sobre saldos anteriores, valor e origem da receita em 2011, detalhe dos gastos e saldos em 31/12/2011.

Detalhamento dos gastos realizados em 2011 - R\$															
Fontes de recursos	Imobiliado	Pessoal e encargos	Serviço de Projetos Diálogo e Articulação					Gestão e Fortalecimento Institucional					SADI	Total dos	
			PPP	PDP	PAE	AFE	Acomp/avaliação	Diálogo e Articulação	Sustento Institucional	Eventos Institucionais	Auditorias	PMA	Campanhas Publicações	Assessoria Formação	Gastos R\$
C.AID-GLOBAL		200.732,00	128.570,00	-	-	-	-	-	50.000,00	0,00	-	0,00	0,00	-	379.302,00
C.AID - LIVRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.AID ACT (Quiombolas)									283,39						283,39
DFID		25.830,00	101.760,00						7.022,00						148.511,00
HEKS	-	30.000,00	139.740,00	-	-	-	-	6.096,26	10875,00	20173,73	-	-	-	-	206.884,99
ICCO GLOBAL 03-03-05-008		361.400,00	128.570,00	-	-	-	-	-	86.100,00	11.654,00	0,00	0,00	-	-	589.970,00
ICCO-EVENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ICCO - COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL		42.029,26							2.342,26					153.618,08	197.989,60
PP-BDS															-
PP-BDS 2010-2013	358,00	37.832,00							303,85					286.623,43	325.117,28
DTAT		11.988,12							1.567,30					51.194,19	64.749,61
ICCO QUILOMBOLAS CAMAMU-KOINONIA	-	-	-	-	-	67.500,00	-	-	2.156,36	-	-	-	-	-	69.656,36
EED-2007.0282G			0,00	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
EED - PROJETO 2010 a 2012.0282 G	2.463,00	500.000,00	301.210,00					39.003,80	0,00	0,00	3.000,00	7.530,00	2.000,37		855.207,17
BFDW		369.384,92	237.240,00					9.196,00	0,00	33.000,00	9.000,00	0,00	244,00		658.064,92
B-AMM-1105-0006 Seminário de Pequenos Projetos na América do Sul									50.246,30	9.000,00					59.246,30
PAO PARA TODOS - SEMINARIO									44.476,26	2.328,76					46.805,02
KERKINACTIE	-	-	-	-	-	35.200,00	-	-	180,20	-	-	-	-	22.554,26	57.934,46
CWS	-	30.000,00							22.954,00						52.954,00
UCC e CIDA (Gender Equity)	-	43.766,00	103.760,00						1.261,57						148.787,57
UCC-COOP.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.022,75					5.022,75
AVINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AVINA/COMUNICAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 6.081,60	-	-	6.081,60
IC&A	-	-	-	-	-	17.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	17.000,00
FNV	-	-	49.140,00						959,20						50.099,20
PORTICUS		119.100,00	379.420,00						-						498.520,00
AIN		53.021,83							559,22						53.581,05
SDOP			81.320,00						10.028,30						91.348,30
HEIFER	-	6.000,00	10.000,00					8.800,00	-	-	-	-	-	10.552,00	35.352,00
HEIFER/CONCEPT PAPER															-
W.K. KELLOGG FND - P301 6282 - CESE		92.500,00												14.058,71	106.558,71
W.K. KELLOGG FND - P301 6325 - BIKO		31.800,00							1.909,01					87.259,04	120.968,05
Wilde Ganzen	-	197.486,35	-	66.326,21	-	-	-	-	52.548,00	4.409,28	-	9.000,00	24.635,78	49.426,94	403.834,66
Wilde Ganzen Dir Meeting April															-
Wilde Ganzen Dir Meeting Africa do Sul															-
Wilde Ganzen Dir Meeting India									17.930,97						17.930,97
MISEREOR			49.200,00						761,72		4.568,02				54.529,74
Terre Hommes BaseI Institucional									5.944,08					51.694,45	57.638,53
Terre Hommes BaseI Pequenos Projetos			89.570,00						13.008,66						102.578,66
EMBAIXADA DA SUÍÇA															-
CONTRATOS DE PATROCINIO Petrobras Haiti	38.849,00	14.767,00												620.121,33	673.737,33
CONTRATOS DE PATROCINIO (CONSEA)				56.000,00					409.069,62						465.069,62
Recup. Projetos	-	6.210,00	-	-	-	-	-	-	18.973,79	2.887,60	-	894,13	-		28.965,52
Recuperações		871,00							27.612,44						28.483,44
Ig-Associação									14.500,00						14.500,00
Rec.Financeira	508,00	207.061,00							-	5.346,33					212.915,33
Aluguéis									26.476,33		26.476,33				52.952,66
PPV		41.218,65													41.218,65
PDP				122.319,79											122.319,79
Venda de Produtos													2.963,00		2.963,00
Lucro venda carro									727,90				720,10		1.448,00
INSS			473.855,00												473.855,00
	42.178,00	2.422.998,13	2.273.355,00	244.648,00	-	119.700,00	76.995,06	587.392,15	331.543,35	57.910,68	52.044,35	39.141,51	55.354,41	1.297.675,49	7.600.936,12

FONTES DE RECURSOS	Receita X Gastos X Fontes de Recursos em 2011- R\$							
	Saldo Anterior 31/12/2010	Receita na chegada	Varição Cambial ativa	Rendimento de Aplicação	Receita Efetiva	Recursos p/ 2011	Gastos no Período	Saldo em 31/12/2011
C.AID - GLOBAL	-	377.678,00	1.624,00	-	379.302,00	379.302,00	379.302,00	-
C.AID - Livro Histórico da CESE	8.600,00	-	-	-	-	8.600,00	-	8.600,00
C.AID ACT Estudo de Impacto Quilombolas	-	-	-	-	-	-	283,39	(283,39)
GTF	63.125,25	108.075,38	-	-	108.075,38	171.200,63	148.511,00	22.689,63
HEKS - GLOBAL	-	201.804,90	5.080,09	-	206.884,99	206.884,99	206.884,99	0,00
ICCO GLOBAL 03-03-05-008	-	589.970,00	-	-	589.970,00	589.970,00	589.970,00	-
ICCO/EVENTOS ORGANIZADOS PELA CESE	(10.382,87)	-	-	-	-	(10.382,87)	-	(10.382,87)
ICCO/COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL	-	213.396,35	-	-	213.396,35	213.396,35	197.989,60	15.406,75
ICCO e KERKINACTIE - PP-BDS	(28.967,97)	9.948,11	-	-	9.948,11	(19.019,86)	-	(19.019,86)
ICCO e KERKINACTIE - PP-BDS - 2010 -2013	562.253,13	-	-	-	-	562.253,13	325.117,28	237.135,85
ICCO e KERKINACTIE - DTAT	80.927,07	193.952,00	-	-	193.952,00	274.879,07	64.749,61	210.129,46
ICCO QUILOMBOLAS CAMAMU-KOINONIA	-	74.182,40	-	-	74.182,40	74.182,40	69.656,36	4.526,04
EED - PROJETO 2007.0282 G	(175.215,53)	143.724,10	-	-	143.724,10	(31.491,43)	-	(31.491,43)
EED - PROJETO 2010 a 2012.0282 G	-	853.159,54	2.047,63	-	855.207,17	855.207,17	855.207,17	-
BFDW - Global	-	658.027,78	37,14	-	658.064,92	658.064,92	658.064,92	-
BFDW - Seminário	-	59.123,96	-	-	59.123,96	59.123,96	59.246,30	(122,34)
PÁO PARA TODOS - SEMINÁRIO	-	49.723,68	-	-	49.723,68	49.723,68	46.805,02	2.918,66
KERKINACTIE (Juventude cidadã)	86.283,09	-	180,20	-	180,20	86.463,29	57.934,46	28.528,83
CWS	(51.248,00)	58.651,60	1.222,09	-	59.873,69	8.625,69	52.954,00	(44.328,31)
UCC e CIDA (projeto Gender Equity)	53.785,39	113.913,67	17,92	-	113.931,59	167.716,98	148.787,57	18.929,41
UCC - COOPERANTE	1.775,04	3.247,71	-	-	3.247,71	5.022,75	5.022,75	-
AVINA/COMUNICAÇÃO	23.400,00	-	-	-	-	23.400,00	6.081,60	17.318,40
IC&A	134.045,00	-	-	-	-	134.045,00	17.000,00	117.045,00
PORTICUS	-	498.520,00	-	-	498.520,00	498.520,00	498.520,00	-
FNV - FUND FOR NONVIOLENCE	(15.855,20)	47.420,45	-	-	47.420,45	31.565,25	50.099,20	(18.533,95)
CREAS	3.000,00	-	-	-	-	3.000,00	-	3.000,00
AIN-AJUZA DA IGREJA DA NORUEGA	-	53.580,85	-	-	53.580,85	53.580,85	53.581,05	(0,20)
SDOP	6.477,01	80.750,00	-	-	80.750,00	87.227,01	91.348,30	(4.121,29)
HEIFER	32.204,77	-	-	-	-	32.204,77	35.352,00	(3.147,23)
HEIFER/CONCEPT PAPER	-	45.075,00	-	-	45.075,00	45.075,00	-	-
W.K. KELLOGG FND - P3016282 CESE	-	853.750,00	-	-	853.750,00	853.750,00	106.558,71	747.191,29
W.K. KELLOGG FND - P3016325 BIKO	-	523.871,16	947,87	-	524.819,03	524.819,03	120.968,05	403.850,98
WILDE GANZEN AFC 2007 - 2010	20.760,07	64.192,66	-	-	64.192,66	84.952,73	-	84.952,73
WILDE GANZEN 2011-2015	-	390.085,98	-	-	390.085,98	390.085,98	403.834,56	(13.748,58)
WILDE GANZEN Dir Meeting Africa do Sul	(10.123,78)	10.360,28	-	-	10.360,28	236,50	-	236,50
WILDE GANZEN Dir Meeting India	-	17.930,97	-	-	17.930,97	17.930,97	17.930,97	-
MISEREOR	(9.162,03)	22.774,00	1.442,26	-	24.216,26	15.054,23	54.529,74	(39.475,51)
TERRE DES HOMMES BASEL - INSTITUCIONAL	19.509,40	35.528,00	-	-	35.528,00	55.037,40	57.638,53	(2.601,13)
TERRE DES HOMMES BASEL - PPP	-	110.491,88	-	-	110.491,88	110.491,88	102.578,66	7.913,22
EMBAIXADA DA SUÍÇA	-	45.003,38	-	-	45.003,38	45.003,38	-	45.003,38
CONTRATOS DE PATROCÍNIO Petrobras Haitianos	-	663.477,60	-	7.847,99	671.325,59	671.325,59	673.737,33	(2.411,74)
CONTRATOS DE PATROCÍNIO (CONSEA)	-	390.000,00	-	-	390.000,00	390.000,00	465.069,62	(75.069,62)
Recuperação de Projetos	-	29.835,52	-	-	29.835,52	29.835,52	28.965,52	870,00
Recuperações de Despesas, reversão de provisões	-	28.483,44	-	-	28.483,44	28.483,44	28.483,44	-
Igrejas Associadas	-	14.500,00	-	-	14.500,00	14.500,00	14.500,00	-
Receita Financeira + outras receitas operacionais	165.761,85	296.554,39	-	(7.847,99)	288.706,40	454.468,25	212.915,33	241.552,92
Aluguéis e receitas patrimoniais	0,42	52.952,24	-	-	52.952,24	52.952,66	52.952,66	-
Receita Campanha PRIMAVERA PARA A VIDA	(0,54)	41.260,15	-	-	41.260,15	41.259,61	41.218,65	40,96
Receita Nacional Programa Duplo Prêmio	0,90	122.319,79	-	-	122.319,79	122.320,69	122.319,79	0,90
Venda de Produtos doados à CESE	(0,50)	2.963,50	-	-	2.963,50	2.963,00	2.963,00	-
Lucro na venda do carro	2.725,07	-	-	-	-	2.725,07	1.448,00	1.277,07
INCENTIVO FISCAL INSS	140,43	474.926,74	-	-	474.926,74	475.067,17	473.855,00	1.212,17
TOTAL	963.817,47	8.625.187,16	12.599,20	-	8.637.786,36	9.601.603,83	7.600.936,12	1.954.380,54

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Os cenários internacional, nacional e interno apontam um conjunto de desafios. Do ponto de vista do *apoio a projetos*, alguns desses desafios são: manter o foco nos pequenos projetos, como ação estratégica, buscando alternativas para acessar recursos que mantenham seus programas de apoio; manter o apoio a ações articuladas em redes para intervenção em políticas públicas; e explorar seu potencial de multiplicação e partilha de aprendizados a partir da experiência brasileira (Sul-Sul e Sul-Norte). Além do apoio a projetos, os *processos de formação, diálogo e articulação* também devem ser reforçados como instrumentos de consolidação da relação com os movimentos sociais.

Na estratégia *diálogo e articulação ecumênica*, a CESE deverá seguir no apoio às articulações, em especial a Rede Ecumênica de Juventude, o FEACTION Brasil, o FE Sul e a Aliança ACT, destinando atenção à necessária capacitação para atuação em emergências, relacionada com ações de incidência e desenvolvimento.

Outro desafio nesse campo é também dar seguimento ao apoio e facilitação da proposta "Construindo Diálogos", de forma a consolidar a criação do Fórum Interreligioso de Salvador.

É necessário que a CESE aprofunde as reflexões com representações de movimentos sociais, com as agências e outras instituições parceiras sobre temas prioritários. Espaços importantes para isso são os encontros CESE-Agências e com Movimentos Sociais que vêm sendo realizados com êxito e trazem recomendações valiosas para a atuação da CESE.

No campo institucional é onde residem os principais desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

No relatório do ano anterior, foi colocado como um dos desafios importantes em 2011 a consolidação do Setor de Desenvolvimento Institucional para garantia de efetiva sinergia entre mobilização de recursos e comunicação. Alguns passos foram dados: elaboração do novo plano de comunicação; construção de um site mais adequado; teve início a capacitação do Núcleo de Mobilização de Recursos e a elaboração do plano operacional específico para mobilização de recursos nacionais. No entanto, ainda persistem os desafios de ampliação da capacidade de comunicação da CESE, considerando diversos públicos, entre eles igrejas e público de outros países; e a contratação de pessoas com conhecimentos específicos nas áreas de mobilização de recursos e comunicação.

Em termos da sustentabilidade financeira, é necessário ajustar o planejamento e adequar o desenho institucional da CESE, neste contexto de escassez de recursos. Ao mesmo tempo, a CESE deve fortalecer a busca de novas parcerias e alianças, o que trará novos desafios, sobretudo quanto ao aprimoramento da estrutura administrativo-financeira para gerir os novos e diversos tipos de recursos que a CESE vem acessando.

O auditório da CESE aberto ao movimento social tem sediado discussões relevantes e responde ao propósito para o qual foi criado. No entanto, diante das restrições de recursos, a CESE se depara com dificuldade para manutenção do prédio de forma a manter as condições adequadas de funcionamento. Pequenas reformas e adequações na sede poderiam contribuir, também, para ampliar o compartilhamento da sede com outras organizações, trazendo aspectos positivos para a relação da CESE com seus parceiros.

Por fim, fica o desafio de buscar recursos específicos para divulgar mais amplamente a produção de conhecimento gerado pelas ações da CESE.

ANEXOS

CONTEXTO BRASILEIRO EM 2011

**MONITORAMENTO ANUAL DA CESE
DEZEMBRO DE 2011**
(Atividades Previstas e Realizadas)

**JANTAR DE LANÇAMENTO
DA REDE DE AMIGOS DA CESE**
Depoimentos de Personalidades Presentes

CONTEXTO BRASILEIRO EM 2011

A CESE, enquanto ente não-governamental, ecumênico e solidário com os despossuídos e com os movimentos sociais, se propõe a ser um instrumento contemporâneo de transformação social. A metáfora de que *há anos que parecem dias, de tão consolidados, e dias que valem por anos, de tão efervescentes*, se aplica bem nesta situação de crise internacional e para a qual o Brasil é chamado a ser um ator econômica e politicamente importante.

Para a lógica do sistema capitalista, o Brasil é visto com brilho nos olhos, como “a bola da vez” e, assim é celebrado nos fóruns internacionais. A crise europeia permitiu que um país que havia chegado à condição de 8ª potência mundial nos anos 80, depois de ter regredido à vexatória 15ª posição, retomasse o fôlego e, em fins do ano de 2011, ultrapassasse o poderoso Reino Unido para alcançar a sexta colocação quando chegou a um PIB de quase 2,5 trilhões de dólares.

Assiste-se à decadência do chamado mundo rico, cujas economias parecem ocas, como observa Márcio Pochman, presidente do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, dado o deslocamento do seu setor produtivo para outras regiões, especialmente a Ásia, constatando que pela primeira vez na história contemporânea o dinamismo econômico é liderado pelos países em desenvolvimento, representado pelo BRIC. Inegavelmente, a posição destacada do Brasil tem a ver com os condutores de sua política externa e a liderança de Lula junto a dezenas de países empobrecidos. A crise europeia administrada por síndicos conservadores, se alastra, subtraindo direitos inimagináveis de seus trabalhadores suscitando novos desafios à solidariedade internacional, incluindo a cooperação ecumênica.

Essa constatação sobre a dinamicidade dos países emergentes vem associada à outra curiosa tendência ditada pelo chamado “capitalismo de Estado” presente nessas economias (sendo o mais eloquente o dragão chinês), marcando uma inflexão à ofensiva neoliberal - a partir dos anos 80 - e seu relativo esgotamento demonstrado pela crise prolongada.

Já na visão do movimento altermundista, o Brasil acumulou uma rica experiência de construção democrática, ao adquirir as condições de abrigar sucessivas edições do Fórum Social Mundial. E, não por acaso, ganhou o reconhecimento que lhe permitiu acolher, em 2006, a 9ª Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas. Esta, contudo, é uma das muitas faces contraditórias do modelo de desenvolvimento que vai se impondo ao país.

Estimulado a cumprir um papel de fornecedor de *commodities*, de atraentes resultados imediatos para as contas nacionais, o governo brasileiro não só pode estar favorecendo sua desindustrialização, como parece não medir consequências sobre os impactos socioambientais decorrentes do uso intensivo de seus recursos naturais, desestruturando as economias e os mecanismos de reprodução material e cultural dos povos e comunidades tradicionais, especialmente na Amazônia. As virtudes e equívocos - paradoxos já razoavelmente identificados na gestão de Lula, em 2011 - vão se confirmando com nuances próprias sob a direção de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Tal risco seria o que Pochmann denomina de “O Brasil da fama” traduzido por “muita fazenda, muita mineração, muita maquiladora, quer dizer o Brasil vai crescer como cresceu nos quatro séculos passados, como produtor e exportador de produtos primários”. Como contraposição, aponta o “Brasil do vácuo” a partir de uma maioria política que invista no valor agregado e no conhecimento.

Torna-se interessante o conceito de “confluência perversa” apresentado pela estudiosa dos movimentos sociais, professora Eveline Dagnino, referindo-se, então, ao fato de que projetos políticos antagônicos, no auge do neoliberalismo, se valiam de processos participativos para se legitimarem. Pode-se aqui, emprestar o termo para diversas contradições conjunturais decorrentes das políticas públicas e decisões macroeconômicas do governo federal e muitos gestores estaduais e mesmo no âmbito dos municípios.

Entre essas confluências perversas é bem apropriada a constatação de que os monocultivos - soja, cana de açúcar, eucalipto, bem como a pecuária extensiva e a extração de minérios, enfim a base das *commodities* - ao mesmo tempo em que violentam as populações tradicionais, têm um papel importante para que o Brasil, ao lado de outras medidas, pudesse enfrentar e superar a crise internacional. Este ano, particularmente, tiveram um peso preponderante na balança comercial, cuja elevação de preços, além de algum aumento na produção, permitiu um superávit de quase 30 bilhões de dólares.

Outra dessas confluências tem a ver com o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento. Depois de longo período de estagnação e perda da capacidade de investimento por parte do Estado - típica da era FHC - ao provocar o chamado desmonte do Estado, pela queima de ativos públicos como alternativa para enfrentar o endividamento e aderir à globalização “por cima”, com Lula-Dilma, recuperou-se esta capacidade de investimento, consubstanciado no PAC. O BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tornou-se um dos maiores bancos de investimento do mundo, interferindo nos rumos de outros países vizinhos. A Petrobras, em função do Pré-Sal, fez enorme capitalização e se consolida entre as grandes multinacionais, abrindo novas frentes de trabalho. Em 2011, foram aceleradas as obras da Copa do Mundo em diversos pontos do país. Enquanto os movimentos sociais e ambientalistas se organizam em torno dos “comitês populares da Copa” para questionar o seu legado - mobilidade urbana, remoção de famílias, especulação imobiliária, violação dos planos diretores, endividamento etc. - milhares de trabalhadores são contratados, passam por qualificações profissionais, tornam-se consumidores importantes, gerando novos empregos.

A confluência perversa se manifesta num setor fundamental da matriz industrial brasileira - o do transporte automotivo. O consumo descontrolado de carros, sintoma mais eloquente da patologia das grandes cidades - ao mesmo tempo em que mantém o setor aquecido, dado que é grande empregador de mão de obra - é causador do stress urbano: congestionamentos que contradizem a liberdade e velocidade nos deslocamentos, grande emissão de gás carbônico, revelando outra das perversidades - dá emprego e rouba qualidade de vida. O setor bateu novo recorde de vendas em 2011, assim como o consumo intensivo da linha branca de eletrodomésticos - uma bem sucedida política do governo para enfrentar a crise externa, apostando no mercado interno. Resultado: a taxa de emprego cresceu acima de 6%, totalizando quase 2 milhões de postos formais de trabalho.

Outro desafio e exemplo dessa situação contraditória está associado à matriz energética brasileira e às duras lutas de resistência dada a violação dos direitos humanos provocados pelos grandes projetos, em confronto com o chamariz do emprego e circulação de dinheiro nas comunidades. A despeito do grande investimento político contestador e da articulação internacional, com apoio de diversos setores da sociedade, a construção das Usinas Hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, seguem avançando, com processos de consulta pública limitados, licenciamentos ambientais viciados e fortes impactos locais. No caso de Belo Monte, ainda é muito cedo para se avaliar o conjunto dos impactos nas aldeias, reservas extrativistas e comunidades e até onde se mantém a determinação em sustar a obra ou se os movimentos partirão para negociações em torno de medidas mitigatórias e de compensação.

Não se pode deixar de observar o quanto a riqueza colossal dos recursos naturais do Brasil, neste momento de expansão do capital, é tragada pelas forças produtivas numa celeridade avassaladora, como se fosse algo inexorável. A pressão decorre do *lobby* das empreiteiras e encontra campo fértil dentro do governo, graças à visão produtivista hegemônica ditada pela baixa cultura de sustentabilidade de muitos de seus quadros, em particular da própria presidenta.

Outra inflexão que agrava a complexidade e a sorte dos nossos recursos naturais tem a ver com o futuro do Código Florestal, instrumento valioso na regulação da sustentabilidade socioambiental e acesso democrático aos recursos naturais, frente à rapinagem sem limites dos ruralistas que alegam o anacronismo do código como impedimento para a expansão agrícola. Estudos recentes do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

evidenciam que apenas 5% dos milhares de hectares desmatados nos últimos anos no Mato Grosso destinaram-se a atividades agrícolas; o mais, criminosamente, virou pastagem extensiva.

Nesse front, os movimentos sociais, mesmo contando com ampla simpatia da opinião pública, não conseguiram realizar ações fortes o suficiente para inibir o atual parlamento, largamente dominado pelos ruralistas que, ademais, conseguiram colocar-se como porta voz de pequenos produtores do sul do país. O destaque vai para a proposta de mudanças no Código Florestal que, a pretexto de modernizar, desvirtua o texto original, enfraquecendo sensivelmente a legislação ambiental no país. A proposta de novo Código já passou pelas comissões do Senado Federal e irá para a presidenta para ser sancionado - o seu veto a pontos essenciais é a última esperança dos ambientalistas e demais movimentos sociais.

Dois mil e onze também foi um ano de muitas iniciativas na discussão sobre Mudanças Climáticas nos marcos da Justiça Ambiental (e das crises - financeira, energética e alimentar) suscitadas por um conjunto de acontecimentos provocados pelos fatos já narrados – os grandes projetos, a expansão dos monocultivos e da pecuária extensiva e, ainda por fenômenos naturais, com destaque para as violentas enchentes na região serrana do Rio de Janeiro que provocou a mudança da paisagem em vários municípios e a morte de mais de 1.000 pessoas, constituindo-se no maior desastre climático do país. Em meados do ano, chuvas torrenciais pelo segundo ano consecutivo castigaram inúmeras cidades e povoados nos estados nordestinos de Pernambuco e Alagoas. Tais fenômenos estão desafiando os movimentos, igrejas e universidades a intensificarem conhecimentos sobre emergências e defesa civil, e a mobilização de recursos materiais e humanos para uma resposta mais efetiva e solidária às populações afetadas. O movimento ecumênico se envolveu através de nosso programa de pequenos projetos e em articulação direta com a ACT Aliança. Também em parceria com a agência suíça Pão Para Todos e a ICCO, a CESE realizou seminários e cursos de capacitação sobre o dimensionamento de riscos ambientais, bem como o exercício de mitigação e adaptação em comunidades e territórios.

A discussão entrou na agenda de um grande número de organizações sociais, da academia e meios de comunicação, tendo como “moldura” a Rio + 20 e a Cúpula dos Povos – eventos paralelos previstos para junho de 2012. Nestas circunstâncias, setores do capital já trabalham com muita competência um novo filão - o “*ambientalismo de mercado*”. A disputa por serviços ambientais em torno do REDD e MDL/Mercado de Carbono vão nesta direção. Já a discussão sobre Economia Verde - um conceito mais abrangente tem várias leituras e interesses contraditórios, e deverá entrar no rol das grandes discussões da Rio + 20 e da Cúpula dos Povos.

O ano passado foi marcado por sucessivos reveses na política indigenista, o que levou a APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil a romper com o governo, mesmo ciente que mais adiante teria de retomar negociações em andamento. É nítida a estratégia governamental de retração do ritmo na condução dos procedimentos administrativos para demarcar as terras indígenas, sendo que na nova gestão foram homologadas apenas três áreas, fazendo-a ser avaliada como um dos piores desempenhos nessa área nas últimas décadas. O CIMI - Conselho Indigenista Missionário estima que pelo menos 450 empreendimentos afetam áreas indígenas, entre hidrelétricas, hidrovias, linhas de transmissão, rodovias, ferrovias e até a ameaça de instalação de uma usina nuclear na Região Nordeste. Mas talvez o emblema mais grave em relação ao descaso com os povos indígenas seja a situação de indigência que há anos humilha os Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, confinados em manchas de terras insuficientes à sua sobrevivência, provocando alarmante índice de mortalidade infantil.

Ainda que as evidências apontem para maior responsabilização do poder executivo, está em curso um pacto silencioso do Estado brasileiro, subjugado a grandes interesses capitalistas em benefício de poucos privilegiados e para os quais é crucial desconstruir as bases dos direitos territoriais dos povos indígenas e de outras populações tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, pescadores/as e extrativistas.

A situação vivida pelas comunidades quilombolas é bastante emblemática. Ao longo de todo o primeiro ano do atual governo, apenas uma titulação de terra quilombola foi efetivada, demonstrando a tímida atuação do governo federal nessa área, frente à magnitude da demanda existente. Afinal, estima-se que há cerca de três mil comunidades quilombolas no país e, desde 1988, quando seus direitos foram reconhecidos pela constituição, apenas 185 conquistaram o título de suas terras.

Em 2011, a CESE esteve diretamente envolvida no apoio a comunidades quilombolas, tanto pelo apoio regular dentro de seu Programa de Pequenos Projetos, como na atividade conjunta com outras organizações de apoio que resultou na publicação "Direitos dos Quilombolas: Um estudo do impacto da cooperação ecumênica", onde ficou destacada a contribuição significativa dos organismos de cooperação ecumênica ao movimento e às comunidades quilombolas nos últimos 15 anos para o avanço da luta pelo direito aos seus territórios. A iniciativa foi oportuna, no momento em que está para ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) relativa ao Decreto 4887/2003, que simplifica o processo de identificação, demarcação e titulação das terras quilombolas.

Posicionamentos de baixo compromisso de um governo que, no processo eleitoral, contou com o inequívoco apoio dos movimentos do campo, se refletem também no já longo paradeiro frente à Reforma Agrária. De acordo com o próprio INCRA, mais de 186 mil famílias estão acampadas no Brasil, das quais 60 mil famílias são organizadas no MST. No ano que passou foram assentadas 5.735 famílias em áreas desapropriadas, com os R\$ 530 milhões previstos no orçamento do INCRA para a obtenção de novas áreas. A suplementação do orçamento que só saiu em dezembro com o valor de R\$ 400 milhões, a partir de pressão da Jornada Nacional da Via Campesina no mês de agosto, será suficiente para o assentamento de apenas mais 4.435 famílias. A assinatura de 60 decretos presidenciais para a desapropriação das novas áreas só foi realizada na última semana de 2011. Ou seja, foram necessários quase 12 meses para que fossem assinados os primeiros decretos de desapropriação do governo Dilma Rousseff.

Esta realidade se choca com outra: a da grande disponibilidade de terras improdutivas e devolutas no país. Os dados oficiais mostram que mais de dois terços das propriedades de grande e médio porte não cumprem com sua função social. Esse quadro, aliado à obsessão do governo da presidenta Dilma pela implantação de grandes projetos e pela produção ilimitada de *commodities* tem levado as populações tradicionais, indígenas e camponesas a retomarem seus originais métodos de protesto, ao tempo em que apresentam propostas concretas de superação da rasa distribuição de terras. É nesta linha que a Via Campesina vem pleiteando a apresentação de um programa nacional com metas para a criação de assentamentos em áreas desapropriadas até 2014.

Do mesmo modo, ao apreciar a realidade urbana no Brasil, retornamos à síntese mal resolvida da confluência perversa que exploramos no início desta contextualização. As cidades no Brasil atualmente concentram 85% da população e grande parte do déficit habitacional existente no país, que é de cerca de 7 milhões de moradias, de acordo com a Fundação João Pinheiro. Vale ainda ressaltar que segundo o Censo 2010 (IBGE), 11 milhões de pessoas vivem em favelas no Brasil. O programa Minha Casa Minha Vida, embora de inegável impacto sobre essas problemáticas, vem enfrentando dificuldades para atingir os setores mais empobrecidos, com renda entre 0 a 3 salários mínimos e está em permanente contradição com as polarizações ditadas pelo capital imobiliário que subordina planos diretores, e pela indústria automotiva que protela e atropela políticas sustentáveis de transporte de massa. Ou ainda as políticas de segurança pública, quando priorizam a ação militar sobre as políticas que garantem o direito à cidade pela via da participação nos diferentes conselhos de gestão, de controle social sobre os serviços básicos de atendimento à população.

É notável a persistência das desigualdades de gênero e raça no Brasil. De acordo com dados do Retrato das Desigualdades (IPEA et al, 2011), a população negra obtém, em média, 55% da renda obtida pela população branca. Considerando a variável de gênero, a situação é ainda mais preocupante, revelando que as mulheres negras ainda se

encontram na base da hierarquia social, com renda média equivalente a 30,5% do rendimento dos homens brancos. Outro fenômeno que demonstra de maneira gritante o problema da desigualdade racial no país é a incidência de assassinatos de jovens, em que o Brasil ocupa o 6º lugar no ranking mundial, sendo que a probabilidade de morte de um jovem negro, entre 15 e 25 anos, é de 127,6% maior que a de um branco da mesma faixa etária, de acordo com dados do Mapa da Violência 2011.

As disparidades de gênero também podem ser verificadas no campo da participação política das mulheres. De acordo com dados da ONU, divulgados no relatório Progresso das Mulheres do Mundo 2008-2009, entre os países da América do Sul, o Brasil é o penúltimo colocado no ranking que mede a participação feminina nas câmaras federais, com um índice de apenas 9% de mulheres parlamentares.

Em 2011 a temática dos direitos humanos esteve muito presente no debate nacional, sobretudo a partir de iniciativas de recuperação da memória das violações durante o regime militar e mobilizações para abertura dos arquivos da ditadura.

Merece destaque a criação da Comissão da Verdade, pelo governo federal, mesmo com limitações (não tem o foco no período ditatorial e não traz a esperada relação entre verdade e justiça). Apesar disso, a sociedade segue mobilizada para que a Comissão se efetive e outras conquistas possam acontecer.

Diante do descumprimento pelo Estado brasileiro da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, o país foi obrigado a abrir os arquivos da Guerrilha do Araguaia e a rever a Lei de Anistia. Para pressionar, foi iniciada no Brasil a Campanha CUMPRA-SE, liderada por dezenas de organizações e indivíduos de dezenove estados. A CESE aderiu a essa iniciativa.

Este breve panorama, embora precário, é capaz de demonstrar a necessidade de fortalecimento da sociedade civil, em especial dos movimentos sociais, para fazer avançar a conquista de direitos no Brasil e problematizar o modelo de desenvolvimento hoje adotado no país. Entre outros pontos, esse fortalecimento é fundamental para fazer valer o Programa Nacional de Direitos Humanos, que reflete o acúmulo socialmente construído nesse campo, com debates ao longo de 2009, envolvendo 15.000 militantes e técnicos governamentais e cuja divulgação provocou uma quase crise de Estado. O PNDH foi finalmente aprovado como diretriz, mas até hoje tem baixa efetividade que, aliás, é a marca da situação em geral dos Direitos Humanos no Brasil. Tão intangível quanto é a situação da Reforma Política, que pouco tem avançado, apesar do empenho dos movimentos sociais e do apoio, ao menos nominal, de uma ampla frente parlamentar, sendo estes dois referenciais colocados como desafios permanentes à democracia brasileira.

Fica uma pergunta no ar: em meio a disputas do modelo de desenvolvimento e suas contradições que vai sendo desenhado por um governo de base popular sustentado por forças políticas contraditórias e até antagônicas, como está o ânimo da população e dos movimentos sociais? Na base da pirâmide os índices de popularidade se mostram consistentes, incluindo a afirmação da presidenta com seu estilo próprio. Se setores da academia e entidades históricas de apoio aos movimentos se mostram crescentemente críticos particularmente devido aos impactos sócio-ambientais de mega empreendimentos, os movimentos em si, ensaiam reações tóxicas, reaglutinam-se em torno de lutas específicas, como a mobilização exemplar da grande rede formada em torno da ASA – Articulação do Semiárido que juntou no final do ano 15.000 pessoas na ponte sobre o Rio São Francisco, entre a Bahia e Pernambuco, quando sofreu a ameaça de esvaziamento do programa 1 Milhão de Cisternas. Há uma paciência histórica no ar, movida pela sabedoria e pelo instinto político de sobrevivência, mas se iludem os que apostam na passividade ou manipulação do povo brasileiro.

ELEMENTOS DO CONTEXTO ECUMÊNICO E A AÇÃO DA CESE

Em 2011, mereceu destaque a participação da CESE na ACT Aliança, no seu Grupo de Trabalho sobre Impacto. A CESE elaborou os termos de referência e facilitou a realização de um estudo de impacto do apoio - entre 1996 e 2009 - de entidades da Aliança ACT no Brasil, para comunidades quilombolas e o Movimento Quilombola. As entidades participantes são: CESE, Koinonia e Fundação Luterana de Diaconia, junto com duas agências ecumênicas (EED e Christian Aid). O estudo foi publicado em 2011 e vêm ocorrendo lançamentos reunindo comunidades quilombolas nas várias áreas consideradas pelo estudo, oportunidades de aprofundamento de questões e de visibilidade junto à sociedade local e regional.

A ACT Aliança vem se fortalecendo por meio dos fóruns nacionais e regionais - FEACT Brasil e FE SUL (Fórum Ecumênico Sulamericano). No plano nacional, o FEACT Brasil foi reconhecido oficialmente como Fórum ampliado de ACT, não restrito aos membros plenos dessa Aliança, incorporando igrejas e organizações ecumênicas num trabalho de parceria.

O Fórum ACT Brasil e o Sulamericano vêm buscando formas de participação na Rio+20, integrando a Coalizão Ecumênica. A CESE tem ampliado parcerias nas discussões preparatórias a esse grande evento, com as organizações da ABONG Nordeste 2 (Bahia e Sergipe). Merece destaque o evento promovido sobre o tema Justiça Ambiental e Defesa das Florestas Rumo à Rio + 20. Um dos desdobramentos foi a proposta de criação de um Comitê Baiano da Rio + 20.

Em relação ao PAD, em 2011, a CESE continuou colaborando e participando do setorial ecumênico e na elaboração de nota pública sobre a Comissão da Verdade e Justiça e participou, também, na roda de diálogo internacional.

Quanto aos conselhos de igrejas, a CESE seguiu com boa articulação com CMI, CLAI, CONIC e CEBIC. Apoiou e participou da realização de Ato Público de Repatriação do Acervo Brasil Nunca Mais, promovido pelo CLAI, CMI e Procuradoria Geral da República, com a presença do Secretário Geral do CMI; colaborou com o CLAI Continental na apresentação e discussão sobre contexto para o encontro de famílias confessionais.

A CESE também fortaleceu sua relação com igrejas por meio da participação em eventos nacionais, como: Sínodo Teológico/CONFELIDER IEAB; 48ª e 49ª Assembleias Gerais da CNBB; Eventos da Igreja Batista Nazareth; Concílio da IECLB; culto de investidura do novo presidente eleito da IECLB.

Quanto a articulações locais com as igrejas, vale salientar o apoio da CESE ao fortalecimento do Conselho Ecumênico Baiano de Igrejas Cristãs - CEBIC, com a realização de reuniões conjuntas e aprofundamento sobre a necessidade de reestruturação do conselho.

Apesar das dificuldades que o CEBIC enfrentou nos últimos anos, a realização do lançamento da CPPV em 2011 contou com o apoio fundamental de suas Igrejas. As principais lideranças do CEBIC têm participado e apoiado outras ações da CESE.

O CEBIC também colaborou com a realização e participou de um café da manhã, na CESE, com o novo Arcebispo da Arquidiocese de Salvador e Primaz do Brasil, D. Murilo Krieger, em setembro de 2011.

A CESE realizou visitas conjuntas a Igrejas de Salvador, ofereceu sua sede para reuniões, participou de sua assembleia de renovação da diretoria, para a preparação conjunta da CPPV, reuniões para celebrações do centenário de D. Helder Câmara, aprofundamento sobre o ecumenismo na Bahia e contribuiu para a definição de agenda comum para 2011.

Outra iniciativa importante da CESE, em 2011, foi o trabalho de coordenação da preparação e divulgação da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos e Cristãs,

em Salvador. A CESE também participou de celebrações em diversas igrejas locais e realizou culto na sua sede, o qual assumiu uma dimensão mais ampla, quanto ao sentido da Unidade.

Ao lado dessa iniciativa, a CESE tem ampliado a articulação com igrejas não associadas, a exemplo da Igreja Batista Esperança e Igreja Ortodoxa Bielorrussa, para reflexões e ações conjuntas. Como destaque, vale mencionar o apoio e participação periódica na iniciativa da Igreja Batista Nazareth, denominada “Jantar Teológico”, evento em que são discutidos temas relevantes para a construção da articulação ecumênica e diálogo interreligioso.

Nesse campo do diálogo interreligioso, a principal preocupação diagnosticada pela CESE é a intolerância religiosa, sobretudo com relação às religiões de matriz africana. Essa questão ganhou proporções sérias, inclusive com a morte ou maus tratos impingidos a lideranças religiosas. A CESE vem apoiando projetos de ação social de terreiros, bem como iniciativas de repúdio à intolerância, a exemplo de eventos de mobilização em torno do 21 de janeiro, instituído como Dia Nacional Contra a Intolerância Religiosa. Em Salvador, tem participado das Caminhadas contra a Intolerância e pela Paz.

Outra iniciativa da CESE com vistas à ampliação do diálogo interreligioso é processo denominado “Construindo Diálogos”, iniciado em 2010. As Rodas de Diálogo têm reunido igrejas associadas à CESE, outras denominações locais e pessoas ligadas a terreiros. Em 2011 foram realizadas duas Rodas de Diálogo, sendo que a última definiu a formação de um grupo de trabalho com vistas à ampliação do processo de diálogo para constituição de um fórum interreligioso em Salvador. Esse processo tem tido receptividade, inclusive por parte de instâncias governamentais, a exemplo da Secretaria Municipal da Reparação de Salvador, que tem acompanhado as Rodas, com a participação do próprio secretário ou da sua assessoria. Para 2012 está prevista a realização de um seminário onde se espera a constituição oficial do fórum.

Na esfera nacional, em virtude de contatos com a Secretaria Especial de DH da Presidência da República, a CESE foi estimulada a produzir material sobre diálogo interreligioso e convidada a participar do lançamento da Comissão de Diversidade Religiosa, em 2011.

A CESE destaca como algo positivo o surgimento de redes que reúnem representações de terreiros, as quais defendem o direito à livre expressão religiosa e visam à superação da intolerância. Entre elas, podemos citar a Rede Religiosa de Matriz Africana do Subúrbio, localizada em Salvador, e a Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde.

Outro fato marcante em 2011 foi a aproximação da CESE com o Núcleo das Religiões Afrobrasileiras (NAFRO) e com o Núcleo de Estudo de Religiões de Matrizes Africana e Indígena (NEAFRO), das Forças Armadas, na Bahia, que vêm defendendo a abertura de espaço para essas expressões religiosas, a partir de princípios como: redenção, liberdade e desmobilização do preconceito.

Ao lado da proatividade na ampliação das relações com esses outros atores, a CESE tem também favorecido o aprofundamento temático sobre a intolerância religiosa entre as igrejas associadas. Em 2011, na sua Assembleia Geral, provocou a discussão sobre o momento de cada igreja na sua relação com o ecumenismo e a intolerância. A presença de representantes de projetos apoiados pela CESE também enriqueceu os debates e estimulou o engajamento no diálogo interreligioso. Internamente, como parte do processo de capacitação para a sua equipe executiva, a CESE promoveu encontro específico sobre Religiões de Matriz Africana contando com a colaboração do prof. Jaime Sodré, da Universidade Federal da Bahia.

As questões ambientais são outro tema para o qual a CESE tem buscado envolver mais as Igrejas. A partir das recomendações do Encontro com Movimentos Sociais, realizado em

2009, do qual participaram as igrejas associadas à CESE, houve maior envolvimento das mesmas com a temática ambiental e, como resultado, Justiça Ambiental foi o eixo escolhido para a Campanha Primavera para a Vida - CPPV - tanto em 2010 quanto em 2011. Vários eventos foram realizados pelas igrejas - tanto associadas à CESE quanto outras próximas - ou contaram com sua participação, tomando o tema das mudanças climáticas e emergências como foco para capacitações.

A Campanha Primavera para a Vida é um espaço de reflexão com igrejas e comunidades sobre o eixo temático do ano. Em 2011, a CESE ofereceu material para aprofundamento sobre a questão ambiental e propiciou a articulação em várias partes do país. Também o CLAI Brasil foi motivado pela Campanha a tratar o tema em sua assembléia de 2011 e foram, ainda, organizados seminários pela CESE e em parceria com agências, para aprofundamento sobre Mudanças Climáticas.

Também nesse ano a Igreja Presbiteriana Unida - IPU ofereceu espaço durante a sua Assembleia Nacional para a CESE divulgar a CPPV, permitindo articulação da CESE com as mais variadas representações regionais. Também a Igreja Católica, por meio da CNBB, contribuiu para a Campanha ao estimular as dioceses a apoiar e replicar a Campanha Primavera para a Vida, em todo o Brasil.

MONITORAMENTO ANUAL DA CESE - DEZEMBRO DE 2011
(Atividades Previstas e Realizadas)

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO E REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2012
A. Atividades Institucionais			
Realizar a Assembléia anual ordinária da CESE	Realizada com sucesso. Um incidente impediu a vice-presidente da CESE e delegada da IECLB de comparecer, mas foi substituída pela igreja na delegação. Os relatórios foram aprovados por unanimidade. A celebração inicial contemplou, também, uma reflexão de cada igreja sobre sua atual relação com o ecumenismo. O tema de aprofundamento foi o da Intolerância religiosa e contou com painelistas relacionados às igrejas, à academia e ao poder público. Os representantes de projetos apoiados no período foram relacionados com o tema.		
Realizar quatro reuniões da Diretoria Institucional	Todas as reuniões foram realizadas no período, conforme o previsto.		
Realizar reuniões do Conselho Fiscal em Salvador	Foram realizadas duas reuniões conforme previsto.		O Conselho fiscal sugeriu a análise da possibilidade de evitar reunião presencial em março substituindo por contatos virtuais, evitando gastos de deslocamento e de hospedagem.
Facilitar encontro anual entre diretorias da CESE e do CONIC	Não houve a reunião conjunta das diretorias. O CONIC esteve representado na Assembleia da CESE pelo seu Tesoureiro, Pastor Sinodal Altemir Labes. Foi uma oportunidade de aprofundamento das relações e identificação de desafios.		Retomar contato com a diretoria do CONIC visando aprofundar as relações e rediscutir a proposta de reuniões conjuntas das diretorias. Participar do encontro do CONIC com os membros fraternos e celebração dos 30 anos do Conselho.

B. Atividades de Direção Executiva

Encaminhar e assegurar o cumprimento das decisões da Assembleia Geral e da Diretoria Institucional	Foi encaminhado o registro da Ata da Assembleia. As decisões da diretoria foram implementadas, especialmente, no que se relaciona ao quadro de funcionários, à comunicação e à CPPV.	Neste ano foi enviada reflexão teológica referente à CPPV, um documento apresentando resultados do trabalho da CESE no tema da Justiça Ambiental e cartas específicas para As autoridades das Igrejas, às delegações das Igrejas para a assembleia da CESE e outros parceiros. O retorno da carta às autoridades foi positivo: motivou a CNBB a incentivar todas as dioceses para a participação na campanha e a direção da IECLB explicitou suas dificuldades para articulação com a CPPV e ofereceu uma contribuição financeira significativa.	Por sugestão da Diretoria, a preparação da CPPV deverá ter início no primeiro trimestre, articulada com comunicação e MR. Com apoio da diretoria, realizar diálogo com a direção de cada igreja associada, verificando adequações necessárias a um envolvimento efetivo das Igrejas na CPPV.
Acompanhar o trabalho do Setor de Projetos e Formação, em articulação com o Coordenador e de acordo com o plano operacional específico	Realizado.		
Acompanhar o trabalho do Setor Administrativo-Financeiro	Realizado.		
Acompanhar os trabalhos do Setor de Desenvolvimento Institucional em articulação com o Coordenador, no que se refere a mobilização de recursos, a diálogo e relações ecumênicas e a comunicação	Realizado. A partir do monitoramento de meio de ano, ADRE passou a responder diretamente à DE.	Considerando que essa coordenação é algo novo e exige aprofundamento sobre sua implementação, foi realizado um acompanhamento de meio termo da avaliação institucional com a consultoria de Luciano Padrão, que foi um dos avaliadores em 2009.	Esta questão será retomada e aprofundada por ocasião do planejamento previsto para final de janeiro
Monitoramento específico de relações ecumênicas e da secretaria geral	Realizado. Merece destaque a atuação do grupo ecumênico formado por pessoas de diversos setores da CESE, com reuniões regulares.		Reexaminar a possibilidade de monitoramento bimestral da secretaria geral.
Efetivar a avaliação individual de desempenho da Secretaria Geral	Não realizada no período previsto.		A Coordenação, juntamente com as Assessorias, discutirá uma nova proposta de avaliações individuais associadas aos momentos de monitoramento e avaliação setorial.
Efetivar a avaliação individual de desempenho dos Coordenadores	Não realizada no período previsto.		A Coordenação, juntamente com as Assessorias, discutirá uma nova proposta de avaliações individuais associadas aos momentos de monitoramento e avaliação.
Homologar a avaliação de desempenho do conjunto de funcionários da CESE	Não realizada no período previsto.		A Coordenação, juntamente com as Assessorias, discutirá uma nova proposta de avaliações individuais associadas aos momentos de monitoramento e avaliação.

C. Atividades de Representação Institucional

Participar de atividades da Aliança ACT	Realizado. A CESE esteve representada por diretora institucional e diretora executiva em evento Latino-Americano em São Paulo. A vice-presidente da CESE é membro do Comitê de Nomeações da Aliança. A CESE também está representada por assessores, no GT de Impacto e no GT de DH e Desenvolvimento.		
Participar da Assembleia Geral do CLAI Brasil	Realizado. A CESE estará representada no Conselho Fiscal eleito nessa Assembleia.	A CESE foi indicada para representar o CLAI no processo de construção de um novo marco regulatório da relação das OSCs com o Estado.	A CESE participará do GT paritário governo/sociedade civil do marco regulatório. Participação em atividades do CLAI, em especial assembleia prevista para junho.
Participar das reuniões de diretoria do CLAI Brasil	Realizado.		Em 2012 a CESE não estará na diretoria, mas no conselho fiscal
Participar do FE-Brasil, nos encontros nacionais e atividades priorizadas	Realizada a participação em contatos virtuais e reunião presencial nesse período. A CESE foi eleita para a coordenação ampliada do FE-BR com uma titular e uma suplente.		
Participar do FE-Sul, nos encontros específicos e atividades priorizadas	Realizada a participação em teleconferências da Mesa facilitadora.		Participar da preparação e realização de reunião presencial e atividades do FE-SUL
Participar de atividades gerais do PAD e rodas de diálogo (Regional NE)	Contatos virtuais no período e participação na elaboração de nota pública sobre a Comissão da Verdade e Justiça. Participação na roda de diálogo internacional.		
Participar de atividades prioritárias da ABONG e, em especial, na região NE 2	Realizada. Participação e apoio a encontro da ABONG regional. Apoio à preparação e realização de eventos sobre Rio + 20, Marco Regulatório e controle das políticas públicas do governo do estado da Bahia.		Apoiar evento de retomada do debate com o governo do estado da BA. Seguir participando de outras iniciativas, em especial relacionadas ao marco regulatório e aos grandes eventos (Rio + 20, Copa e Olimpíadas)
Estimular e apoiar atividades de articulação de serviços diaconais das igrejas associadas	Em andamento, como parte da preparação dos eventos da CPPV.		
Estimular relações com outras igrejas e o diálogo inter-religioso, especialmente, na Bahia	Realizado. Como parte do processo "Construindo Diálogos", iniciado em 2010, neste semestre foram realizadas a segunda e a terceira rodas de diálogo que contaram inclusive com a participação da Secretaria Municipal de Reparação.		

Participar de atividades prioritárias com parceiros ecumênicos nacionais a partir de interesses comuns, a exemplo do CEADe, KOINONIA, DIACONIA	Parceiros ecumênicos participaram da Assembleia da CESE e foi iniciado um diálogo específico com Diaconia, FLD e Koinonia a respeito de apoio conjunto à REJU.		
Colaborar com parceiros ecumênicos internacionais, em especial: CLAI, CREAS, CMI, Aliança ACT	Realizado. Merecem destaque atividades com o CLAI (Continental e Brasil), Encontro de Planejamento e Avaliação do CREAS, Facilitação da elaboração de estudo de impacto do trabalho de membros da Aliança ACT no Brasil (Koinonia, FLD, CESE) junto a comunidades quilombolas.	Apoio à realização e participação em Ato Público de Repatriação do Acervo Brasil Nunca Mais, promovido pelo CLAI, CMI e Procuradoria Geral da República, com a presença do Secretário Geral do CMI.	
Participar de oficinas de capacitação na área de emergências para ajuda humanitária	Realizados dois encontros promovidos pela Aliança ACT, com especial apoio de Christian Aid.		
Participar de encontros e atender visitas de Agências e Igrejas parceiras, colaborando com a organização dos mesmos, quando solicitado	Realizado. No período, além de várias visitas mencionadas no monitoramento de ADRE, foi realizada reunião da CESE com as agências de parceria histórica.		
Participação no Fórum Mundial de Teologia e Libertação e no FSM 2011, em Dakar	Realizada.		
Participar de encontros de igrejas e de organismos ecumênicos, quando solicitado	Realizado.		
Participar de atividades da AVINA e desenvolver atividades conjuntas	Realização de encontros com a AVINA para discussão sobre o plano de MR. Encontro com AVINA, FICAS e GIFE para discussão sobre as relações da CESE com setor privado.		Aprofundar discussão na CESE sobre composição de um "Fundo Patrimonial", com assessoria indicada pelo GIFE. Participar do congresso do GIFE. Verificar possibilidade de organizar oficina da CESE sobre PPP no período anterior ao congresso.
		Participação em atividades da Fundação Kellogg e do Instituto C&A para aprofundar análise de contexto e relações de parceria.	Elaboração de nova proposta de assessoria técnica para o Instituto C&A.

D. Atividades da Coordenação Executiva

Coordenar o aprimoramento do PMA sistêmico da CESE	Realizado.		Retomar o PMA, por ocasião do planejamento, em janeiro
Coordenar a implementação de recomendações da avaliação institucional externa e a conclusão do novo planejamento estratégico	Realizado, com desdobramentos para 2012.		
Coordenar a finalização e implementação do plano de mobilização de recursos e treinamento de pessoal	Realizado, com desdobramentos para 2012.		
Finalizar a triagem e acompanhar a implementação do novo sistema de arquivo físico e eletrônico para a CESE	Não realizado.		
Realizar a avaliação das atividades gerais de 2010	Realizado.		
Realizar monitoramento semestral e avaliação anual a partir de orientações da Assessoria de PMA	Em curso.		

Monitorar a ação da CESE, referenciada nas reorientações definidas pela avaliação anual de 2010	Realizado, com desdobramentos para 2012.		
Realizar reuniões regulares entre a Diretora Executiva e Coordenações	Realizadas semanalmente.		
Realizar reuniões temáticas entre Diretora Executiva, Coordenações e Assessorias	Realizadas		
Realizar reuniões periódicas do conjunto dos funcionários	Realizadas reuniões para discussão sobre o acordo coletivo com o sindicato, sobre MR, sobre o planejamento de comunicação, sobre a CPPV.		
Orientar propostas de capacitação e formação do pessoal, a partir de necessidades institucionais detectadas: - realizar seminários de aprofundamento temático, para o conjunto dos funcionários; - reflexão interna sobre o contexto da CESE; - propiciar capacitação em PMA para setores internos da CESE	Realizadas reuniões de capacitação interna sobre os temas Gênero, Meio Ambiente, SICONV. Participação em atividades de capacitação em MR e MR com doadores individuais; elaboração de projetos para União Europeia; e Emergências.		
Articular-se com universidades para a produção e difusão de conhecimentos sobre temas de interesse dos movimentos sociais e da CESE	Realizado. Participação em evento sobre tema desenvolvimento econômico.		
Acompanhar a finalização do livro sobre a história da CESE	Não realizado. Impasse na finalização do contrato com os historiadores.		Retomar o contato com os historiadores para encerramento de seus contratos. Estudar a possibilidade de passar todo o material produzido para análise de editor, com perspectivas de publicação para os 40 anos da CESE.
Dar seguimento às ações para redução de custos operacionais e buscar novas alternativas de sustentabilidade	Realizado, com desdobramentos para 2012. Redução de custos: Equipamentos, demissões, redefinição de carga horária da DE; ensaio de uma política salarial, adequada às novas condições da CESE, iniciada com as novas contratações do núcleo de MR. Novas alternativas de sustentabilidade: Taxas de administração de projetos de outras organizações; recursos de administração de patrocínio para a IV conferência do CONSEA; renda da atividade de lançamento da Rede de Amigos; apresentação de emendas parlamentares; negociação de novo projeto com a Petrobras; recursos para equipamentos com apoio da Petrobras; venda de produtos e serviços.		Fazer análise criteriosa sobre as medidas adotadas para verificar sua eficácia e limites, como parte do planejamento em 2012.

E. Atividades da Assessoria de Diálogo e Relações Ecumênicas – ADRE

E.1. Atividades para fortalecimento da Diaconia Ecumênica

Executar ações promovendo reflexão nas igrejas sobre o Eixo Temático	O tema foi discutido e definido em reunião temática, dando continuidade a Justiça Ambiental. Foram elaborados materiais para a CPPV, tratando do tema.	Foram organizados seminários pela CESE e em parceria com agências, para aprofundamento sobre Mudanças Climáticas.	Havendo continuidade do tema em 2012, definir melhor a ênfase. (justiça climática/ambiental) Estabelecer um mecanismo de interatividade sobre o eixo temático no espaço do site dedicado a ecumenismo. Especificar o que se espera das Igrejas a partir do tema. Verificar a utilização do material da CPPV 2011 para definir seu aproveitamento em 2012 Definir um slogan da CPPV, bem como estratégias e metas para a campanha.
Organizar e acompanhar visitas de representantes de Igrejas e Agências à CESE	Realizado. A CESE organizou programação de intercâmbio de professores alemães de religião e pastoral, juntamente com PPM. Vários representantes de agências visitaram a CESE neste período: PPM, EED, UCC, ICCO, HEKS, Pão para Todos, Christian Aid/GTF, Gansos Selvagens, AIN, Terre ês Hommes Schweiz.		
Estágio de estudantes estrangeiros		Como resultado do intercâmbio com os professores alemães, a CESE foi estimulada para receber estagiários por um período de 3 meses. A primeira experiência foi muito bem sucedida, seja em relação ao programado pela universidade, seja enquanto relações com a CESE e com movimentos sociais, a exemplo do Movimento de População de Rua.	Avaliar com os responsáveis na Alemanha o significado desse estágio e perspectivas de continuidade.
Apoiar e participar da Semana de Oração pela Unidade dos/as Cristãos/ãs	Realizado, inclusive com culto na CESE, o qual assumiu uma dimensão mais ampla, quanto ao sentido da Unidade. A CESE coordenou a preparação e divulgação do calendário dos 9 eventos em Salvador. Além da celebração na CESE, houve participação em celebrações na Igreja Luterana, Paróquia da Trindade (ICAR) e IPU.	Colaboração da CESE no processo de divulgação do calendário de celebrações da Semana de Oração na Bahia.	Necessário estimular mais a participação da equipe da CESE. Continuar contribuindo com o CEBIC na organização da Semana.

Elaborar liturgia e material de apoio para Campanhas da CESE	Realizado, com inovações na CPPV. A CESE ofereceu reflexões litúrgicas a partir de seu engajamento na questão ambiental e disponibilizou no site uma caixa de ferramentas composta de materiais da própria CESE e de parceiros.	Pesquisa/contatos com lideranças de Igrejas Associadas à CESE e o CONIC sobre as campanhas PPV. Participação na Assembleia Nacional da IPU para divulgação da CPPV. Elaborada a linha do tempo da CPPV para o site da CESE.	Iniciar os preparativos da campanha no primeiro trimestre do ano. Definir a articulação com MR, comunicação e secretaria geral, com distribuição clara de fluxos e responsabilidades. Ter uma definição mais clara acerca de expectativa de mobilização de recursos com as Igrejas.
Auxiliar a assessoria de Comunicação da CESE nos contatos e intercâmbios com as assessorias de comunicação das Igrejas Associadas e organismos ecumênicos	Realizado, com debilidades dada a falta de pessoal especializado na assessoria de comunicação. Contato estabelecido com a Revista Alvorada (da IPIB). A diretoria da CESE foi solicitada a colaborar na indicação de contatos para o estagiário de comunicação/marketing que iniciou seu trabalho em dezembro.		Mapear informações detalhadas sobre os veículos de comunicação das igrejas, definindo uma estratégia de "presença" da CESE e motivações regulares sobre a CPPV.
Elaborar materiais em inglês sobre o trabalho da CESE	Realizado. Foram produzidos textos diversos para agências, destacando-se os relacionados aos temas: meio ambiente, intolerância religiosa, quilombos e direitos humanos.	Foi estabelecida relação com a cooperante alemã no sentido de fornecer elementos para um cadastro de contatos internacionais.	Dar publicidade a materiais produzidos pela própria equipe da CESE, além de material enviado por ACT Aliança e outros parceiros, como Fundação Kellog. A cooperante canadense, mesmo encerrando seu contrato, seguirá apoiando a CESE nessa área.
Fortalecer o Ecumenismo na CESE		Criação de um grupo ecumênico informal, intersetorial. Café da manhã com o novo Primaz de Salvador, com a participação de igrejas ligadas ao CEBIC.	Realizar conversas com cada setor para escutar sua visão atual de Ecumenismo e a interação entre este e o trabalho realizado pelo setor, com vistas a repensar uma programação geral e diferenciada. Ampliar a composição do grupo. Discutir a pertinência de alterar a denominação ADRE para Diálogo e Relações Ecumênicas.

E.2. Atividades que visam o fortalecimento do diálogo e a cooperação interreligiosa

Facilitar diálogo da CESE com outras denominações cristãs e expressões de fé	Realizado, com desdobramentos ao longo do ano. A CESE ofereceu oportunidades de diálogo em diversas ocasiões, em especial: a Assembleia anual; celebração da Semana da Unidade, na CESE; duas rodas do processo Construindo Diálogos.		
--	---	--	--

Acompanhar eventos de diálogo interreligioso	Participação de seminário contra a intolerância religiosa e na caminhada interreligiosa pela paz. Participação em intercâmbios interreligiosos organizados pela Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR). Participação em evento de lançamento do núcleo de religiões de matriz africana no comando local das Forças Armadas.		Dar seqüência às ações e apoiar a implementação do Fórum Interreligioso da Bahia.
Realizar eventos “Construindo Diálogos”	Realizado, com desdobramentos previstos. Na segunda roda, houve acolhimento de outras expressões de fé, ampliando o diálogo. Na terceira roda, foi proposto um grupo de trabalho, com a participação da CESE, para dar seguimento à construção de um fórum de diálogo interreligioso e definição de um calendário comum de ações e participações.	A SEMUR divulgou nossa iniciativa entre seus contatos e solicitou integração ao processo de diálogo.	Presença das organizações envolvidas nesse processo na caminhada contra a intolerância, em 21 de janeiro, em Salvador. Realização de seminário, em março, para fundação do Fórum Interreligioso.
Apoiar a REJU na realização de três mini-jornadas ecumênicas na Bahia, com os temas Ecologia, Economia e Ecumenismo	Processo iniciado, sendo realizadas reuniões visando ampliar o grupo, mas interrompido por dificuldades da REJU em Salvador.	A CESE contribuiu para a realização da primeira conferência de juventude ecumênica, promovida pela REJU e colaborou com a indicação de jovem para participar, representando a Bahia.	Reforçar a relação com a REJU/BA, que terá mais uma pessoa de referência: uma jovem da Igreja Batista Nazareth.

F. Atividades da Assessoria de Comunicação

F.1 Atividades relacionadas com o Fortalecimento Institucional

Reformular conteúdo do Plano Geral de Comunicação a partir de um diálogo interno sobre as necessidades de comunicação de cada setor em consonância com capacidade da atual equipe.	Duas oficinas Plano Operacional realizado	Trabalho com a Via Design e Propeg.	Finalização da Assessoria do Plano de Comunicação. Garantir a integração entre as iniciativas de comunicação iniciadas (Propeg, Via Design e Plano de Comunicação) com o planejamento geral da CESE.
Planejar as atividades de assessoria de imprensa	Não realizado	Contratação da Sintática para assessoria da Chamada de Projetos do ApC (mídias impressas, alternativas e rádio). Contratação da Lume para lançamento de parceria com Lucron.	Avaliar custo-benefício de contratação desse serviço. Fazer calendário de atividades que demandam divulgação na imprensa.
Assegurar a relação com os veículos de comunicação das igrejas alimentando de informações regulares sobre a CESE	Não realizado	Contratação de estagiário.	Alinhamento da Comunicação com o Grupo Ecumênico e a Diretoria da CESE (fluxos, conteúdos, etc).

Assegurar a produção de boletins informativos da CESE (SEMENTE <i>online</i> – antigo <i>CESE Informa</i>) para divulgação das ações da CESE e assuntos prioritários para os movimentos sociais, agências e igrejas. Garantir a sua distribuição para <i>mailing</i> institucional.	14 Cese: Informa		Rever a produção terceirizada de conteúdos. Pensar outras formas de envio do mailing. Definição de atribuições em relação a alimentação e atualização de endereços no GP. Garantir periodicidade.
Assegurar a produção do e distribuição do Seeds of Hope (versão em inglês com principais destaques veiculados nos boletins Semente online- Cese informa)	Diálogo iniciado	5 textos em inglês produzidos por Kathleen. 6 textos produzidos em alemão e inglês por Claudia. 2 vídeos com legendas (Combate à Intolerância Religiosa e Encontro do Fundo de Pequenos Projetos). Consulta às agências sobre informações pertinentes.	Trabalhar o diálogo com a comunicação dos parceiros para veiculação do material produzido. Revisitar consultas às agências. Mapeamento das ações desenvolvidas pela assessoria de projetos. Contar com o apoio de Kathleen.
Assegurar a produção e distribuição do CESE Advoga (on line), como instrumento de adesão, apoio e fortalecimento da luta dos movimentos de defesa de direitos	1 (comissão da verdade)		Definição de fluxos (se periodicidade ou demanda, traduzir para parceiros). Alinhar com assessoria de projetos ações futuras.
Criar, manter e monitorar canais de comunicação interna e externa: - CESE INFORMA – Boletim especial para uso interno e externo, voltado a divulgar eventos, ações, comunicações internas, etc. - Colaboração na reformulação do visual da recepção de forma a comunicar melhor a missão da CESE. - Espaço de informação interna sobre as ações da CESE através da exibição de vídeos de projetos semanalmente e exibição de filmes com possibilidade de discussão temática, uma vez por mês.	Boletim: não realizado Recepção: não realizado (sem prioridade) Exibição de vídeo: realizado uma vez		Reformular o item, mais focado na comunicação interna. Priorizar boletim interno – mensal. Propor discussão do novo formato de Breve Informe em reunião temática.
Atualizar periodicamente o site institucional, aprimorando-o de acordo com as necessidades institucionais	Realizado em português Realizado parcialmente em inglês		Avaliação (junto com a Propeg) do site – segundo trimestre. Dar continuidade e acelerar o processo. Adequar site as necessidades de mobilização de recursos.
Implementar sistema de avaliação/teste do novo site	Realizado		
Acompanhar as discussões sobre a Democratização da Comunicação, buscando politizar a atuação da equipe de comunicação da CESE	Não realizado (não foi priorizado)		Retirar do planejamento.

F.2. Atividades relacionadas ao Serviço de Projetos

Manter dinâmica de reuniões com serviço de projetos para: - definir estratégias de divulgação de projetos, programas e estudos; - aprofundar e discutir oportunidades e estratégias de trabalhar a Comunicação para o advocacy; - levantar de assuntos a serem abordados no site e boletins institucionais.	Estratégias definidas. Execução iniciada, mas sem continuidade.	Campanha com Lucron. Publicação de matéria na revista Perini. Produção do vídeo do encontro de pequenos projetos.	Seguir o planejamento de comunicação sobre esse assunto (participar de reuniões mensais). Reformular item. Definir objetivos e critérios para divulgação de projetos. Levantar mídias/parceiros para publicação de matérias.
Aprimorar o conteúdo, no site da CESE, sobre o Serviço de Projetos, a partir dos insumos fornecidos pela supervisão e assessoria de projetos	Realizado		Definir fluxos de informações com o Setor de Projetos e Formação.

Manter atualizados links com movimentos sociais, igrejas, agências e outros parceiros, no site institucional da CESE	Realizado		Analisar possibilidades de ampliar a interatividade do site. Definir critérios para inclusão no site de parcerias.
Estabelecer contato com movimentos sociais, igrejas, agências e outros parceiros, visando divulgar e fortalecer iniciativas apoiadas pela CESE	Realizado parcialmente		Dar continuidade ao processo e aprimorar fluxos.
Buscar alternativas para acompanhar assessores em visitas a projetos e/ou viabilizar a cobertura e registro de maior qualidade nestes momentos	Definição para demandar pessoas do local da visita Realizado no Comunidade e Renda Visita de Claudia		Ver a pertinência de treinamento para fotografia e filmagem para assessores/comunicação. Definir com Ass. de Projetos que a equipe de comunicação possa visitar projetos (priorizar projetos locais).

F.3. Atividades relacionadas a Mobilização de Recursos

Elaborar estratégias de comunicação para mobilização a partir do que for definido pelo Plano Geral.	Campanha Lucron e CPPV		Pensar as estratégias de comunicação a partir do calendário de eventos de MR. Suporte da Propeg para as ações de MR e comunicação (concepção, produção).
Participar do planejamento e execução de atividades de comunicação das Campanhas PPV e APC (elaboração, publicação e distribuição de materiais gráficos e audiovisuais)	Realizado parcialmente	ApC: assessoria de comunicação da Sintática e Lume.	Avaliar contratação de assessoria de imprensa para o ApC. Planejar revisão de materiais ApC. Analisar parceria com FICAS e Instituto C&A para publicação de material sobre MR local. Aproveitar experiências exitosas Campanha PPV 2011 (planejamento enxuto, criação de ferramentas online).
Participar da implementação do Plano de Mobilização de Recursos	Realizado		Retirar este item. Especificar as atividades.
Assegurar que o site funcione como um instrumento de arrecadação de doações	Sistema de arrecadação instalada, mas ainda insuficiente.		Alinhamento com Propeg e Setor A-F.
Implementar rotinas de comunicação e informação com doadores	Em fase inicial Repostas de doações enviadas na ação com Lucron e Jantar	Treinamento em São Paulo para mobilização de recursos com indivíduos.	Decidir sobre o uso do GP ou outra ferramenta de gerenciamento. Ter o fluxo de comunicação com doador bem estabelecido, verificando a necessidade de produção de materiais específicos de com. Redigir "manual de relacionamento com o doador" (passo a passo).
Avaliar a possibilidade de planejamento e execução de eventos de divulgação da CESE, voltado à mobilização de recursos			Retirar o item.

G. Atividades de Mobilização de Recursos

G.1. Atividades de Planejamento, Monitoramento e Avaliação

Consolidar a estratégia da mobilização de recursos nacionais da CESE, finalizando a elaboração do plano	Realizado		Necessidade de avançar na estruturação de operacionalização das ações previstas. Consolidar a assessoria com o FICAS para monitoramento do Plano de MR.
Prospectar oportunidades nas áreas definidas no Plano de Mobilização de Recursos (Governos, empresas, igrejas e sociedade civil)	Prospecções realizadas, com maior avanço no Poder Público (BA: Casa Civil, Secretaria de Educação), empresas e indivíduos.	Encontro com GIFE, FICAS e AVINA sobre mobilização com empresas e composição de fundo patrimonial.	Estruturar fluxos e ferramentas de gerenciamento de contatos e ampliar ações de mobilização de recursos. Verificar a capacidade do GP para gerenciamento de doadores individuais.
Elaborar projetos de acordo com as oportunidades detectadas nas áreas definidas no Plano de Mobilização de Recursos (Governos, empresas, igrejas e sociedade civil)	Instituto C&A, Petrobras, Emenda Parlamentar SEPPIR, proposta ApC para empresas e para equidade racial.		Verificar possibilidade de treinamento para elaboração de projetos para Núcleo de MR. Retomar discussão sobre estratégias de abordagem a empresas para o ApC. Rever políticas de contrapartidas para empresas apoiadoras.
Elaborar instrumentos de monitoramento e avaliação da implementação do Plano de Mobilização de Recursos Nacionais	Realizado parcialmente, com dificuldades.		Realizar planejamentos específicos para MR, Comunicação e ADRE com Planos Individuais de Trabalho e sistema de monitoramento. Criar instrumento de monitoramento de resultados financeiros (com metas e gastos atualizados). Fazer alinhamento com o conjunto da CESE sobre metas de MR para 2012 e logística estruturada para cada área.

G.2. Atividades de Mobilização de Recursos Governamentais e de Autarquias

Acompanhamento das emendas parlamentares encaminhadas	Realizado (assessoria de projetos e coordenação). Projeto para emenda aprovada encaminhado e recurso empenhado.		Acompanhamento dos projetos encaminhados.
Elaborar novas propostas de emendas parlamentares	Duas novas emendas elaboradas para orçamento 2012.	Realização de capacitação SICONV para o conjunto das assessorias.	Verificar custo-benefício de forma cautelosa.
Elaborar projetos para apoio a publicações da CESE	Realizado para material institucional, através de emenda parlamentar.		

G.3. Atividades de Mobilização de Recursos de Institutos, Fundações e Empresas comprometidas com a “responsabilidade social”

Planejar e executar uma campanha de mobilização de recursos para a composição do Fundo de Dupla Participação, pela doação de serviços de empresas de pequeno e médio porte	Contatos feitos com 11 empresas		Elaborar material específico.
Participar de eventos com empresas para a discussão sobre Mobilização de Recursos	Participação da coordenação em eventos da articulação D3 e GIFE	Ralização de discussão com o GIFE, para discussão de oportunidades de MR com setor privado	Participar do Congresso do GIFE.
Retomar relações com empresas que já apoiaram a CESE	Realizado, com resultados ainda tímidos.	Parceria com Agencia de Publicidade (PROPEG) e com Site de compras coletivas LucrOn (R\$ 3.922,00)	Incluir outras ações com setor privado.

G.4. Atividades de Mobilização de Recursos nas Igrejas

Planejar e realizar a Campanha Primavera para a Vida (Justiça Ambiental) em articulação com a Campanha Ação para Crianças	Em curso, com metas e planejamento definidos R\$ 4.076,00 mobilizados em eventos da Campanha		Reformular esse item, evidenciando meta de arrecadação dos eventos e doações específicos da CPPV. Planejar e realizar ações de MR durante a CPPV. Definir claramente papéis e as expectativas sobre a atuação do Núcleo de MR.
Estabelecer parcerias com igrejas de Salvador para voluntariado nas ações de mobilização (venda de produtos da Receita Federal e outras atividades)	Não realizado		Definir melhor a política de voluntariado da CESE.

G.5. Atividades de Mobilização de Recursos na Sociedade

G.5.1. Programa Ação para Crianças

Prospectar novos grupos mobilizadores: 1 Igrejas 2 Escolas 3 Associações de funcionários/classe/programas de voluntariado de empresas 4 Parceiros da CESE	34 grupos locais mobilizaram cerca de R\$ 120.000,00	LucrOn Golden Tulip Chamada de Projetos 2 Oficinas de formação em MR Local Assessoria aos grupos Participação em atividades de GS Avaliação do programa ApC e materiais Visitas de monitoramento aos grupos	A estratégia de mobilização para o programa foi modificada em parte e esta não é a principal forma de mobilização. Modificar a formulação dessa atividade.
Realizar um evento de Intercâmbio com crianças e adolescentes (até 18 anos)	Não realizado		Excluir essa atividade no PO 2012.

G.5.2. Programa Rede de Amigos da CESE

Implementar a Rede de Amigos, observando o planejamento fruto da consultoria específica	Rede lançada em jantar beneficente Intercâmbio com SEFRAS		Definir sistema de gerenciamento
Ampliar a rede de amigos da CESE com doadores de outros países	Foi elaborada carta por Kathleen para a sua rede de amigos		Em 2012 fazer planejamento desta atividade

G.6. Atividades de capacitação da equipe

Participar do International Fundraising Congress	Decidimos não participar		Priorizar eventos no Brasil (Congresso do GIFE, Congresso Latinoamericano, etc.)
Participar de treinamento específico propiciado pelos Gansos Selvagens	Não foi realizado		Intercâmbio com GS deverá ser marcado a partir da contratação de profissional sênior.
Participar das reuniões com parceiros do programa (Director's Meeting) para atualizações e definições para o próximo ano	Realizado		
Participar de intercâmbio com parceiros para troca de experiências sobre mobilização de recursos na área empresarial	Dois dias de intercâmbio com Smile Foundation		Fechar relatório e organizar repasse.
Participar de cursos de capacitação (eventualmente)	Intercâmbio com SEFRAS SICONV Capacitação em MR com FICAS		

H. Atividades da Assessoria de PMA

H.1. Atividades em apoio à Gestão da CESE

Facilitar e acompanhar a continuação do planejamento estratégico, a consolidação da reestruturação institucional e o aprimoramento do sistema de PMA institucional	Realizado parcialmente		Participação na reunião com Domingos Armani, 23-24 de Janeiro, e desdobramentos.
Facilitar os processos de monitoramento e avaliação do trabalho da CESE	Realizado		
Colaborar com a Diretora Executiva na condução das relações internacionais da CESE	Realizado		

H.2. Atividades junto a agências e organismos ecumênicos

Participar do GT Impacto de ACT, inclusive colaborando com CREAS na coordenação do projeto de implantação e seguimento na América Latina	Realizado parcialmente; com relação à colaboração com Creas, houve conversa com Analia Kim durante a reunião do GT em junho, nada depois disso.		
		Colaborar na conclusão do Estudo do Impacto do trabalho de entidades da ACT em avanços nos direitos dos quilombolas no Brasil.	

H.3. Atividades com o Setor de Projetos e Formação

Apoiar o Setor de Projetos e Formação na adaptação e aplicação do sistema de PMA	Realizado parcialmente.		Vários pontos ficam pendentes para 2012.
Acompanhar o Monitoramento do PPP	Realizado		
Preparar o Manual do PPP	Não realizado		Ver com Coordenador de Projetos e Formação
Colaborar com a Assessoria de Projetos e Formação na conclusão da avaliação de efeitos do PPP no FI dos grupos, baseada em uma amostra de projetos apoiados em 2006	Não realizado		Fica pendente para 2012
		Contribuir para o Encontro de FPPs.	

I. Serviço de Projetos

I.1. Programa de Pequenos Projetos

Cadastrar 750 projetos regulares	766 (até 13 de dezembro)		Manter a meta para cadastro
Analisar e tratar os projetos cadastrados	301 (até 13 de dezembro)		Manter a meta de projetos a serem apoiados
Apoiar cerca de 300 projetos regulares			
Garantir o fluxo de correspondências, relatórios e contratos	- realizado a contento		
Realizar levantamentos estatísticos de projetos para diversos setores da CESE	- realizado a contento		
Monitorar o GP implementando alterações quando necessário, em sintonia com Supervisão Administrativo-Financeira e Supervisão de Projetos	- realizado a contento.		Diretoria acatou modificar a natureza Articulação Ecumênica para Articulação Ecumênica e Cooperação Interreligiosa de forma a dar visibilidade a projetos que a CESE apóia no campo do diálogo interreligioso.
Acompanhar os projetos: - Analisar relatórios de 8 projetos por assessor/a mensalmente - Socialização das visitas aos projetos, por e-mail - Visita a 40 projetos, priorizando: * Previstos no Projeto com Kellogg * Zona urbana * Visitar 04 projeto de DFID para o <i>Mid-term Review</i> de fevereiro	- 507 projetos com relatórios analisados até 13 de dezembro – total de 931 relatórios financeiros e de atividades Dois projetos socializados – Rede Rua e PMM - 44 projetos visitados - 20 primeiro semestre – no GP - 18 projetos: 13 pela AFINCO; 04 com Gansos Selvagens e 01 com PPM (sem registro) - 06 registrados no GP - Rede Rua, 2 grupos apoiados em Kerkinactie - 3 projetos visitados: Quilombolas do vale do Ribeira, COPIMG(MG) e Tupinambás de Serra do Padeiro	- agendar com Vanessa socialização de visita a projetos GTF – Não realizado - visitar projetos apoiados UCC-CIDA com questionário específico a ser feito por Viviane – Não realizado.	- Com base na nova realidade para 2012 (execução de novos projetos pela equipe), não seria o caso de redefinir metas bem menos ousadas para o PPP no que diz respeito a visitas a projetos e leitura de relatórios? - Visitar projetos previstos nos acordos específicos com as agências (Kellogg, GTF, UCC, Kerkinactie). - Visitar 6 projetos em Salvador e aproveitar viagens da assessoria. - Considerar visitas realizadas pelos auditores - Manter a meta de leitura de relatórios.

- Impressão e publicação do livro da avaliação DIC	- Realizado a contento		Rever, no novo planejamento, como ficarão as avaliações de programa doravante
- Concluir a avaliação de efetividade em FI	- Não será realizado		
- Realizar as avaliações de efeitos externos em relação DTR	- Não será realizado		
- Realizar um breve estudo sobre os projetos de MA, em substituição à amostra DTA			
Subsidiar a realização de auditorias de Pequenos Projetos por amostragem	- Realizada em projetos do RN e Natal, em 13 projetos		
Realizar monitoramento do Programa	- realizado a contento		
Continuar a revisão de rotinas e procedimentos do Serviço de Projetos	- realizado de acordo com definições tomadas ao longo do semestre. Houve revisões nos roteiros de projetos e de relatórios	- Pastas de projetos antigos estão sendo destruídos	- Continuar discussão na Coordenação sobre o descarte de projetos com mais de 05 anos e que não foram digitalizados - Grupos já estão recebendo a logomarca logo após a decisão de apoio. - Lúcia também ficará com o monitoramento das fontes, para o caso das decisões em pauta extra.
Contribuir com a Assessoria de Comunicação para: - Informações do Serviço de Projetos para o Site * atualização dos textos para o novo site * atualizar informação sobre número de projetos apoiados * colaborar com notícias sobre projetos	- realizado conforme demanda do setor. A atualização de informação sobre os projetos apoiados mensalmente está atrasado.		
Elaborar relatórios narrativos específicos por fontes, em conjunto com a Supervisão de Projetos e em sintonia com a Supervisão Administrativo-financeira	- SDOP, Kerkincatie, Porticus, GTF, UCC, Kellogg		
Realizar reuniões com o setor administrativo financeiro	- Algumas reuniões foram realizadas para tratar questões específicas		

I.2. Programa de Apoio Estratégico

Concluir Sistematização do programa, com publicação final	- Concluído. Faltam detalhes para a impressão da publicação.		
Concluir projetos, com análise de relatórios, incluindo as auditorias	- Puxirão, Foquiba, Gias: faltam os relatórios finais, auditoria final e sistematização. - RMNE – todos enviados - RMERA – falta relatório financeiro final e sistematização. Contrato foi oficialmente encerrado antes do término do projeto - APOINME: faltam relatórios intermediários. Contrato foi oficialmente encerrado antes do término do projeto. - Reju: falta a sistematização	PUXIRÃO: falta o último relatório e a última auditoria; a sistematização está feita, faltando a forma de public.	- RMERA: Aguardando visita de Elo para saber a exata situação financeira do projeto junto ao GTNA antes da CESE encaminhar novas cobranças. - Puxirão, Foquiba, Gias: o que falta está em processo de finalização.
Continuar apoio à sistematização dos projetos	- não foram previstas ações nesse campo		

I.3. Programa Ação para Crianças

Lançar Chamada de Projetos	132 (até 13 de dezembro) - Não houve novos estímulos à chegada de novos projetos. - Equipe contribuiu para os cursos de capacitação em mobilização de recursos em Salvador e Recife		- Prever edital para 2012 e continuidade dos cursos de capacitação
Selecionar 60 projetos	- 30 apoiados/recursos enviados (19 recebidos ainda este ano e 11 remanescentes de 2010) - 20 prontos para apoio		
Acompanhar projetos apoiados	- Quatro projetos foram visitados com representantes de Gansos Selvagens, duas vezes, no segundo semestre (Sophia, Camapet, Luiza Mahin e Mutá)		

J. Diálogo e Articulação

J.1. Com os Movimentos Sociais

Participar prioritariamente: Fórum Nacional de Reforma Urbana, Fórum Nacional de Reforma Agrária, Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional e do Movimento Nacional de Direitos Humanos	- Oficina de planejamento do FNRU – Fevereiro – Recife		Participar, prioritariamente, de: Projeto Monitoramento/MNDH; Copa (Nacional); Articulação D3; Rio + 20; Fórum de Equidade Racial; GIFE;
Participar em momentos estratégicos de ações relacionadas as temáticas: do São Francisco, Economia Solidária/Comércio Justo e Solidário, Semi-Árido, Cerrado, Amazônia, Movimento Indígena, Movimento Negro e Quilombola, Movimento de Mulheres, Juventude	- Participação no Encontro Nacional da Articulação Nacional de Agroecologia	- Participação na Instalação do Comitê diversidade Religiosa do Governo Federal – Brasília- novembro - Participação no Comitê de Projetos do Premio Odiar Firmino, da Cáritas Brasileira.	Participar em momentos estratégicos de organizações ou articulações julgadas estratégicas pela assessoria e coordenação. Montar uma agenda de participações e tarefas internas, a ser discutida no conjunto.
Participar de ações de movimentos populares, ONG's e fóruns, em Salvador, de acordo com as prioridades estabelecidas pela CESE	- 4º Encontro Estadual da União Nacional de Moradia Popular-Ba - fevereiro - Evento da RREMAS para homenagear parceiros/apoiadores - Lançamento do Mapa da Intolerância Religiosa 2011-maio - Participação na Criação do Comitê Baiano pela Verdade(maio) e Lançamento do Comitê, com presença da Ministra de Dh -junho - Participação em reuniões para consolidar uma articulação de grupos comunitários, ONGs e Parlamentares	Participação da Semana Jaime Wright de DH (indicação para premiação)	Idem definição anterior

	<p>para incidir e se preparar para a instalação das UPPs-Bahia.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação em várias reuniões da Copa é Nossa, com criação do Comitê para incidir sobre as ações e obras do governo sobre a Copa 2014 - Lançamento do livro sobre o Rio São Francisco, em parceria com a CPT NE III – junho - Reunião sobre Segurança Pública – junho - Seminário de Meio Ambiente – Diocese Ruy Barbosa - Lançamento do Pacto Pela Vida, do Governo da Bahia – junho - Reunião da CPT para refletir sobre impactos dos grandes projetos no campo baiano a atualidade de ação das organizações nesse campo – maio - UPP-Bahia: realizado seminário em Salvador através do Instituto Fatumbi. - Em relação à Copa é Nossa, foi realizada uma audiência com a relatora da ONU sobre Direito a Moradia, com lançamento do livro da CESE Direito à Cidade. Além disso, participação em várias reuniões mobilizadoras em Salvador. - Seminário PIDESC para mobilizar pessoas de SSA para audiência sobre violações de DHs - Organização do Seminário Rio +20 em homenagem aos 20 anos da ABONG - em parceria com ABONG Nordeste II, sobre de DH na Bahia. - Lançamento do Mapa das Desigualdades Raciais no Brasil, com movimentos negros de Salvador. 		<p>- Audiência não aconteceu e foi remarcada para fevereiro de 2012.</p>
<p>Participar de ações de movimentos populares, ONG's e fóruns, em Salvador, de acordo com as prioridades estabelecidas pela CESE (continuação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participação em reuniões e da Plenária do Comitê Baiano pela Verdade-julho. - Sessão Especial do Comitê Baiano Pela Verdade - ato político cultural na AL - Bahia - setembro - Participação no II INFORNEP - Ciclo de Formação de Lideranças – julho - Participação no Lançamento Projetos “Rede de Combate aos Casos de Racismo e Intolerância Religiosa e Municipalizando as Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Estado da Bahia – agosto - Participação no Seminário sobre 		

	<ul style="list-style-type: none"> creches promovido pela Rede de Mulheres pelo Controle Social-agosto - Participação no Seminário Promoção da Igualdade Racial no Contexto dos Grandes Eventos Esportivos – outubro - Participação no Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afro-descendentes- novembro. - Participação nos 20 Anos de Luta e Construção Política do CONEN - Participação na Caravana da - Ato na Câmara de Vereadores de Lauro de Freitas com o Comitê Baiano pela Verdade - Anistia, que apreciará o processo de anistia política de Carlos Marighella - novembro 		
Participar de outros eventos	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião da Articulação D3, na Sede da Aliança Interage, Recife-abril 	<ul style="list-style-type: none"> - Seminário da Abong em preparação à participação no Rio+20 em 2012. Em junho, RJ 	Discutir como fica o envolvimento da assessoria no processo D3
Promover reuniões temáticas entre a equipe da CESE e representantes de movimentos.	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião com representantes do MST para discutir projeto Comunidade e Renda com a Petrobrás - Reunião com Associação Baiana de Acarajés - Reunião com o Movimento Paulo Jackson, sobre impactos da extração e beneficiamento de urânio em Caetité – outubro - Reunião com Ordep Serra, sobre Comunidades Tradicionais - nov 	<ul style="list-style-type: none"> - Preparar reunião para discussão sobre a questão dos povos indígenas, com participação de CIMI e/ou ANAÍ 	
Contribuir com ADRE para a realização de rodas de diálogo com Igrejas Cristãs de Salvador e religiões de matriz africana: - sobre intolerância religiosa	<ul style="list-style-type: none"> - Realização da segunda roda de diálogo em 2011 com pessoas de diversas expressões religiosas - outubro - Reunião com o CEBIC e com o GT para encaminhamentos relacionados à assembléia do CEBIC e continuidade das Rodas de Diálogo/Fórum Interreligioso de SSA. - Nenhuma das ações previstas foram realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> - participação e assessoria em Seminário dos 100 anos da IPU Caetité-Ba sobre Questão Ambiental e Igrejas. 	
<ul style="list-style-type: none"> - sobre ecumenismo, em parceria com Reju - sobre ecologia, em parceria com Reju - sobre economia, em parceria com Reju 			
Outras ações no campo ecumênico			

J.2. Com Agências e outras fontes financiadoras

<p>Acompanhar visitas e facilitar intercâmbio de representantes de agências e igrejas a grupos e movimentos sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visita de grupo de professores e PPM 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizado, em fevereiro, com presença de seis professores, além de representantes de PPM. Além disso, visitaram cinco projetos no entorno de Salvador. - Visita de Caroline e Tony – ICCO sobre DREO – abril - Visita ao Movimento de População de Rua com PPM 	<ul style="list-style-type: none"> - Preparação da visita de Icco ao Baixo Sul para o projeto Icco-Koinonia. - Visita à Associação de Moradores da Comunidade do Barreiro, em Periperi, e a dois projetos de TdH com Alexandre. - Reunião com Ana Rocha/Christian Aid, sobre o projeto GTF – novembro - Acompanhamento a projetos e reuniões com a representante de Gansos Selvagens. - Tradução de reuniões para a representante de Gansos Selvagens. - Reunião da equipe de projetos com a representante de Gansos - Coordenação e acompanhamento do estagiário Jonas Wagner, por solicitação de PPM 	
<p>Participar de encontros e eventos promovidos pelas agências parceiras</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encontro de parceiros de EED - Encontro de parceiros do Brasil e Republica Dominicana – GTF/DFID - 2 Encontros sobre mudanças climáticas de Heks/Pão Para Todos 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizado, no primeiro semestre - Realizado, de 16 a 18/11, na Republica Dominicana. - ?????? 	<ul style="list-style-type: none"> - Encontro de parceiros de C&A em Recife - junho - Reunião da rede de parceiros da Fundação Kellogg e Grupo Impulsor do mecanismo, Janeiro, BH. - 5º Diálogo Ampliado do PDI - Instituto C&A – Maio – Recife - Encontro de Misereor - Recife- com parceiros no Brasil-setembro 	
<p>Realizar as ações previstas no Programa DTAT (Direito à Terra, Água e Território) da ICCO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhuma ação foi realizada em 2011 		<p>Haverá ações para 2012?</p>
<p>Realizar estudo de impacto do projeto com Heifer</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizado e relatório pronto. 		
<p>Contribuir com o estudo de impacto ACT com quilombolas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Texto final e publicação concluídas. Realizado lançamento do livro com movimento negro do Maranhão, em novembro. CESE intermediou contato com a gráfica do CEBI para a impressão. 		<ul style="list-style-type: none"> - Solicitar a Alonso para socializar com a equipe, incluindo Mara Vanessa
	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião de Preparação do encontro de Parceiros do Movimento Negro – Brasília – maio - Reunião com FAER - Fórum de Apoiadores da Equidade Racial (reunião com agências, fundos de apoio a projetos que apóiam o Mov. Negro) – maio – Brasília - Participação na Cumbre Mundial de Afrodescendentes - Honduras 	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião com IC&A e CESE para avaliação do Fundo PDI, gerenciado pela CESE e prospectar continuidade-novembro - Reunião com IC&A e parceiros para discutir continuidade do projeto PDI – dezembro - Participação no evento de 20 anos do IC&A - Participação na Sessão de informações e curso sobre elaboração de Projetos da União Européia – out - Participação na reunião com Conselheiros e Executivos da Fundação Kellogg para discutir a questão racial no Brasil– BSB – dez 	

K. Serviço de Assessoria e Formação

K.1. Atividades de Formação e Assessoria com Movimentos Sociais e Grupos Comunitários

Concluir proposta de estruturação do Serviço de Formação e Assessoria	- Texto foi produzido, socializado está em fase de finalização.		
Executar ações de formação e intercâmbio do Projeto Juventude Cidadã-Kerkinactie	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião com Redes de Jovens do Subúrbio para planejar as ações do ano visando a conclusão do projeto. - Visita ao Mov. de Cultura Popular do Subúrbio e Fórum de Entidades do Subúrbio, REPROTAI e Colegiado de Cultura da CAMMPI. - Uma reunião com a Rede do Subúrbio e uma com cada rede (total 5) - Intercâmbio entre Jovens do Subúrbio de Salvador e Lauro de Freitas realizado em dezembro 		Conclusão do Relatório Final Realização de uma cartografia social com as 4 redes. Preparação de Projeto para 2 anos (2012/13), com a interveniência da UNFPA – fev 12;
Executar ações de formação com projetos de Kellogg	<ul style="list-style-type: none"> - Proposta foi socializada com a equipe. - Varias reuniões com Steve Biko e Mídia Étnica para formatar o projeto e definir edital. - Lançamento de Edital em conjunto com as duas organizações - out 		As outras ações do projeto serão operacionalizadas a partir de 2012
Executar as capacitações e outras ações previstas no Programa CESE, Comunidade e Renda, da ICCO	<ul style="list-style-type: none"> - Realizada a triagem das propostas, encontro com prestadora – Jan/ fev - Visita de diagnóstico aos 8 empreendimentos selecionados - no semestre - Segundo encontro com as prestadoras de serviço no qual foram apresentados os resultados dos diagnósticos e definição da próxima etapa: elaboração dos projetos de capacitação – junho - Socialização do programa com equipe de projetos - Visita pela CESE aos projetos selecionados, junto com o Consultor para Engenharia de Alimentos e Comunicação - outubro - Realizados 2 intercâmbios sobre boas práticas na produção de alimentos em parceria com a Coopercuc – novembro - A CESE, em parceria com Coopercuc, elaborou cartilha sobre boas práticas para a produção de alimentos - Realização do Encontro Programa Comunidade e Renda com o tema da Comercialização - outubro 		- Avaliação do projeto será feita dias 19 e 20 de março de 2012

Executar outras ações de formação e intercâmbio em projetos com agências	- Oficina sobre questão de gênero no encontro do CESE, Comunidade e Renda		
Outras atividades de assessoria e/ou formação com movimentos sociais e grupos comunitários	- Roda de conversa com movimentos de mulheres de Salvador sobre políticas públicas para mulheres, na CESE e lançamento de publicação da AMB "balanço de PPS para Igualdade 2003-2010 - julho - Oficina sobre cooperativismo e palestra sobre profissão para a Associação de Baianas de Acarajé-julho - participação no tour comunitário organizado pelo Coletivo de Mulheres do Calafate, facilitando Roda de Conversa sobre Gênero e Direitos Humanos - outubro	- Debate com movimentos sociais de Salvador sobre contexto latino-americano – maio – por ocasião do Encontro de FPPs da A. do sul. - Debate com movimentos de mulheres de Salvador e região metropolitana sobre Reforma Política - em parceria com AMB - junho.	

K.2. Atividades de Formação, Assessoria e Acompanhamento para Agências de Cooperação e seus Parceiros

Realizar as ações de formação previstas no Programa DTAT (Direito à Terra, Água e Território) da ICCO - Oficina de comunicação	- Realizada a oficina de comunicação e advocacy, de uma semana, em março.		
Outras atividades de assessoria e/ou formação para agências de cooperação e seus parceiros	- Nenhuma ação foi realizada em 2011		
Atividades de formação interna promovidas pelo Setor de Projetos e Formação	- Reflexão na semana do meio ambiente		

L. Aportes do Setor de Projetos e Formação para a Sustentabilidade da CESE

L.1. Elaboração de Projetos de Financiamento

Emendas parlamentares – para o institucional da CESE	- Foi dado prosseguimento a algumas pendências do Projeto para Luiz Alberto e um outro projeto foi elaborado para a Senadora Lidice da Mata. Ambos estão em tramitação. Também está em tramitação um projeto com o Deputado Nelson Pelegrino. - Realizada a inscrição no cadastro do SICONV de pessoas com responsabilidades por projetos na CESE.		
Dar prosseguimento na elaboração de projeto para a EU	- Foi decidido não participar em função do pouco tempo para a elaboração. Outra proposta está sendo encaminhada por Heifer, em parceria com a CESE		
Governo do Estado - para o Programa CESE Produção, Comunidade e Renda	- Nenhum contato feito no segundo semestre para apresentação desse projeto a entes de governo.		

L.2 Atividades relacionadas com o PMA Institucional

Contribuir na elaboração do relatório de atividades da CESE/2010	- Grande parte do relatório foi elaborado por pessoas da equipe do Serviço de Projetos.		
- Oficina interna para levantar questões de contexto	- Realizada, com relatório pela equipe.		
Contribuir com a Comunicação na elaboração da versão leve do relatório de atividades 2010	- Não realizada uma segunda versão do relatório.		
Elaborar os Planos Individuais de trabalho – PITS	- Apenas duas pessoas da equipe do Serviço de Projetos elaboraram PIT		
Contribuir para a continuidade do Plano de Mobilização de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Participação da equipe no encontro de finalização do plano - A participação da equipe na mobilização de recursos foi destaque: - Elaboração de projeto para Embaixada da Suíça, para duas Emendas Parlamentares. - O projeto CESE, Comunidade e Renda foi apresentado à Petrobrás e está em fase de negociação para 2012 e 2013, incluindo o MST-NE entre os consultores e experiências de produção de assentamentos entre os beneficiários. - Visitas a vários parlamentares para dar sequência à construção da Rede de Amigos. - Visita a e empresas (Petrobrás, PROPEG) para concretizar o Jantar de adesão à Rede de Amigos. - Participação ativa na preparação do jantar, venda de bilhetes, na incidência junto a personalidades antes e durante o jantar. - Reuniões com a PROPEG para encaminhar as questões de comunicação do Jantar e do Lançamento da Rede de Amigos. - Reunião com Naidison para conversar sobre experiência com SICONV e administração de recursos governamentais - Participação da equipe na capacitação sobre SICONV. 		
Contribuir na elaboração do texto sobre missão e objetivos para o site e plano quinquenal	- Contribuição na análise e sugestões de modificações dos textos do novo site da CESE		
Elaborar os textos das Políticas Referenciais da CESE	- Não realizado		- Avaliar, na Coordenação, se esta tarefa ainda tem sentido.
		- Participação da equipe na oficina e entrevistas com consultor externo para	

		<p>construção do Plano de Comunicação da CESE.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenação, execução e elaboração de relatório do Encontro de FPPs da América do Sul - Participação na elaboração de proposta de continuidade da Articulação de FPPs 	<ul style="list-style-type: none"> - Encontro em 2012-setembro-Argentina - Elaboração de material da CESE para o documento identitário dos FPPs da América do Sul e outras demandas que surgirão
--	--	---	--

Outras Atividades

		- Capacitação de organizações sobre o funcionamento do GP pela SEPROJ	
--	--	---	--

M. Atividades de administração e finanças

Supervisionar o serviço de contabilidade	Realizado Rotineiramente	<p>Acompanhamento Financeiro de projetos de Formação, Eventos e Serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Kellogg/Biko - CONSEA - Petrobras - Locação de Salas; - Venda de Produtos; - Contratação de Funcionários de Parceiros - Convênios etc. 	<p>A CESE esta atuando sem planejamento adequado de suas atividades, diversificando suas atividades sem adaptação da estrutura funcional. Este fato tem ocasionado sobrecarga do Setor A-F que foi formatado para atuar em uma estrutura focada em PPP.</p> <p>Somado a isso existe uma indisciplina operacional incorporada à estrutura que dificulta o trabalho do Setor já que os processos de: Pagamento, contratação, marcação de eventos e outros não são adequadamente cumpridos ocasionando retrabalho e perda de produtividade.</p>
Supervisionar o setor financeiro	Realizado Rotineiramente	<p>Acompanhamento Financeiro de projetos de Formação, Eventos e Serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Kellogg/Biko - CONSEA - Petrobras - Locação de Salas; - Venda de Produtos; - Contratação de Funcionários de Parceiros - Convênios etc. 	
Supervisionar as atividades do analista de sistema e suporte	Realizado Rotineiramente	Substituição de 5 computadores.	
Supervisionar o setor de Pessoal	Realizado Rotineiramente	<p>Acompanhamento Financeiro de projetos de Formação, Eventos e Serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Kellogg/Biko - CONSEA - Petrobras - Locação de Salas; - Venda de Produtos; - Contratação de Funcionários de Parceiros - Convênios etc. 	
Apresentar plano operacional de 2011 ao Ministério da Previdência	Conforme o Previsto		
Acompanhar o recebimento de recursos do exterior e providenciar o câmbio	Realizado Rotineiramente		
Submeter relatórios e prestações de contas do ano de 2010 à auditoria externa	Realizado Rotineiramente		

Apresentar relatório financeiro parcial de 2010 a HEIFER, Wilde Ganzen e AVINA	Conforme o Previsto		
Apresentar relatório de atividades e auditoria ao C. Fiscal e à Diretoria da CESE	Conforme o Previsto		
Apresentar relatórios anuais ao Ministério da Justiça	Conforme o Previsto		
Apresentar relatório circunstanciado do ano de 2010 ao CNAS	Conforme o Previsto		
Apresentar relatório e parecer do C. Fiscal à Assembléia	Conforme o Previsto		
Apresentar relatórios de atividades e de auditoria do ano de 2010 às agências financiadoras	Conforme o Previsto		
Submeter relatórios e prestações de contas do 1º semestre de 2011 à auditoria externa	Conforme o Previsto		
Apresentar aos financiadores o relatório de auditoria do primeiro semestre de 2011	Conforme o Previsto		
Revisar o orçamento global 2012	Em andamento		
Providenciar a realização das auditorias específicas para EED, AIN e Wilde Ganzen	Em andamento		
Providenciar a publicação do Balanço Anual da CESE em seu site	Conforme o Previsto		
Acompanhar visitas ao escritório e responder a demandas do Conselho Fiscal	Conforme o Previsto		
Elaborar os relatórios financeiros: - geral; - prestações de contas específicas	Conforme o Previsto		
Monitorar a execução orçamentária	Conforme o Previsto		
Apresentar quadro de análise da execução orçamentária à Diretora Executiva	Conforme o Previsto		

JANTAR DE LANÇAMENTO DA REDE DE AMIGOS DA CESE

Depoimentos de Personalidades Presentes

MARCELINO GALO

Deputado Estadual - BA

Conhecemos a CESE de muito tempo. Uma entidade extremamente generosa, solidária. Todo movimento social sério do estado da Bahia sabe da importância que tem a CESE no apoio, no início, principalmente nos momentos mais difíceis. Na ajuda da formação, na organização desses movimentos. Estamos aqui para apoiar, de forma decisiva, determinada e colocar nosso mandato de deputado à disposição dessa entidade tão importante para a organização popular, principalmente daqueles setores mais pobres que têm essa disposição de se organizar. Esse trabalho extremamente nobre, muito importante para nossa sociedade, tem que continuar.

CÉLIO MARANHÃO

Militante da Assembleia Popular e do Jubileu Sul-Brasil

Membro da Igreja Batista Nazareth

No momento que eu conheci a CESE não tinha muita aproximação, nem poderia ter. A gente vivia em um regime de exceção, o que dificultava muito a gente aparecer. Mas eu já sabia da existência da CESE como uma entidade de luta pelos direitos humanos e isso me atraiu, me chamou muita atenção por esse trabalho. Mas, não só isso. Também porque é uma entidade ecumênica. Eu sou ecumênico. Então, meu namoro, minha simpatia pela CESE começou por aí. A partir do momento em que eu comecei a entender a questão dos direitos humanos, a discutir, a debater, e a questão as igrejas também - a participação do povo cristão na luta pela democracia, pelos direitos humanos. Os projetos dos movimentos sociais naquela época eram muito aquecidos e a CESE dava uma assessoria muito boa, emprestava seus assessores.

Sem dúvida, a CESE é uma das ONGs que tem um prestígio muito grande - não só nacional quanto internacional. É também uma organização de credibilidade. É uma coisa marcante. É exatamente a credibilidade que identifica a CESE e as pessoas se aproximam por essa identidade que a CESE tem com os movimentos sociais, a seriedade, o respeito. E quem foi de movimentos sociais, de associação de bairro, da luta do povo da cidade de Salvador que conheceu a CESE, ela ajudou nos seus projetos, liberando recursos pra que a gente pudesse enfrentar as dificuldades que a gente tinha na época, então a gente passou a admirar mais ainda a CESE e a se aprofundar mais nessa relação.

Até hoje eu tenho essa relação com a CESE porque o Jubileu Brasil está sempre intimamente ligado à CESE, estamos sempre recebendo apoio: o Grito dos Excluídos, Assembleia Popular, entidades de bairro, creches, grupos de jovens... Todos reconhecem a CESE como uma grande organização social.

REVERENDO BRUNO ALMEIDA

Pastor da Paróquia Bom Pastor

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil - IEAB

Conheço a CESE há mais de 10 anos por meio da Igreja Anglicana, da qual eu faço parte. A CESE tem sido uma parceira muito interessante das relações ecumênicas, sobretudo na Bahia e no Brasil. A CESE tem sido uma entidade muito marcante na atuação de apoio às igrejas de modo que as relações ecumênicas e o diálogo interreligioso possam ser alcançados para que possamos, com a CESE, construir uma nova realidade, um mundo mais justo, mais humano, onde possamos nos reconhecer com irmãos, independente do credo religioso que confessemos. E a CESE tem, além disso, desenvolvido um trabalho

brilhante com as comunidades, seus pequenos projetos, de modo que possamos, na medida do possível, construir relações mais justas, diminuindo a distância entre ricos e pobres, fazendo com que, cada vez mais, possamos ter um mundo mais justo, mais humano, mais fraterno. A CESE tem sido imprescindível nessa luta, por mais de 30 anos. Espero que a CESE possa continuar, por muitos mais anos, forte, lutando pela transformação dessa realidade, para que todo tipo de intolerância seja superado, todo tipo de violência seja superado e que possamos transformar a realidade que nos cerca a partir do Evangelho, da construção de um mundo mais justo e mais humano para todos.

É importantíssimo que todo aquele que quer lutar e quer ver a realidade de um mundo novo, quer ver um mundo transformado, entende que nós temos relações injustas, que ainda temos muita violência, muitas injustiças, muito preconceito, que apoie a CESE. Porque, apoiando a CESE você está apoiando uma entidade que ajuda na transformação da realidade e na superação da violência, da fome, da miséria... Na superação de toda e qualquer relação injusta e desigual.

NEUSA CADORE

Deputada Estadual - BA. Membro titular da comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle e suplente das comissões Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; Direitos da Mulher e Agricultura e Política Rural.

Chegamos a Pintadas no projeto “igrejas irmãs”. Era um lugar, como outros do Brasil e da Bahia, com muitas demandas e a primeira parceira do povo sempre foi a igreja. E ela foi ajudando a gente a encontrar parceiros importantes como a CESE que, como outras instituições, numa época muito difícil, era a única esperança, era a única parceira real que possibilitava uma coisa que naquele tempo era muito importante. Eu me lembro do suporte para uma demanda da comunidade que tornava o acesso à água possível para quem morava na zona rural, numa comunidade onde a água era extremamente escassa. Conhecemos a CESE por meio da organização das comunidades de base, entidades sociais, associações, por conta dessa resistência, dessa vontade que as comunidades me ensinaram muito e foi muito bom porque, nesse sentido, a CESE fortaleceu, confirmou e ajudou a fazer essa travessia num momento em que, de fato, a gente tinha muito poucos parceiros, não tinha atenção de governos. Isso foi extremamente importante para o fortalecimento, para a esperança, para a mudança na qualidade de vida. Por isso, a gente não pode nunca esquecer esse tempo.

Hoje estamos numa conjuntura diferente. A luta dos movimentos conquistou uma nova conjuntura política, mas nós que vivemos essa história sabemos que - mais do que nunca - é importante a presença dos organismos que contribuam, defendendo a importância da organização, da consciência, da ética, dos bons valores. Então, nesse sentido, eu creio que em momento algum da história se dispensa um trabalho com a qualidade, com os valores, com os princípios que a CESE traz em cada gesto seu, em cada pessoa que agrega essa instituição, no jeito de se relacionar com essas comunidades.

Temos um carinho e um reconhecimento muitos grandes. A CESE faz parte da história de muita gente e eu me considero uma pessoa que também agradece à vida pela oportunidade de conhecer um trabalho como o da CESE. Então, neste momento de reencontro, nada mais justo que a gente se aproximar e nessa caminhada fazer a troca necessária pra que a gente possa continuar tendo a CESE presente na história do povo.

EMILIANO JOSÉ

Jornalista, suplente de Deputado Federal – BA

A minha relação com a CESE é muito antiga. Tem a ver com as pessoas da CESE – os muitos amigos, amigas da CESE e a identificação que eu chamaria de uma identificação política, de projeto, de relação com o mundo que a CESE tem porque é uma entidade voltada para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, que se dedica aos pequenos projetos, aqueles que melhoram a vida de tantas comunidades, centenas de comunidades, na medida em que a CESE viabiliza recursos para ajudar esses pequenos

projetos e facilita a produção dos trabalhadores desses projetos. É uma relação de carinho e de afinidade política e afinidade de concepção e mundo também, da luta por uma outra sociedade, dos “produtores associados”.

É uma relação muito carinhosa de lado a lado e eu me sinto e estou inteiramente solidário com a CESE nesta luta dela, que já tem quase 40 anos. Tenho afinidade com a entidade - que luta, que organiza, que procura responder às necessidades das comunidades que, duramente, buscam sobreviver e viabilizar a sua vida. Isso a CESE faz com carinho e com muita obstinação e sem pestanejar. São quase 40 anos de muitos serviços prestados ao povo brasileiro, especialmente os pequenos produtores, os pequenos projetos, aquela parte do nosso povo que mais precisa de ajuda para se viabilizar. A CESE presta um serviço muito grande à área que nós chamamos economia solidária.

Tenho convicção que a CESE continua a ser uma entidade extremamente importante para os pequenos projetos, uma espécie de estimuladora dos pequenos projetos e também, creio que neste momento uma entidade que pode ajudar no sentido de até orientar políticas públicas que se preocupam também com esses pequenos projetos. A CESE pode, neste momento, estabelecer o diálogo com as políticas governamentais voltadas para os pequenos projetos e ajudar os governos - federal e da Bahia - que são preocupados com os pequenos projetos e com a economia solidária para projetos que possam receber a orientação, a ajuda da CESE, que já tem uma experiência de décadas com os pequenos projetos.

Creio que nós devemos fazer uma grande rede de apoio à CESE pela importância que ela tem na vida brasileira, especialmente nas regiões mais carentes do País - Norte, Nordeste - para todo o Brasil, em especial nessas regiões. Eu creio que podemos e devemos juntar pessoas para contribuir para a CESE, estar ao lado da CESE para que ela continue a prestar o grande serviço que ela tem prestado nessas últimas décadas aos pequenos, aos que não têm um mínimo de ajuda e que a CESE vai lá, entregar-se ao serviço dos mais pobres, dos excluídos.

RENATO CUNHA

Ambientalista, membro da coordenação executiva do Grupo Ambientalista da Bahia

A gente conhece a CESE desde a década de 80 quando a gente começou a trabalhar aqui em Salvador, no movimento ambientalista, através do Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA), que é o grupo a que pertencemos. E nessa época a gente já começou a ter uma parceria com a CESE, que tinha esse objetivo de apoiar pequenos projetos e conseguimos essa parceria desde essa época, e desde então não perdemos o contato. Tanto através do apoio de projetos do GAMBA, como da participação em atividades da própria CESE, dos movimentos sociais, do apoio nas articulações e mobilização da sociedade. Acreditamos fundamental uma organização como a CESE apoiando pequenos projetos, tão necessário na construção da cidadania, na construção de um outro mundo melhor, um mundo possível, muito diferente desse mundo da economia majoritária, dos grandes projetos, das grandes soluções. Eu acho que devemos passar por pequenas soluções, nas comunidades, e aí a importância da CESE nesse processo de organização e mobilização apoiando várias iniciativas, sociais, ambientais, no Brasil inteiro, e principalmente na região Nordeste e Amazônica, que são mais carentes desse apoio.

Os projetos da CESE na área ambiental vêm fortalecer essas iniciativas de trabalhar com a questão da terra, a questão da água, tentando que seja uma produção com conservação, ou seja, não deixar que o meio ambiente atrapalhe algum desenvolvimento comunitário. Muito pelo contrário, mas que a proteção do meio ambiente, a preservação da natureza, da biodiversidade, através de pequenas ações e projetos.

NELSON PELEGRINO

Deputado Federal - BA, titular das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania

Eu conheço a CESE há mais de 30 anos. Ela hoje tem 38 anos de trabalho. A CESE é uma articulação que apoia movimentos comunitários, mas uma articulação ecumênica, porque trabalha com várias igrejas. Ao longo desses mais de 30 anos que conheço a CESE, tenho sido testemunha de seu apoio a projetos fundamentais. Como a ASA, que é um projeto vitorioso, e talvez até tenha sido um precursor do *Água para Todos*, que é o projeto de cisternas. Com projetos de apoio a comunidades quilombolas, comunidades indígenas, a movimentos ligados à questão dos direitos humanos, a luta das mulheres, a luta em defesa das crianças e dos adolescentes, a movimentos comunitários, entre outros. Portanto o trabalho é fundamental, pois é uma coordenação que articula o apoio a esses movimentos. E ao longo desses anos todos ela tem sido fundamental, não só na articulação de apoio logístico, apoio material, financeiro, organizando projetos, prestando assessorias. Ao contar a história do movimento popular brasileiro, principalmente a história do movimento popular na Bahia, não se pode contar essa história sem a participação decisiva da CESE. Eu que tenho uma militância grande na área de direitos humanos, fui presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia durante 7 anos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, e em meu mandato de deputado federal e estadual, meu caminho sempre se cruzou com o da CESE, pois ela sempre esteve na retaguarda de apoio aos movimentos sociais e a luta pelos direitos humanos.

A minha presença hoje aqui é um testemunho, mas é uma presença física pra dizer que nós apoiamos a CESE, que nós queremos fazer parte dessa Rede de Amigos da CESE. Porque a CESE é um projeto muito importante e ele precisa ser estimulado e apoiado. A CESE continuando enquanto essa instituição fundamental é a garantia de que os movimentos sociais em nosso país e na Bahia terão essa retaguarda que é fundamental.

Eu acredito na CESE. Eu conheço o trabalho da CESE. É um trabalho importante, são pessoas sérias, que têm mantido um trabalho de ajuda aos movimentos sociais. Essa ajuda é fundamental para o nosso País. Portanto, tudo que se puder fazer e apoiar a CESE para que ela continue existindo e que ela continue fazendo esse trabalho é fundamental. Eu quero estimular a você que também ajude a CESE, porque ela presta um serviço fundamental de retaguarda aos movimentos sociais de nosso país.

MARTA RODRIGUES

Vereadora - Salvador, presidenta da Comissão de Reparação
Vice-presidenta da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização e
membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Eu conheço a CESE de uma longa caminhada. O trabalho e a importância da CESE na realidade de nossa cidade, mas não só em Salvador, e sim a expansão que a CESE tem em nível de Brasil. A nossa relação com a CESE é uma relação séria, de parceria, de compromisso, que a CESE desenvolve e se empenha cada vez mais no empoderamento das mulheres, principalmente as mulheres negras, que têm um papel importante e que ao longo da história do país ficaram invisibilizadas. E a CESE traz esse debate para o centro, então isso é importante. Como também para crianças e adolescente, que é apoio que a gente tem de resgatar e afirmar cada vez mais, bem como os segmentos de terreiro, comunidades tradicionais. É dessa relação, nesse caminhar, que a gente conhece a CESE.

É importantíssimo esse papel que a CESE vem desempenhando nesses 38 anos. A CESE acaba dando, para o próprio Governo, a régua e o compasso no ensinamento de políticas públicas.

Esse momento de crise internacional reflete também no Brasil e uma entidade tão séria e comprometida como a CESE tem um importante papel. Por isso precisamos cada vez mais nos empenhar, ajudar, divulgar e ser parceiros, no sentido de vir a somar. Se a CESE é importante, é de igual importância a parceria, o fortalecimento para a resistência para

continuidade desse trabalho. Eu convido a todas e todos que conheçam ou que venham a conhecer, e tragam o seu apoio, solidariedade, divulgação e possa vir somar a entidades referências como a CESE.

Desejo vida longa e que esse projeto continue fazendo o que sempre fez, nos ensinando e nos empoderando para continuarmos na luta.

MARIA HELENA SOUZA DA SILVA

Membro da Rede Nacional Feminista de Saúde
Assessora da Senadora Lídice da Mata - BA

A minha relação com a CESE faz parte de minha vida, minha história. Pois faz parte da história do que há de mais vivo, mais rico e importante nessa cidade. Eu trabalhei no CEAS no início dos anos 80 e estas duas organizações tinham uma parceria efetiva. Os movimentos populares, principalmente os mais necessitados, sempre receberam da CESE um apoio. Mas não um apoio qualquer, e sim um apoio criterioso, pois a CESE estuda o que vai apoiar e acerta sempre.

Desde o tempo que estávamos lutando contra a ditadura a CESE estava lá. A CESE é uma coisa viva e que a gente quer que viva por muitos e muitos anos. Muitas pessoas, muitos grupos das organizações populares, de mulheres, de negros, de agricultores, muitos devem a CESE em relação a sua cidadania.

Eu desejo que a população que mais precisa, que a organização e a cidadania vençam. Que a CESE tenha sempre os apoios e os recursos, porque com certeza vai saber administrar e aplicar.

WALDIR PIRES

Ex-Governador da Bahia; ex-ministro-chefe da Controladoria Geral da União e ex-ministro da Defesa

Estou aqui hoje em uma reunião muito bonita de apoio à CESE, que tem uma história de luta, de ajuda a todas as associações e a todo o povo que precisa realmente da solidariedade humana. Qual é a luta pela democracia dos tempos de hoje? Construir uma sociedade humanamente mais justa, mais essencial. E, para isso, ela precisa necessariamente que não seja simplesmente um Estado, e terá de ser articulações, organizações, como a CESE, que são capazes de mobilizar esforços, mobilizar recursos, destinados a assegurar uma posição decente na vida das pessoas.

A democracia só existe na medida em que as pessoas humanas sejam identificadas como irmãs e fraternas, não sendo assim nunca se tem democracia. A CESE como uma organização social tem prestado no Brasil serviços extraordinariamente relevantes, é um exemplo. E por isso eu creio que deva ser apoiada para que nós possamos fazer com que essas desigualdades, esses sofrimentos, abandonos, tão característicos e difíceis em nossa sociedade, sejam reparados e atendidos. Esse é um esforço comum onde todos devemos nos reunir para apoiar esse movimento de que a sociedade deve mobilizar-se para criar as condições de solidariedade, de recursos, de meios que permitam a cada pessoa o direito de viver uma vida decente e uma vida justa.

JONAS PAULO

Presidente do Diretório Regional da Bahia do Partido dos Trabalhadores

Para nós que viemos do trabalho da Pastoral da Terra, do trabalho social no campo, a CESE sempre foi uma referência. A CESE sempre foi aquele braço amigo que esteve conosco nos momentos de maiores dificuldades, nos momentos mais difíceis em que nós enfrentávamos forças poderosas e tínhamos a CESE como aliada. Para nós, estar aqui é trazer a solidariedade para quem sempre viveu e cultuou a solidariedade. A quem conhece efetivamente o que é o sofrimento de um povo e com sensibilidade investe não só no que pode aportar financeiramente, mas também no carinho, na atenção, pedagogia, educação,

no apreço e na confiança, nos de base, nos mais pobres e nas organizações sociais. Por isso, peço, a todos aqueles cidadãos e cidadãs brasileiros, que amam o nosso país e nosso povo, que tenham a CESE como parceira.

A CESE faz um trabalho que todos nós reconhecemos, que todos os movimentos sociais reconhecem, inclusive aqueles que hoje estão galgando espaços dos poderes constituídos da Nação conhecem o trabalho da CESE. Portanto, acreditar na CESE é acreditar em nós. É acreditar na possibilidade de um mundo mais justo. É acreditar na solidariedade entre os homens, mulheres. É acreditar na possibilidade de uma sociedade mais justa e fraterna onde todos tenham vez e voz. E a CESE é um instrumento que propicia àqueles que não têm vez e voz a galgar o espaço de participação na vida social, econômica e cultural. Por isso, investir e ser parceiro da CESE é investir na vida, e naquilo que há de melhor, que é a paz, e a sociedade garantida de seus direitos e cidadania.